

“TANTA GENTE SEM TERRA E TANTA TERRA SEM GENTE”
MOVIMENTO DO MUTIRÃO DE NOVA AURORA
(1979 – 1995)

POR

VERA LÚCIA PEDRA CLÍMACO MENDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rio de Janeiro – 04/2006.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

“TANTA GENTE SEM TERRA E TANTA TERRA SEM GENTE”

MOVIMENTO DO MUTIRÃO DE NOVA AURORA

(1979 – 1995)

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História Social da
UFRJ/IFCS, sob a orientação da Profa.
Dra. Jessie Jane Vieira de Souza, para
obtenção do título de Mestre.**

RIO DE JANEIRO

2006

“TANTA GENTE SEM TERRA E TANTA TERRA SEM GENTE”

MOVIMENTO DO MUTIRÃO DE NOVA AURORA

(1979 – 1995)

VERA LÚCIA PEDRA CLÍMACO MENDES

Aluna do Programa de Pós-graduação em História Social – IFCS/UFRJ

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Jessie Jane Vieira de Souza
(Presidente e Orientadora)

Prof. Dr. Renato Lemos
(Membro efetivo - UFRJ)

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
(Membro – UFF)

MENDES, Vera Lúcia Pedra C.

Tanta terra sem gente e tanta gente sem terra: Mutirão de Nova Aurora (1979-1995) / Vera Lúcia Pedra Climaco Mendes – Rio de Janeiro – 2006, p.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social – IFCS/ UFRJ.

1 – Reforma urbana 2 – Memória social 3- Mutirão
4- Identidade 5 – Nova Aurora 6- Movimentos sociais.
I Título

*À Comunidade de Nova Aurora,
referência de luta, alegria e
esperança, de onde herdei memórias
que mudaram o rumo da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Durante o curso, compartilhei de importantes e significativos momentos com professores e amigos que ajudaram na realização deste estudo.

Neste momento, gostaria de expressar meus sentimentos de gratidão a todos que participaram de forma direta ou indireta, com apoio, com uma palavra de encorajamento e com sugestões, no sentido de estimular minha caminhada.

Primeiramente, quero agradecer aos moradores e membros do Mutirão de Nova Aurora, que generosamente compartilharam suas memórias, abriram suas casas e suas vidas para que eu pudesse construir sua trajetória.

Agradeço, em especial, a professora e orientadora Jessie Jane que com carinho me acompanhou, incentivou e estimulou a realização deste trabalho, sempre com dedicação e respeito.

Gostaria de expressar minha gratidão aos professores Nilson Alves de Moraes, Lucia Ferreira e Evelyn Orrico, membros do Programa de Pós-graduação em Memória Social/ UNI-RIO, que contribuíram de forma significativa na minha formação.

Destaco ainda, as valiosas sugestões acrescentadas pelos professores Renato Lemos e Paulo Knauss.

Aos colegas, amigos e familiares que compreenderam os momentos de ausência e distração, comuns aos que se arriscam nesta deliciosa, mas exaustiva jornada.

*Sonho que se sonha só,
é só um sonho que se sonha só.
Mas sonho que se sonha junto,
é realidade.*

Raul Seixas

SUMÁRIO

1- Introdução.....	11
1.1 – Delimitando o objeto da pesquisa.....	11
1.2 - Trajetória e debate teórico acerca dos movimentos sociais.....	15
1.3 – Quadro teórico.....	31
2- Parte I - História urbana, cultura política e novos atores sociais	38
2.1 – A relação entre as políticas públicas e o processo de mobilidade socioespacial no Rio de Janeiro.....	39
2.2 – A organização espacial e o desenvolvimento do município de Nova Iguaçu.....	55
2.3 – Novos sujeitos sociais.....	66
3– Parte II - Construindo o Movimento.....	77
3.1- A construção do Movimento do Mutirão como um potencial sujeito político e social.....	77
3.2 – Analisando o universo político, social e geográfico do Mutirão de Nova Aurora	86
3.3 – Herdeiros do Movimento.....	94
3.4 – Memória e discurso.....	97
4 – Parte III - Parcerias e articulações do Mutirão na execução do seu projeto social.....	110
4.1 – O Mutirão e a Igreja Católica.....	114
4.2 – O Mutirão e o Estado.....	118
4.3 – O Mutirão e os partidos políticos.....	126
5 – Parte IV – O processo de desmobilização do Mutirão.....	130
5.1 – O Estado e a Igreja na conjuntura nacional.....	131
5.2 – O Movimento do Mutirão de Nova Aurora e a sua conjuntura local.....	140
6 – Parte V – Conclusão.....	152
7 – Parte VI – Fontes Utilizadas.....	160
8 –Parte VII - Bibliografia.....	163
9 – Parte VIII – Anexos.....	172

RESUMO

Este estudo tem por finalidade analisar, através da memória, o processo de mobilização e trajetória do Movimento do Mutirão de Nova Aurora.

Dando continuidade aos trabalhos de pesquisa iniciados em 2000, procuramos, à luz de um novo referencial teórico, ampliar as perspectivas focadas até então.

A partir deste novo referencial, compreendemos que as ações do Mutirão de Nova Aurora foram favorecidas pelo seu potencial discursivo e sua capacidade de interação política. Tais predicativos são fundamentais para evidenciar o poder de coesão e os laços de identidades estabelecidos a partir deste processo.

Com intuito de analisar suas práticas discursivas, buscamos identificar elementos que contribuíssem na construção de sua trajetória; mapeando os principais grupos envolvidos neste processo e identificando as táticas de negociação e parcerias junto a diferentes instâncias da sociedade civil.

INTRODUÇÃO

ABSTRACT

This study has after all to analyse, through memory the process of mobilization and trajectory of the movement of the “Mutirão de Nova Aurora”.

Giving continuity to the research works begun in 2000, we search , with a new referencial theoretician , to enlarge the perspective focussed till then.

With this new referencial that the actions of the “Mutirão de Nova Aurora” were favoured by its discursive potencial and its capacity of the interaction politic. This predicatives are fundamentals for evidence the power of the cohesion and the bonds of identities to set up in this process.

Therefore, with purpose to analyse ours discursive practices we seek identify elements that contribute in the construction of the your trajectory. Verifying the principals groups involveds in this process and identifying trade tactics and partnership between diferents jurisdiction of the civil society.

I – Introdução

1.1 – Delimitando o objeto da pesquisa

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a mobilização do Mutirão de Nova Aurora, periodizando-se de acordo com as primeiras ações do movimento até sua desmobilização entre 1979 e 1995.

A pesquisa tem por finalidade compreender como a construção do poder simbólico do Mutirão favoreceu a formação da identidade e da memória da comunidade de Nova Aurora. Partindo do pressuposto que este funcionou como organismo de interação política entre a população local e outras instâncias políticas, procuramos analisar sua organização social e comunitária no contexto em que estava inserido.

Para este fim, será necessário identificar os personagens envolvidos neste processo histórico e as práticas discursivas que possibilitaram legitimar, justificar e divulgar o processo de luta do Movimento.

Para a realização deste estudo, faz-se ainda necessário analisar as relações humanas que se confundem com os lugares geográficos e os lugares de memória por onde passam as experiências de diferentes esferas, seja política, econômica ou social, com o intuito de perceber os intercâmbios, os símbolos e as representações estabelecidas neste processo.

O presente trabalho tem como suporte os argumentos e os pressupostos teóricos apresentados acerca da valorização do papel do sujeito na história e suas práticas sociais e discursivas, além da construção da memória e identidade como fenômenos sociais e culturais constituídos em momentos históricos específicos.

O corpus documental utilizado para realização desta pesquisa constituiu-se do acervo documental construído pelo Movimento, os depoimentos produzidos entre 1987 a 1991, além dos que foram produzidos para a análise desta pesquisa. Também foram usados como suporte, o relatório do CEDAC (Centro de Ação Comunitária), o relatório do CEPEC (Centro de Educação, Pesquisa e Comunicação), artigos de jornais e fotos que retratam importantes momentos do Mutirão.

No que se refere ao uso dos depoimentos não é objetivo deste estudo analisar a importância de "recuperar" memórias sociais antes marginalizadas em função da memória histórica nacional, ou ainda, de dar prioridade ao indivíduo como sujeito ativo de sua história. Mas sim, de perceber, a partir dos relatos, elementos de continuidades e rupturas nos discursos. Valorizando, neste processo, a procedência e a leitura de mundo dos moradores, com o intuito de perceber a memória como instrumento político fundamental na formação e manutenção de identidades e das relações sociais.

Entendemos que para melhor compreender a importância das lutas sociais urbanas ocorridas na década de 1980, na cidade do Rio de Janeiro, faz-se necessário buscar as origens do grande contingente populacional que, ao longo de décadas foi se aglomerando nas diferentes periferias desta cidade.

Para este fim, foram recolhidas entrevistas temáticas de diversos segmentos do movimento, com o objetivo de verificar as semelhanças e as diferenças das motivações existentes. Estabelecendo assim, um espaço de diálogo com outros tipos de fontes.

As fontes administrativas e jurídicas do Mutirão constituem-se fundamentalmente de relatórios, atas, fichas de inscrições, projetos financeiros, estatuto da instituição e outros. Através dos relatórios financeiros (documentos firmados

principalmente com entidades estrangeiras para a manutenção dos trabalhos do Mutirão), atas de reuniões e o livro de presença, foi possível identificar as transformações ocorridas ao longo dos anos. Transformações tanto de ordem administrativa, quanto jurídica e econômica.

Os relatórios e as atas das assembleias, ajudaram a compreender e a identificar as estratégias de articulação e resistência traçadas pelo Movimento; sua lógica de ação, suas conquistas, como também, os percalços enfrentados que gradativamente levaram a sua desarticulação.

Todas as fontes citadas contribuíram para a compreensão e análise do processo histórico do Mutirão de Nova Aurora e a construção da memória desta população.

Este estudo está estruturado de um capítulo introdutório que apresenta o panorama do trabalho, sua delimitação, sua problemática e os conceitos que foram discutidos ao longo dos demais capítulos. Consta ainda, a metodologia e fontes utilizadas e a discussão teórica em torno dos movimentos sociais.

O capítulo seguinte, “**História urbana, cultura política e novos atores sociais**”, apresenta a contextualização sobre os problemas da terra e as questões que envolveram o projeto de reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos. Procurando identificar a trajetória das políticas públicas implementadas em diferentes momentos do século XX que favoreceram o modelo de organização espacial atual. Também, procura traçar um panorama da organização espacial de Nova Iguaçu com o objetivo de buscar elementos relevantes na formação da mobilização do Movimento do Mutirão de Nova Aurora.

O segundo capítulo, “**Construindo o movimento**”, estabelece uma articulação entre a conjuntura local e as motivações da organização popular; delineando

suas características, sua lógica de articulação e as transformações sofridas ao longo dos anos.

Procurando ainda, compreender o enquadramento da memória e a apropriação que cada segmento estabeleceu durante esse processo, principalmente os que se auto-reconhecem como "herdeiros do movimento". Esse processo sugere identificar também as diversas práticas discursivas construídas pelo Mutirão que possibilitaram a formação da sua memória e identidade.

O terceiro capítulo, **“Parcerias e articulação do Mutirão na execução do seu projeto social”**, consiste em identificar e analisar as principais articulações políticas do Mutirão como estratégia de continuidade da luta e garantia da participação dos direitos da cidadania plena por parte de seus membros. As articulações analisadas foram com a Igreja Católica, o Estado, os partidos políticos e algumas ONGs, abordando as principais estratégias políticas municipais e estaduais que garantiram a desapropriação e os títulos de propriedade da terra em Nova Aurora.

Este capítulo também procura apresentar o momento de amadurecimento do Mutirão, destacando suas principais vitórias e o reconhecimento junto a importantes entidades estrangeiras. Para este fim, analisamos três momentos que representam o auge do movimento: a conquista dos títulos de propriedade, a marcha e vigília em frente ao Palácio Guanabara, que garantiu a chegada da educação formal para a comunidade e a visita do Presidente Sarney ao Mutirão.

O quarto e último capítulo tem como objetivo analisar o momento de declínio do Mutirão, verificando fundamentalmente três episódios: a descentralização administrativa, como o início de um processo de vários conflitos internos e externos, desencadeando a "crise" do Movimento; a emancipação do município, como um processo de disputas e desmobilização política do município, resultado da infiltração e

apropriação de novos atores políticos na estrutura do Mutirão. E por último, verificar a interferência das Organizações não-governamentais, representadas por seus voluntários e os agentes de pastorais.

Finalizando, procuramos realizar um apanhado geral do trabalho, mapeando seus principais elementos de análise e estabelecendo uma conexão com os argumentos teóricos apresentados.

1.2 – Trajetória e debate teórico acerca dos movimentos sociais

O campo de análise dos movimentos sociais é extremamente vasto, pois oferece um relevante potencial de pesquisa. Tanto na dimensão teórica quanto empírica encontramos abordagens que contemplam variados tipos de análises e problemáticas. No entanto, ainda são tímidas as produções no campo da História.

De acordo com Maria da Glória Gohn, socióloga especialista na temática, a literatura brasileira a respeito dos movimentos sociais é pobre, fundamentalmente os trabalhos de cunho teórico. Segundo a autora, os estudos produzidos até então, têm se orientado no modelo empírico-descritivo.¹

Anteriormente essa temática era vista como exclusividade pelas ciências sociais, havia um certo constrangimento por parte da História em realizar estudos sobre a questão.

Esta realidade, entretanto, vem timidamente sendo superada nos últimos anos. De certo, as produções ainda se concentram nos estudos comparativos, poucos lhe conferem um teor analítico.

¹ Este debate terá como suporte básico às leituras e análises realizadas por Gohn em seu trabalho, “**Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997”.

Neste sentido, Gohn ao citar Melucci conclui que a falta de teorização está ligada ao fato dos movimentos ocorrerem em espaços não consolidados, eles são, *“parte da realidade social na qual as relações sociais ainda estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”*.²

Teoricamente, os modelos explicativos construídos ao longo dos anos sofreram alterações de acordo com as escolas que os representavam e as transformações que ocorreram junto às sociedades.

Os principais paradigmas são representados pelas escolas norte-americana, a francesa e alemã.

A escola norte-americana divide-se, segundo seus analistas, em teorias clássicas e contemporâneas. A teoria clássica, delimitada aproximadamente entre a década de 1920 a 1960, pode ser subdividida em cinco correntes diferentes, representadas pelos estudos de Park e da escola de Chicago, além Blumer, Fromm, Hoffer, Kornhauser, Lipset, Haberle, Parson, Tuner, Killian, Smelser, Suzinick, Gusfield, Messinger. Neste sentido, Gohn alerta para o risco de agrupar os estudos teóricos, pois os mesmos podem apresentar nuances.

Em linhas gerais, são análises que buscam a compreensão dos comportamentos coletivos enfatizando os aspectos sociopsicológicos. Centram-se nas estruturas dos sistemas sociopolíticos e econômicos, utilizando-se de categoriais como sistema, organização, ação coletiva, comportamentos, integração social. Seus teóricos construíram conceitos caracterizando o que entendiam como: mobilização de recursos, privações culturais, institucionalização de conflitos e oportunidades políticas. Essas categorias e conceitos deram origem ao paradigma norte-americano que Gohn dividiu em Teoria de Mobilização de Recursos e Teoria de Mobilização Política.

² As palavras de Melucci (1994:190) estão contidas no trabalho de Gohn acima citado, p. 12.

A abordagem clássica compreendia a doutrina do interacionismo simbólico, interpretando os movimentos sociais como reações a uma disfunção ou descompasso social. Entendidos como ciclos evolutivos, estes necessitavam de uma dinâmica de comunicação que favorecesse sua ação.

A adesão dos indivíduos é entendida como uma ação irracional ou reação psicológica, causada pelas suas insatisfações ou desorientações. É a idéia da anomia social.

A teoria do interacionismo baseava-se na relação entre o indivíduo e a sociedade em perfeita harmonia. Há uma valorização da instituição como forma de garantia da ordem social e dos direitos à democracia. Essa idéia emergiu impulsionada pelos anseios de progresso da sociedade americana calcada na orientação reformista.³

A versão contemporânea, marcada pelas transformações ocorridas nos anos de 1960, dá origem a outros aspectos de análise. Com a nova dinâmica social, emergiu também novas modalidades de movimentos sociais que as teorias clássicas não deram conta.

O paradigma norte-americano passa por uma revisão crítica, dando origem às teorias de Mobilização de Recursos e Mobilizações Políticas.

A Mobilização de Recursos analisa as mobilizações coletivas a partir da ótica econômica, dando ênfase aos interesses, aos recursos, oportunidades e as estratégias. Mantendo, portanto, o caráter utilitário das análises anteriores. Seus principais expoentes são Olson, Zald, Mc Larty, Charles Tilly e Oberschall.

A partir dos anos de 1970, a escola norte-americana sente novamente a necessidade de reformulação, frente às transformações sociais que sinalizavam o processo de globalização e todas as suas implicações. As críticas ao utilitarismo e ao

³ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 28.

individualismo, levam à redefinição do seu referencial teórico, buscando construir novos conceitos para preencher as lacunas existentes.

Para este fim, recuperam-se categorias relacionadas à cultura e à psicologia social. Há uma valorização dos processos políticos e dos elementos culturais nos modelos explicativos e, conseqüentemente, uma aproximação das teorias culturalistas. A linguagem, os símbolos, as práticas de resistências, passaram a ser analisadas enquanto significados sociais que configuram as ações populares. A política passa a ser compreendida e associada à cultura dos grupos organizados em espaços próprios, por meio de práticas culturais.

No entanto, sua política é entendida do ponto de vista das elites, ou seja, os movimentos sociais só ocorreram quando houve o enfraquecimento das elites. Não superando, deste modo, o reducionismo e o utilitarismo. Essas concepções são representadas pelos estudos de Tarrow, Zald, Tilly, Snow, Benford e Gamson.

A abordagem européia encontra-se balizada pelas construções teóricas de duas importantes tendências, a marxista e a culturalista. A escola alemã, marcada pelas teorias orientadas por Karl Marx, constituiu-se como precursora do materialismo histórico ou Marxismo. Estas idéias influenciaram outras escolas por um longo período.

Essencialmente, tais idéias procuravam compreender os processos de luta partindo da teoria de carência econômica ou opressão sociopolítica e cultural, destacando a situação de subordinação da classe operária frente à estrutura da sociedade capitalista.

Sob os fundamentos clássicos, esta linha aborda o estudo sobre a gênese do sistema capitalista e suas premissas. Seus principais conceitos são: a mais-valia e a acumulação de capital, analisados a partir de categorias como a práxis e o modo de produção.

De acordo com o trabalho de Gohn, a classe operária, nesta perspectiva, seria o principal agente de um novo devir histórico, por ser oponente direto da burguesia. Essas análises promoveram uma leitura mecanicista e determinista da sociedade e sua dinâmica.⁴ Seus principais teóricos são Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, Mão Tsé-Tung e Gramsci.

No final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, as teorias marxistas foram apropriadas pelos movimentos sociais não como pensamento teórico, mas sim, como uma orientação metodológica que se converteu no socialismo. Essa tendência é apontada por Nogueira como o principal problema para os países que adotaram o regime socialista como modelo alternativo de sociedade. Pois, segundo o autor, o mesmo foi construído por meio de transferência instantânea de teorias que se cristalizaram pelas instituições como justificativa partidária.⁵

Ainda de acordo com as análises de Nogueira, a falta de uma teoria consistente acerca dos fenômenos políticos e sociais, possibilitou uma interpretação generalizada da subordinação à esfera econômica. O marxismo ou pelo menos suas distorções, como argumenta Nogueira, negou a autonomia das categorias do político e do sujeito, conseqüentemente, não conseguiu acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo e nem responder aos novos problemas originados por elas. Todo esse processo forçou uma revisão das idéias marxistas.

A perspectiva contemporânea, contudo, procura dar ênfase a categoria da cultura em suas análises, valorizando as experiências cotidianas, os usos, os costumes sociais como forma de compreensão dos movimentos sociais.

⁴ Idem. Op. cit. 172-173.

⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio. O Século dos paradoxos e a reposição do marxismo. In. **Pensar o século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina/** Aggio, Alberto. Milton, Lahuerta – S. Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 43.

Representada por marxistas não-ortodoxos ou neomarxistas, os teóricos Hobsbawm, Thompson, Rudé, Claus Offe, Lojkine, Laclau e Castell, analisaram os novos movimentos sociais, procurando demarcar a dimensão da cultura, mas sem abandonar a teoria das privações econômicas.

No Brasil, as pesquisas em torno dos movimentos sociais têm se centrado na origem do movimento, na sua natureza e na sua dinâmica. Os trabalhos tidos como conservadores, seguem a lógica dos teóricos do paradigma histórico-estrutural, ou seja, procuram relacionar os movimentos sociais aos problemas de ordem estrutural, como: o agravamento da pobreza, da falta de infra-estrutura e o aumento da espoliação urbana. Podemos citar o trabalho de José Álvaro Moisés (1978), que procurou analisar os movimentos emancipatórios de Osasco e Pirituba na década de 1950. Destacamos também, as pesquisas de Vera Silva Teles sobre as CEBs (1980), os estudos de Ana Doimo sobre o movimento dos transportes em Vitória (1984), o de Silvio Maranhão sobre as lutas urbanas em Recife. (1984).

Tendo como base teórica os pressupostos apresentados por Karl Marx, autores como M Castells, Jordi Borja, Jean Lojkine, Antônio Gramsci e outros, em menor ou maior escalam, atribuíram às contradições do capitalismo um lugar central na eclosão e no desenvolvimento das lutas dos movimentos. Buscaram captar a lógica das determinações, das contradições como categoria, ressaltando o sistema de acumulação, as estruturas sociais, principalmente a econômica e os processos sociais.

Todavia, o mundo pós-guerra inaugura um processo contínuo de transformações nas diferentes teias do tecido social. Porém, é a década de 1960 o ápice das profundas mudanças em dimensões globais. Antigas ancoragens e certezas que pareciam cristalizadas e aparentemente resolvidas pela sociedade, entraram em colapso a partir do momento em que o descompasso entre a teoria ou modelos sociais e a prática

social tornou-se aparente. Diversos grupos sociais buscavam afirmar-se em diferentes dimensões e passaram a questionar a posição privilegiada de alguns segmentos, tanto de ordem política e econômica como de ordem social e cultural.⁶

Marcada pela efervescência cultural e política, em escala mundial, a década de 1960 é caracterizada pelo surgimento de novos movimentos sociais, ou melhor, por novos atores sociais. Representados por hippies, feministas, esquerdistas, organizações populares e outros, esses grupos apresentaram-se como um importante instrumento de conquista de identidades e do exercício da cidadania nas esferas individual e social. Desenvolvendo uma nova cultura política pautada na transformação do cotidiano.⁷

Contudo, o descortinamento destes segmentos permitiu a construção de novas práticas sociais e o surgimento de novas coletividades, incitando uma resposta enérgica por parte da parcela social tida como conservadora, principalmente nos âmbitos político e econômico.

Num contexto de guerra-fria, resultado da bipolarização política mundial, tanto os representantes capitalistas e socialistas desenvolveram uma política de endurecimento frente às agitações dos novos atores políticos e sociais que buscavam lograr um mundo mais igualitário e democrático.⁸

No entanto, a política de repressão não fez desaparecer as novas organizações coletivas, pelo contrário, o processo de intimidação parece ter estimulado ainda mais a necessidade de se criar uma nova lógica social que contemplasse a parcela marginalizada e excluída da sociedade. Porém, para muitos estudiosos, a impossibilidade de intercâmbio e os diferentes interesses dos grupos, além de ações

⁶ WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.24

⁷ Idem. Op. cit. p. 33

⁸ Idem. Op. cit. p. 22

avessas à centralização e à burocratização, não permitiu aos novos movimentos sociais transformações macro-sociais em face de sua fragmentação.

Por conseguinte, percebemos que se faz necessário uma maior reflexão sobre a interação entre as relações políticas, sociais e culturais, entre o local e o global. Entendemos que aspectos de ordem macro-política interagem e redimensionam a dinâmica local ou regional, como também, os eventos locais podem ser elementos fundamentais nas mudanças que atingem circunstâncias globais. É uma relação recíproca, os movimentos sociais se organizam de forma estratégica de acordo com suas identificações e interesses, são capazes de mesclar suas ações, associar-se e ampliar seu espaço de atuação e de reivindicação, estendendo seus objetivos e conquistas.⁹

O desenvolvimento e o intercâmbio entre as organizações coletivas, inseridas em rede, buscam a articulação dos novos atores sociais e recriam as velhas práticas políticas com o objetivo de possibilitar a construção e o exercício da cidadania plena. Uma cidadania autêntica, conquistada e amadurecida, que potencialize a criatividade e a capacidade política do sujeito, respeitando a diversidade, como afirma Castoriadis: *"A autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta, incidindo não sobre "fatos", mas sobre significados imaginários sociais e seu fundamento possível. Momento de criação que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduo".*¹⁰

Tomar pura e simplesmente a consciência da opressão, da exclusão e da desigualdade, não garante o exercício da cidadania. Este só é pleno mediante a participação ativa dos indivíduos na formação e funcionamento da sociedade na qual está inserido.

⁹ COELHO, Franklin Dias. **História urbana e Movimentos sociais: O movimento de reforma urbana (1950-1960)**, 1996 - Tese de doutorado - UFF. p. 75

¹⁰ CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. SP. Paz e Terra: 2000. p. 154

Segundo Castoriadis, "*a autonomia não é um fim em si, ela é também isso, todavia, queremos a autonomia também e sobretudo para estarmos capacitados e livres para fazer as coisas*".¹¹

A teoria cultural e social pós-estruturalista procura apontar outros elementos de análise, processos de continuidades e rupturas, chamando a atenção para as mediações que se reportam à esfera da cultura e da expressão política. O reducionismo economicista não dava conta das novas problemáticas e da nova dinâmica social do mundo pós-moderno e suas contradições, pois as carências e a exclusão podem estar tanto na dimensão da degradação física e material, quanto psicológica e moral. As articulações, as posições que o sujeito ocupa, as estratégias de suas ações, só podem ser compreendidas a partir das análises e a interação das diferentes categorias sociais como: identidade, solidariedade, comunidade e outros conceitos semelhantes.

A subjetividade dos fenômenos sociais ganha importância, as falas, as expressões, as práticas cotidianas, são fundamentais para a compreensão dos movimentos. Os indivíduos passam a ser analisados como atores sociais, dotados de pensamentos e estratégias, buscando decodificar o sentido de suas ações.

A categoria das classes sociais não ocupa lugar privilegiado neste tipo de abordagem, pelo contrário, nesta perspectiva o sujeito pode se identificar com diferentes grupos, em diferentes momentos, podendo assumir uma identidade plural que permite enquadrá-lo em diferentes posições nas relações que permeiam o corpo social. Em outras palavras, a sociedade não é pensada dividida em classes sociais, e sim, em diversos compartimentos que estão em constante disputa na rede das relações sociais.

Alguns representantes desta corrente também têm a década de 1960 como ponto de partida para suas análises, como a autora Kathryn Woodward em seu artigo: "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual", identifica os anos

¹¹ Idem. Op. cit. p. 155

1960 como precursores dos movimentos sociais, pois grande parte destes grupos é representante das minorias sociais e sua origem está no processo histórico vivido por estes movimentos.¹²

Segundo a autora, apesar das diferentes lutas, a marca destes novos atores sociais é a profunda preocupação com a identidade. As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, inauguradas pela modernidade e a atual sociedade contemporânea, desencadearam uma série de conflitos e questionamentos, tanto no âmbito global quanto local e individual.

As velhas estruturas e conceitos entraram em colapso com processos como a globalização. Este fenômeno não só acelerou a dinâmica social e econômica, como também possibilitou o contato de grupos étnicos diferentes, abalando as "velhas certezas" e reconfigurando o imaginário social.

No plano pessoal ou individual, conceitos e identidades relacionadas à sexualidade, maternidade e nacionalidade estão sendo contestados. Assim, como no plano nacional e internacional, valores, hábitos, crenças religiosas, em diversos lugares, estão sendo causa de conflito. No campo da História, esses conflitos parecem uma tentativa de reafirmar sua memória, sua identidade e seu processo histórico.

Em linhas gerais, Kathryn Woodward procura oferecer elementos que interagem na esfera da identidade e da diferença, procurando analisar a estreita relação entre esses conceitos.

Para a autora, as identidades são construídas e mantidas através das interações das dimensões simbólica social e psicológica, e só podem ser compreendidas examinando como este conceito se insere no "*circuito da cultura*" e o seu sistema de representação. Em outras palavras, é preciso compreender as práticas de significação e

¹² WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.33

os sistemas simbólicos, posicionando-nos como sujeito, pois é isso que dá sentido a nossa existência.¹³

No que se refere à identidade nacional, a autora aponta para duas perspectivas de análise: a essencialista e não-essencialista. A primeira, baseia-se no conjunto imutável de características comuns a todos de um mesmo grupo, geralmente defendido e respaldado na Biologia; a segunda, ressalta as diferenças e semelhanças entre os membros do mesmo grupo e os demais grupos étnicos.

Quanto à afirmação das identidades e a demarcação da diferença, a autora também sugere alguns procedimentos fundamentais como: conceituar, identificar e classificar os diferentes movimentos.

A importância e a necessidade de afirmações sociais realizam-se no ponto de tensão entre o essencialismo e o construcionismo. O essencialismo pode fundamentar-se tanto na História, enquanto passado partilhado, como na Biologia para definir e servir como referencial social.¹⁴

Complementando o trabalho da Kathryn, o autor Tomáz Tadeu da Silva enfatiza o processo da produção discursiva e social da diferença. Segundo ele, a questão da identidade e da diferença não pode ser reduzida a uma posição de respeito e tolerância para com a diversidade, pois não foram dadas pela natureza. Na verdade, essas questões são construídas cultural e socialmente e, como tais, devem ser mais que celebradas, devem ser questionadas e problematizadas.¹⁵

Nesta perspectiva, a atual teoria educacional crítica e a pedagogia oficial, que servem como suporte para as principais discussões em torno do multiculturalismo e

¹³ Idem. Op. cit. p. 17

¹⁴ Idem. Op. cit. p. 12-13

¹⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 80

temas afins, possuem um caráter de respeito e tolerância frente à diversidade, encarando-a como algo natural, cristalizado, essencializado.

Para o autor, esta perspectiva positiva encara a identidade e a diferença como uma especificidade própria, autocontida e auto-suficiente, porém ressalta que esta posição liberal não esgota as questões que emergem em torno dos respectivos conceitos.

Partindo dos princípios construcionistas ou não-essencialistas, a identidade é um produto de um processo histórico-cultural específico, ou seja, só ganha sentido se analisada a partir do seu sistema de representação. Portanto, tanto a identidade quanto à diferença ocultam uma série de pressupostos que juntos modelam o corpo que distingue uma da outra, e que serve como referencial para determinar uma cultura, um povo, um grupo.

Há uma estreita ligação entre as duas categorias, uma só faz sentido tendo como referência uma outra perspectiva que não é a própria. Ou seja, uma só se faz necessária mediante a presença da outra. Num processo de determinação mútua, porém constituído socialmente e, como tal, a partir de elementos que possibilitem sua existência, sua articulação e manutenção. Assim, a linguagem, os signos, a memória, fazem parte do sistema de significação no qual a identidade e a diferença adquirem sentido.¹⁶

Encarados como resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, o sistema de significação possui uma estrutura instável e indeterminada, podendo ser criado, recriado e transformado, a partir das relações de poder as quais está sujeito. É neste processo que se encontra a impossibilidade de uma identidade definitiva.

¹⁶ Idem. Op. cit. p. 78

Todo este sistema está sujeito a vetores de força dentro de um campo hierarquizado, num constante processo de disputa.

De acordo com Tomaz Tadeu, a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam uma série de operações que indicam as posições-de-sujeito. Operam, ainda, nos processos de inclusão e exclusão, na distinção e classificação do indivíduo. Estes dois últimos, contribuem para dividir e hierarquizar o mundo social.¹⁷

Entretanto, o processo de produção da identidade obedece a dois movimentos distintos: o de fixar e estabelecer a identidade e o de subverter a identidade. Neste último, é que surgem os movimentos sociais.

A teoria cultural contemporânea tem apontado para alguns movimentos que conspiram no sentido de complicar as questões em torno da fixação da identidade, como: o hibridismo - que está ligado aos movimentos migratórios que permitem o contato entre diferentes culturas. Nesta perspectiva, a miscigenação, a conjunção, o intercurso entre as diferentes nacionalidades desestabilizam as tendências que concebem as identidades como algo estritamente dividido, segregado, pois acreditam no essencialismo original.

Na teoria pós-estruturalista, o conceito de representação é concebido como um sistema de significação marcado por um traço visível exterior, é compreendido, portanto, em sua dimensão de significante. Constituído socialmente, possui o mesmo caráter ambíguo e instável que a linguagem, a identidade e a diferença.

Na perspectiva performativa, a representação não é um processo meramente descritivo, é permeada pelo aspecto performativo da produção da identidade. São proposições cuja enunciação é absolutamente necessária para a consecução do resultado que anunciam.¹⁸

¹⁷ Idem. Op. cit. p. 81

¹⁸ Idem Op. cit. p. 92

Segundo Judith Butler, a eficácia ou o fracasso produtivo dos enunciados performativos ligados à identidade depende da constante possibilidade de repetição.¹⁹

Sugerindo a mesma tendência de análise, Stuart Hall analisa as questões em torno da identidade a partir da crise identitária frente à nova lógica contemporânea globalizada. Sua crítica está centrada na idéia de uma identidade integral, originária e unificada, e na falta de uma profunda teorização sobre o tema.²⁰

Rejeitando a concepção "naturalista" da identidade, acredita que esta é produto de um processo de articulação, uma suturação, uma determinação que envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas. Processo que o autor denomina de "efeitos de fronteiras". Portanto, o conceito de identidade desenvolvido aqui, como o próprio autor argumenta, é um conceito estratégico e posicional.²¹

A marcação do traço da identidade está intimamente ligada à utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura, para a produção não só daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Como podemos verificar nas palavras de Hall:

*"Utilizo o termo "identidade" para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos "interpelar", nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode "falar"."*²²

¹⁹ BUTLER, Judith. **Corpos que pensam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: Lopes Louro (org.) O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999: 151-172.

²⁰ HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103

²¹ Idem. Op. cit. p. 106

²² Idem. Op. cit. p. 111

Para Hall, as identidades são as posições que o sujeito ocupa ou é obrigado a assumir, que podem ser múltiplas, no entanto, essas posições são representações.

Na esfera política, percebe-se o significativo aumento da capacidade da sociedade recriar os discursos e as formas de atuação política sob diversas vias. Os movimentos sociais são fundamentais neste aspecto, pois tendem a moldar suas estratégias de luta, sem recurso aos paradigmas ditados pelas tradições liberal e marxista, enfatizando, no discurso político, as questões temáticas e a subjetividade. Como evidencia Franklin Coelho: "*A procura de identidades sociais construídas no território, seja na construção da imagem de modernidade, como genealogia dos micropoderes ou como territórios de utopia, significava trazer à cena os atores sociais, no caminho crítico as concepções estruturalistas.*"²³

Perceber a memória como instrumento político fundamental na formação e manutenção de identidades e das relações sociais, nos possibilita identificar os elementos de continuidades e rupturas nos discursos, a procedência e a leitura de mundo dos indivíduos.

Para a autora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Jacy Alves de Seixas, a memória é uma ferramenta analítica, um instrumento político capaz de unir passado e presente, mover as ações sociais positivamente em busca de um fim, de sua realização no futuro.²⁴

A História, em função de sua estreita relação com a memória, ganha uma nova dimensão, pois nesta perspectiva passa a ser encarada não como o estudo de um

²³ COELHO, Franklin Dias. **História urbana e Movimentos sociais: O movimento de reforma urbana (1950-1960)**, 1996 - Tese de doutorado - UFF. p. 43

²⁴ SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais**. IN: Bresciani, Stella. E Naxara, Márcia. (org.) Memórias e (res)sentimentos: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

tempo que não existe mais, mas sim, como a possibilidade de alargar as diferentes percepções do passado.

Walter Benjamin assinala a estreita relação entre passado e presente. Para o autor, o que passou não constitui matéria estagnada, mas algo pronto a irromper no curso da vida presente; não se encontra na dimensão do ocorrido, pode, inclusive, anunciar-se como possibilidades de vir a ser.²⁵

Ao se trabalhar no campo da memória, o passado se relaciona com o presente, porém não como uma ação nostálgica, mas como um processo continuativo de um tempo a ser reconstituído.

As noções de memória e história são articuladas como elementos fundamentais para a interpretação do passado.

A memória individual e a coletiva se alimentam e possuem pontos de referência na memória histórica, as quais são constantemente negociadas, num permanente processo de disputa.

Segundo Maurice Halbwachs, a memória individual traz consigo lembranças que estão sempre interagindo com a memória social, seus grupos e instituições. A memória do indivíduo está impregnada das memórias dos que o cercam. Assim, ela se modifica e se rearticula conforme a sua posição e as suas relações que estabelecem nos diferentes grupos do qual participa, além de está submetida a questões ligadas ao inconsciente, como afeto, a censura e outros aspectos.²⁶

1.3 - Quadro teórico

²⁵ BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In.: Benjamin, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 222-225.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p.36

O presente trabalho tem como suporte os pressupostos teóricos apresentados pela teoria cultural contemporânea acerca da análise do discurso e os estudos sobre memória e identidade social.

Para a utilização dos conceitos de memória, identidade coletiva, cidadania, representação, comunidade, rede social, poder simbólico, esfera política e cultura, tomamos como referencial os trabalhos desenvolvidos por Michel Foucault (A ordem do discurso-2003), P. Bourdieu (O poder simbólico-1989), M. Pinto (Comunicação e discurso-1999), M. Abreu (Evolução urbana do Rio de Janeiro-1987), Melucci (The Process of Collective Identity-1995), Pierre Achard (O papel da memória-1999), Tomáz Tadeu Silva (A produção social da identidade e da diferença-2000), Maurice Halbwachs (A memória coletiva-1990), Stuart Hall (Quem precisa de identidade?2000), Jacques Le Goff (História e memória-1990), Kathryn Woodward (Identidade e diferença-2000), Jacy Alves de Seixas (Percurso de memória em terras de história-2001), Walter Benjamin (Sobre o conceito de História-2001), Ernest Cassirer (Ensaio sobre o homem-1994), Gines (La Amistad-1996) e Durkheim (Sociologia geral-1995).

Compreendemos que a memória é uma construção inacabada, realizada pelo sujeito a partir das suas condições, seu mundo social e suas particularidades que interferem na sua leitura, seus significados e representações que possui do mundo. Entretanto, o sujeito, compreendido como um ser social, partilha sentimentos de pertencimento, por possuir laços de identidade cultural ou por habitar um mesmo espaço e tempo com outras pessoas. Esse processo fortalece e constrói a pluralidade dos olhares e das experiências culturais e políticas articuladas pela memória coletiva.²⁷

De acordo com Ernest Cassirer, o homem não pode ser compreendido

²⁷ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. p. 476

senão socialmente. Na sua obra “*ENSAIO SOBRE O HOMEM*”, Cassirer busca compreender a cultura humana através de uma visão universal sintética que inclua suas formas individuais, definidas pelos setores culturais – linguagem, mito, religião, arte, história e ciência – num processo criativo.²⁸

Em harmonia com a perspectiva construcionista, os trabalhos de Achard, Woodward, Hall e Tadeu Silva, propõem o exame do indivíduo enquanto sujeito inserido na trama da vida coletiva, apesar de reconhecer a existência de uma memória individual, esta se inscreve em quadros sociais. A memória não é pensada como reprodução do passado, mas sim, como uma reconstrução do mesmo a partir de experiências coletivas.

Segundo Halbwachs, a memória do sujeito depende do seu relacionamento com a família, classe social, escola, enfim, dos grupos com referência e pertencimento do indivíduo em questão. Como evidencia suas palavras: *“Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratando de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.”*²⁹

Sujeita a vetores de força, a memória sofre a ação de diversos elementos sociais, como a língua, o discurso, os livros, a imagem e etc; que operam no sentido de entrecruzar memória coletiva (lembrança, foco de tradição, manutenção de reminiscência) e História (quadro dos acontecimentos, conhecimento, documento histórico).

Portanto a memória é entendida aqui, não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas como um fenômeno social e cultural, fruto das

²⁸ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. .118.

²⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p.26

negociações e interações entre o individual e o coletivo, entre o passado e o presente; capazes de unir grupos sociais num processo de constituição de identidade e imaginário social³⁰

Segundo a visão de Jacy Alves de Seixas, a memória deve ser compreendida como um instrumento político fundamental na formação e manutenção de identidades sociais, além de fornecer elementos de continuidades e rupturas nos discursos que permeiam as coletividades.³¹

A esfera política é entendida com um campo de forças e de lutas, onde os sujeitos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, pois o que está em jogo é o poder.³²

De acordo com o autor, a luta pelo poder é um embate discursivo que amplia seu caráter simbólico. O poder simbólico ganha relevância nas análises de Bourdieu, pois este se afirma como instrumento por excelência de integração cultural. Nesta perspectiva, o campo é o “lugar social”, onde as pessoas reconhecem e participam de um mesmo código em relação a portadores de outros códigos e referências. Contudo, um campo pode estar submetido direta ou indiretamente a outros.

A memória e o discurso são elementos chaves, mantenedores do poder e da representação simbólica das relações sociais, que constituem e são constituídos pela fixação das identidades, num processo de mutualidade.³³

Segundo Jacques Le Goff, *“A memória é um elemento essencial do que*

³⁰ PÊCHEUX, Michel. **O Papel da memória**. In: Nunes, José Horta. (org). O papel da memória: traduções e introduções. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49 - 56.

³¹ SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história**: problemas atuais. IN. Bresciani, Stella. E Naxara, Márcia. (org.) Memórias e (res)sentimentos: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

³² BOURDIEU, Pierre. **O PODER SIMBÓLICO**. Lisboa: Difel, 1989.

³³ SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 83

*se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.*³⁴

Portanto, a identidade é um resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, igualmente sujeita a relações de poder e de disputa. Melucci afirma que a identidade coletiva é o processo de um sistema de ação, sendo este processo interativo e compartilhado entre os indivíduos.³⁵

Foucault afirma ainda, que a produção do discurso é um processo relacionado ao controle, seleção, organização e redistribuição da fala e das informações a serem processadas, com o objetivo de dominar seu acontecimento aleatório e esquivar-se da sua temível materialidade. O discurso é reconhecido como um elemento capaz de ordenar a ordem social vigente.³⁶

Como construção social, o discurso é passível de modificação, mediação e transformação. Implicando em práticas sociais, como afirma Milton Pinto, *“Definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e outras semióticas que se constroem textos, são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não de alguma coisa de caráter puramente instrumental às pressões sociais”.*³⁷

Este processo, segundo Hall, evidencia posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder e divisão de classe social. Para o autor, o conceito de identidade é posicional e multifacetado, mediante a capacidade do sujeito possuir e assumir não uma, mas várias identidades.³⁸

Com o objetivo de compreender as diversas dimensões que se insere e

³⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. P.476.

³⁵ MELUCCI, 1996. p. 70. Citado por Gohn em **Teorias dos Movimentos Sociais**. 2004.

³⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9º ed. São Paulo: Loyola, 2003. p 09

³⁷ PINTO, M. **Comunicação e discurso**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 24

³⁸ HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 109

interagem na esfera da cultura, tomaremos como suporte o conceito de representação, entendido como práticas de significação, sistemas de símbolo por meio dos quais os significados são produzidos.³⁹

O conceito de cultura é entendido como um fenômeno de construção humana, em outras palavras, um universo simbólico construído pelo homem para ordenar a sua existência. De acordo com Hall, a cultura é produzida pelo discurso. Para o autor é, *“Um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.”*⁴⁰

É por meio da representação que vários elementos sociais, como a identidade, a diferença, a memória, a linguagem e o poder adquirem sentido e passam a existir. A articulação de estratégias de ação e de práticas discursivas possibilitou a mobilização dos novos movimentos e a construção da identidade e memória coletiva de seus membros, contribuindo para a luta em torno do exercício de cidadania.

A concepção de cidadania empregada neste estudo, está relacionada à idéia de emancipação, autonomia, uma liberdade consciente, madura, autêntica, que possibilite uma participação efetiva do funcionamento social. Uma cidadania que vivencie a construção e o fortalecimento de uma sociedade mais solidária.⁴¹

O conceito de comunidade pode ser entendido aqui, como a reunião de indivíduos ligados a um espaço geográfico, em virtude de seus componentes viverem de maneira permanente em uma determinada área, além da consciência coletiva de pertencerem ao mesmo grupo social, partilharem de assuntos e problema comuns, gerando laços de identidade.

³⁹ WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

⁴⁰ HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.50

⁴¹ CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade.** SP: Paz e Terra, 2000.

Para Durkheim, a consciência coletiva é a soma de crenças e sentimentos comuns a seus membros, formando um sistema autônomo, uma realidade distinta que persiste no tempo e une gerações.⁴²

Neste tipo de abordagem, os processos de mudança e de transformação social são vistos como sendo gerados a partir das ações coletivas dos indivíduos e suas estratégias inseridos em redes sociais.

Por rede social, podemos entender um grupo no qual cada pessoa está, de alguma forma, em contato com um número de pessoas. De acordo com J. C. Gines, rede social é uma dimensão integrada pelos vínculos que unem as pessoas no cotidiano, por laços de confiança ou não, e que repousam no intercâmbio recíproco de mensagens, bens e serviços. Dentro do conjunto social estes intercâmbios e transações possuem um caráter informal e acham-se fora de validade legal.⁴³

⁴² LAHATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas. 1995.

⁴³ GINER, J.C. **La Amistad** : perspectiva antropológica. Barcelona: Icaria, 1996.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA URBANA, CULTURA POLÍTICA E NOVOS ATORES SOCIAIS

Este primeiro capítulo objetiva dialogar com os diferentes autores destacados no texto a cerca do desenvolvimento e a organização socioespacial do Rio de Janeiro. Neste diálogo buscaremos focar as mudanças dos fluxos de localização espacial e como as novas dinâmicas econômicas contribuíram para acirrar os padrões de diferenciação e segregação urbana.

Por conseguinte, buscaremos compreender como os fluxos migratórios e a intervenção estatal, permitiram a prática de mobilidade socioespacial⁴⁴, voluntária ou compulsória, que culminou na atual estrutura das principais cidades do Rio de Janeiro.

Com o intuito de compreender a construção do projeto do Mutirão de Nova Aurora e sua lógica de articulação, julgamos necessário à busca de dados e elementos num passado mais remoto, ou seja, na formação e desenvolvimento do município de Nova Iguaçu. A existência de grupos e espaços heterogêneos que construíram historicamente sua cultura política obedecendo a uma determinada lógica, terminou por se consolidar como prática comum e peculiar desta região. Tais relações vivenciadas sempre nos limites do rural e o urbano, entre a solidariedade e a violência, entre a fartura e a pobreza, nos obriga a procurar não respostas, mas elementos que contribuam para a compreensão e construção da história do Mutirão de Nova Aurora.

Neste mesmo capítulo, abordaremos ainda, o processo e as transformações das ações do Estado Nacional, ressaltando a articulação do Mutirão de Nova Aurora no contexto de luta pela redemocratização do país.

⁴⁴ A noção de mobilidade socioespacial tem um sentido mais amplo que a de migração, englobando tanto deslocamentos de longa distância, referentes às migrações, quanto os de curta distância, referentes à mobilidade residencial. O que define é a mudança de uma localização no espaço. (Bassand -1980).

2.1- RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE MOBILIDADE SOCIOESPACIAL NO RIO DE JANEIRO

O debate em torno da questão urbana tem ganhado fôlego nos últimos anos. As transformações socioeconômicas do mundo contemporâneo têm afetado a dinâmica social nas principais cidades latino-americanas. Sugerindo a necessidade de se repensar os modelos explicativos sobre a estrutura urbana de suas grandes metrópoles.

O processo de globalização das economias latino-americanas redefiniu a estrutura produtiva nos grandes centros urbanos, introduzindo novos padrões ligados ao setor terciário.⁴⁵ O universo urbano passa a ser preponderante nas relações sociais em diferentes dimensões. Tanto nas relações de trabalho e produção, que passam a ser cada vez mais informais, quanto nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Podemos perceber o progressivo afastamento do Estado que continuamente transfere as responsabilidades sociais para a sociedade civil.

Todo esse processo, causou impactos socioespaciais sem precedentes e novos padrões de segregação urbana. Também afetou as previsões de explosão demográfica nas megalópoles latino-americanas.⁴⁶

Segundo Portes, os principais centros urbanos na América Latina apresentaram uma forte polarização social frente à nova ordem instaurada. A constante informalização do mercado de trabalho após os anos 80, a expansão dos assentamentos populares nas áreas valorizadas e a intensa “entrada” da classe média em áreas destinadas à população pobre, dão novos moldes à estrutura urbana atual.⁴⁷

⁴⁵ Na última década do século XX, consolida-se a economia globalizada através da revolução tecnológica e da terceirização de alguns setores secundários e terciários.

⁴⁶ PORTES, V. “Latin América urbanization during the years of the crisis”. In: Latin America Research Review, 1989. p. 33-34

⁴⁷ Idem. Op. cit. p. 10- 50.

De acordo com Luciana Corrêa do Lago, a estrutura socioespacial do Rio de Janeiro, bem como seu padrão de segregação, vem sofrendo alterações. Neste sentido, a autora afirma que *“o interesse do capital em geral somado aos interesses específicos dos incorporadores, ao determinarem as condições de reprodução dos trabalhadores e da própria elite, nortearam as trajetórias espaciais dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole”*.⁴⁸

No início do século XX, já é possível identificar as desigualdades sociais e a segregação ente os diversos segmentos no Rio de Janeiro.

As fronteiras neste período são orientadas, em particular, pelo capital privado e pelas políticas públicas. Outra característica deste momento é a expansão da Zona Sul e da Zona Norte, apenas para o deslocamento das classes média e alta. A expansão industrial possibilitou um aumento do poder aquisitivo do trabalhador médio, exigindo novas áreas de investimentos por parte das empresas imobiliárias, como evidencia o trabalho de Luciana Lago, *“(…) para essas classes consumidoras emergentes, as em presas imobiliárias criaram espaços modernos e funcionais (…). A consequência foi um enorme crescimento populacional dos bairros da orla marítima”*.⁴⁹

O centro e os bairros periféricos permaneceram em função dos trabalhadores urbanos. Como afirma Abreu, *“o período que se estende de 1870 a 1902, representa para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão/aceleração da malha urbana, como também, a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro”*.⁵⁰

⁴⁸ LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 35-40.

⁴⁹ Idem. Op. cit. p. 64

⁵⁰ ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. R. Janeiro: Zahar, 1987. p 43

As primeiras análises deste processo revigoram a oposição binária entre ricos e pobres, ou seja, priorizam o modelo dual, marcado pela oposição núcleo/periferia. No entanto, nos últimos anos, novos trabalhos sugerem novos elementos de análises, abrindo o debate em torno da questão. Autores como Castells, Fainstein, Gordon, Harloe e Mercuse, relativizaram a dualização, argumentando seu caráter esquemático, reducionista, que não expressa a enorme complexibilidade das cidades contemporâneas. Para estes críticos é necessário construir um modelo teórico capaz de romper com a idéia de dois mundos autônomos e independentes. É preciso estabelecer uma nova leitura que permita identificar as mediações entre as divisões socioespaciais.

Segundo Luciana Lago, há duas vertentes que procuram explicar o processo de estruturação urbana do Rio de Janeiro. Uma que atribui a segregação residencial aos efeitos do mercado fundiário e da intervenção do Estado, e outra que procura compreender a dinâmica metropolitana a partir da periferia.⁵¹

A primeira perspectiva enfatiza a desigualdade e a má distribuição dos investimentos públicos em várias dimensões sociais, como a infra-estrutura, saúde, educação e outras. Já a segunda, orienta-se na organização do espaço periférico calcada na espoliação e na transação informal dos loteamentos populares. Essa segunda vertente, reafirma o modelo dual núcleo/periferia⁵², na medida que compreende a periferia como o espaço dos loteamentos e da autoconstrução, e o núcleo como espaço da produção habitacional empresarial.⁵³

⁵¹ LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 15-20

⁵² Periferização, refere-se não apenas a um lócus, mas a um processo de segregação e diferenciação social no espaço, que tem causas econômicas, políticas e culturais. Representado como espaço da reprodução precária da força de trabalho ou da carência. (Lago, 2000: 39)

⁵³ LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 10-20

É importante ressaltar que esses espaços não são homogêneos, centro e periferia interagem, caracterizando o que alguns críticos do modelo dual chamam de estrutura polinucleada.

O processo de favelização marca o fenômeno da expansão periférica, no entanto, em um determinado momento rompe com a dualidade espacial, uma vez que tem um elevado índice de crescimento em áreas valorizadas e centrais.

Para Lago, na década de 1970 a favela passou a ser encarada como um produto da expansão industrial no Brasil, principalmente nas grandes metrópoles da região Sudeste. De acordo com a autora, *“o processo de favelização seria uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual, que se desenvolveu no país, especialmente a partir da década de 1950”*.⁵⁴

Durante a década de 1970, a perspectiva mais aceita sobre a expansão da favela era que este espaço seria a primeira alternativa do migrante recém-chegado principalmente os nordestinos. Estes “retirantes”, como eram chamados aqueles que fugiram da seca em direção aos centros urbanos, atraídos pelo desenvolvimento industrial, buscavam melhores condições de vida e de trabalho.⁵⁵ Logo após sua estabilização estes indivíduos seguiam rumo a periferia, tornando-se donos de um lote.

Entretanto, essa visão é contestada nos trabalhos de Castro (O migrante na cidade do Rio de Janeiro-1979), Kowarick (A espoliação urbana-1979) e Valladares (Debates urbanos - nº3, 1983). Estes demonstram que para a maioria dos trabalhadores, a favela não representa o início de uma trajetória no interior da metrópole e sim, o acirramento da exploração do trabalho e da desigualdade social.

⁵⁴ Idem. Op. cit. p. 39

⁵⁵ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará.** Niterói, 1998. (tese de doutorado – UFF).

Contudo, a falta de planejamento e infra-estrutura dos grandes centros levou ao adensamento populacional e, conseqüentemente, ao crescimento desordenado nas grandes capitais. Este processo terminou por empurrar grande parte dos recém chegados para as periferias ainda desocupadas, dando origem a novos municípios. Franklin Coelho, citando fontes do IBGE⁵⁶, ressalta que, *"A favela transforma-se em sinônimo da questão social no espaço urbano e os favelados se transformam, segundo a cultura institucional dominante, em classes perigosas. Sua imagem ganha esta dimensão simbólica de representação da pobreza, assumindo contorno de um debate nacional com a Batalha do Rio", desencadeada pelo jornalista Carlos Lacerda.*"⁵⁷

Embora admitindo os baixos padrões de subsistência tanto nas favelas quanto nas periferias, é importante destacar que estes espaços, de complexa compreensão, possuem segmentos heterogêneos. O modelo segregador e excludente não dá conta de compreender a diversidade social e as relações de poder existentes nestes espaços.

De acordo com Lago, *"Os fenômenos da pauperização da população brasileira e da informalização do trabalho, foram subsídios empíricos para que a noção de exclusão social caísse no domínio público, e passasse a ser utilizada tanto na mídia quanto nos meios intelectuais, nas situações mais diversas."*⁵⁸

⁵⁶ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Niterói, 1998. (tese de doutorado – UFF).

□ A chamada Batalha do Rio pode ser entendida como parte do processo de reconstrução de bases políticas daquele período. Lacerda acabava de sair da UDN e seus artigos no Correio da Manhã podem ser entendidos como ataques indiretos ao Presidente Dutra e seu homem na prefeitura do Distrito Federal. *A SOCIOLOGIA DO BRASIL URBANO*. Rio de Janeiro, Zahazr editores, 1978. P. 203.

⁵⁷ COELHO, Franklin Dias. **História urbana e Movimentos sociais:** O movimento de reforma urbana (1950-1960), 1996 - Tese de doutorado - UFF. P. 99

⁵⁸ LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole:** o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 29

No entanto, o conceito de exclusão adquiriu nova dimensão, pois não está centrado apenas na falta de recursos econômicos, mas sim, na ausência dos principais direitos de cidadania.⁵⁹

O processo de favelização é antigo no Rio de Janeiro, desde de 1937 há registros de apelos para a remoção de favelas. Na década seguinte, a discussão em torno desta questão ganha maior dimensão política e social. Em 1946 foi criada a comissão interministerial com intuito de pesquisar as causas de formação das favelas no Rio de Janeiro.⁶⁰

No entanto, as medidas e propostas para conter o problema têm, sobretudo, um caráter repressor que vão desde a proibição total de novas construções, até um controle severo para impedir qualquer tipo de exploração imobiliária nas favelas.

A intervenção estatal é um importante elemento constitutivo para a compreensão da distribuição espacial do Rio de Janeiro. A política estatal ora se baseou em argumentos de remoção, ora de urbanização. A segunda opção, constituía o discurso de integração dos pobres no mercado de trabalho, devido sua localização privilegiada.⁶¹

A política de remoção tem seus pilares no início do século, com a administração de Pereira Passos. Esse período é marcado pelo adensamento da classe trabalhadora nas áreas centrais, onde se concentrava grande parte dos empregos ou das indústrias manufatureiras.

⁵⁹ Para Oliveira, a exclusão é um fenômeno permanente em nossa história, porém no mundo contemporâneo adquiriu novas especificidades. (Oliveira, 1997: 147-148).

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p 40

O discurso sanitário e a necessidade de modernização* foram os elementos que justificariam a reforma de Pereira Passos, inaugurando um dos períodos mais conturbados da história do Rio de Janeiro. As ações do estado progressivamente invadem o que antes era domínio e dimensão do privado. As visitas domiciliares dos agentes de saúde, a vacina obrigatória, e por fim a demolição dos antigos casarões e cortiços, marcou uma nova relação entre o público e privado, entre o Estado e o espaço urbano.

O processo de expulsão da classe trabalhadora dos cortiços das áreas centrais, segundo Abreu, deu início a um outro efeito sintomático, a “periferização” dos pobres. De acordo com o autor, em 1920 a porcentagem entre trabalhadores da periferia e do centro era equilibrada, pois o subúrbio chegava à marca de 34% contra 37% do centro.⁶²

A década de 1930 é marcada pela decadência da economia agrária do café, e conseqüentemente pela ascensão dos setores industriais, embora em passos lentos e de total incentivo do capital estatal. Neste período destaca-se o capital imobiliário, como afirma Ribeiro, *O capital imobiliário de maior porte dirigia-se, principalmente para a promoção fundiária em grande escala, ficando a construção de moradias populares nas mãos de pequenos investidores.*⁶³

O capital especulativo imobiliário passa a delimitar sua área de atuação, primeiramente nas áreas valorizadas em expansão. Posteriormente, em menor escala,

□ Para que o Rio de Janeiro se tornasse uma capital moderna, competitiva internacionalmente, não bastava apenas que tivesse bairros residenciais aprazíveis para as elites. Era preciso que a cidade, e especialmente seu centro de negócios, se adequasse à nova imagem de cidade capitalista industrial. (Lago, 2000: 61)

⁶² ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. R. Janeiro: Zahar, 1987. p 43

⁶³ RIBEIRO, L. C. de Q., PECHMAN, R. Lorgs. **Cidade, povo e nação**. Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p 22

atingirá também o subúrbio. Como alternativa para as áreas pobres restava a autoconstrução, sem nenhuma organização e planejamento do Estado.

A política de controle e tolerância do Estado procurava conciliar o interesse de modernização exigido pela classe média, e os interesses dos empreendedores industriais que necessitavam de mão-de-obra. Como podemos verificar no trabalho de Maurício de Abreu,

*“É importante notar que as favelas proliferaram na cidade, numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo, entretanto, pouco afetadas por eles. Isto se explica de um lado pelo forte fluxo migratório que então se verificava, o que já em si já comprometia a concretização de qualquer ação coercitiva por parte do poder público. Por outro lado, essa mão-de-obra barata era necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capitais”.*⁶⁴

Nas tabelas abaixo, podemos observar a dinâmica de crescimento da população do Rio de Janeiro e a população migrante por década:

⁶⁴ ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. R. Janeiro: Zahar, 1987. p 143-145

: Crescimento da população total e favelada no município do Rio de Janeiro - 1950/1991

Anos	População do Rio de Janeiro	População favelada	Crescimento pop. RJ a.a (%)	Crescimento pop. fav. a.a (%)	Pop.fav./pop. RJ (%)
1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13
1960	3.300.431	335.063	3,34	7,06	10,15
1970	4.251.918	565.135	2,57	5,37	13,29
1980	5.090.723	722.424	1,82	2,49	14,19
1991	5.480.768	962.793	0,67	2,65	17,57

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; IPLANRIO, 1986.

População migrante no município do Rio de Janeiro, por década

Década	Migrantes	Migrantes / população total (%)
1950-1960	714.750	21,66
1960-1970	565.505	13,30
1970-1980	525.275	10,78
1980-1991	386.940	7,05

Fonte: Castro, 1979; Abreu, 1987; Censos Demográficos de 1980 e 1991; tabulações especiais.

A configuração do estado se deu desta forma, ou seja, procurando liberar as áreas centrais afastadas e as extensas periferias para os trabalhadores pobres, porém privilegiando e centralizando os investimentos e as políticas públicas em áreas valorizadas, de alto poder de consumo.

Esta postura do Estado implicou nas péssimas condições de vida dos moradores das favelas e da periferia. Por um lado, atendia as necessidades impostas pelo capital industrial e pela necessidade de emprego da população pobre, mas por outro confinavam esta população ao isolamento e aos baixos padrões socioeconômicos.

O período Vargas é marcado pela nova configuração do Estado em âmbito mundial, pois se inseriu num contexto mais amplo capitalista, acirrado pela grande depressão. Este processo fortaleceu a política Keynesiana⁶⁵, e o Estado passou a ser responsável pela promoção do bem estar social. Neste sentido, a política estatal de Vargas assumiu a posição de agente impulsionador da economia; no entanto, esse processo limitou-se em intervir no desenvolvimento econômico do país e garantir alguns direitos trabalhistas. A promoção das mudanças sociais e econômicas refletia um Estado comprometido com uma elite urbana e industrial, assumindo feições populistas.

Paralelamente, com o objetivo de oferecer assistência social e orientar a população da favela para o processo de urbanização, a Fundação Leão XIII, apoiada pelo cardeal Dom Jaime Câmara, cria em cada comunidade um programa de atividades sociais nas áreas de educação e saúde.⁶⁶

Outras iniciativas também procuraram solucionar as contradições urbanas relacionadas à moradia na cidade do Rio de Janeiro, como a política de Eurico Gaspar Dutra que instituiu a Caixa Nacional de Habitação em março de 1946. No entanto, de acordo com Franklin Coelho, essa iniciativa não passou de uma política de caráter compensatório das insatisfações sociais, além de esbarrar nos interesses de setores que se beneficiavam da especulação imobiliária.⁶⁷

Contudo, a expansão industrial e o crescimento demográfico terminaram por declinar a atividade agrária numa área pouco afastada da capital, conhecida como

⁶⁵ Política de intervenção estatal defendida pelo economista inglês John Keynes (1883-1946), após o período da grande depressão; período da superprodução de 1929 que levou a falência a Bolsa de valores de New York. (Aggio/Lahuerta -2003)

⁶⁶ Idem. Op. cit. p. 100-102

⁶⁷ Ibidem.

Baixada Fluminense. Inicia-se um processo lento de integração física e econômica desta região com a metrópole.

Podemos observar na tabela abaixo que os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são os que apresentam maior índice de crescimento.

Taxa de crescimento anual da população residente na metrópole do Rio de Janeiro, por município, zona e bairro - décadas de 1940 e 1950					
Municípios, zonas e bairros	População			Taxa cresc. anual (%)	
	1940	1950	1960	40-50	50-60
Município do RJ	1.759.277	2.375.260	3.300.431	3,0	3,3
Centro e adjacências	378.693	367.538	364.153	-0,3	-0,1
Zona Sul	246.445	359.681	556.145	3,9	4,5
Glória	61.728	82.563	114.293	3,0	3,3
Lagoa	54.992	59.460	70.494	0,8	1,7
Gávea	55.592	88.409	131.011	4,7	4,0
Copacabana	74.133	129.249	240.247	5,7	6,4
Zona Norte	197.961	237.912	291.925	1,9	2,1
Zona suburbana I	588.532	826.341	1.057.869	3,5	2,5
Jacarepaguá	71.425	107.093	193.792	4,1	6,1
Zona suburbana II	182.461	324.906	564.425	5,9	5,7
Pavuna	56.173	98.594	183.027	5,8	6,4
Anchieta	35.891	75.600	139.800	7,7	6,3
Realengo	90.397	150.712	241.598	5,2	4,8
Zona Oeste	70.825	111.832	203.479	4,7	6,2
Ilhas	22.935	39.957	68.643	5,7	5,6
Nova Iguaçu	50.368	145.649	356.645	11,2	9,4
Duque de Caxias	28.328	92.459	241.026	12,6	10,1
Nilópolis	22.341	46.406	95.111	7,6	7,4
São João de Meriti	39.569	76.462	190.516	6,8	9,6
São Gonçalo	85.521	127.276	244.617	4,1	6,8
Niterói	146.414	186.039	243.188	2,4	2,7
Total	372.541	674.291	1.371.103	6,1	7,4

Fonte: Abreu, 1987.

A década de 1950 significou uma etapa decisiva para a consolidação deste novo espaço urbano da periferia do Rio de Janeiro. De acordo com os dados da FEMUBER, podemos verificar que,

“Em 1950, Nova Iguaçu, distante 30km do Rio de Janeiro, era uma cidadezinha de cerca de vinte mil habitantes, ligada, exclusivamente, a agricultura; hoje vê sua terra loteada e ocupada de maneira irracional, sem a mínima infra-estrutura, por uma população de cerca de dois milhões de pessoas. A cidade é um grande dormitório de trabalhadores que todo dia descem ao Rio de Janeiro para

*trabalhar.(...) Os problemas que afligem a região são evidentes e dramáticos, desocupação, salários baixos, . . .”*⁶⁸

Esta região, até então, era constituída por grandes áreas de cultivo da laranja e outros gêneros alimentícios. O declínio das atividades agrárias na Baixada Fluminense foi acompanhado por outro processo que ocorria em um contexto mais distante da sua realidade, refletindo o agravamento das tensões no sistema agrário brasileiro, particularmente no Nordeste.

Neste contexto, a Baixada Fluminense que ainda hoje não é reconhecida como micro-região e, como tal, não possui uma definição precisa de seus limites e fronteiras, constituiu-se na principal área de concentração daqueles retirantes.⁶⁹

O crescimento demográfico e social desta região, não fugindo à regra geral, realizou-se sem o planejamento e a participação do Estado, e a tão sonhada qualidade de vida, parece ter ficado cada vez mais distante diante da nova realidade. Desemprego, precárias moradias, doenças, violência e descaso das autoridades, constituem os novos embates e tensões sociais a serem enfrentadas pelos recém-chegados. Como expressado no trabalho de Franklin Coelho,

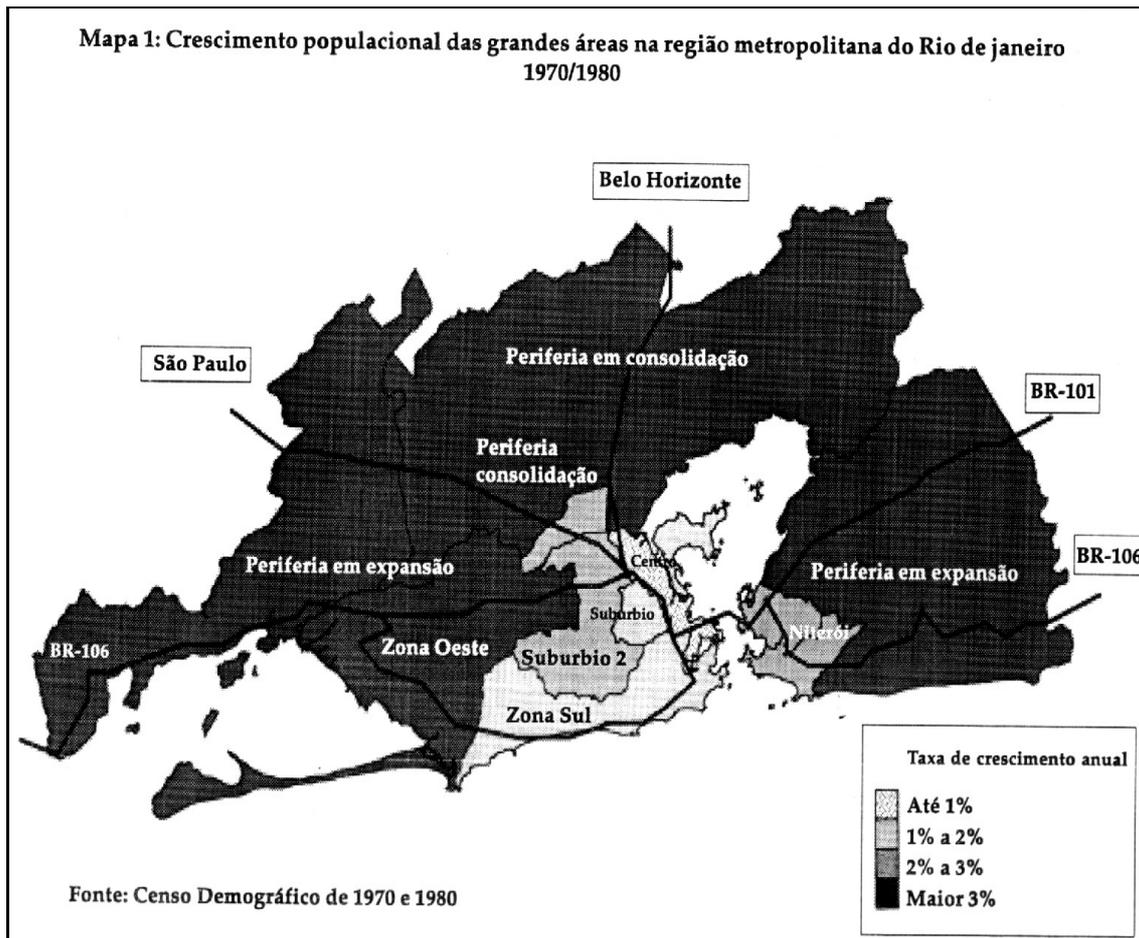
*"A representação do urbano a partir dos anos 50, ganhou uma dimensão hegemônica na sociedade brasileira, reafirmando-se a partir da pluralidade de projetos que são elaborados por sujeitos sociais. O movimento de reforma urbana faz parte desta mudança presente no interior da sociedade brasileira, expressando reivindicações de um espaço herdado de segregação e ausência de infra-estrutura e o sonho de um espaço projetado como território da utopia e direito à cidade."*⁷⁰

O gráfico a seguir ilustra a dinâmica do crescimento da periferia carioca e fluminense:

⁶⁸ Projeto financeiro enviado pela FEMUBER a Cáritas Neerlandesa em 1989.

⁶⁹ Dados do IBGE.

⁷⁰ COELHO, Franklin Dias. **História urbana e Movimentos sociais: O movimento de reforma urbana (1950-1960)**, 1996 - Tese de doutorado - UFF. P. 45



Durante a ditadura no Brasil (1964-85), elevou-se o crescimento econômico do país, mas não se equilibrou a distribuição de riqueza; cresceram as desigualdades sociais e o cerceamento às liberdades individuais e políticas.

Vivenciando essa realidade, a nova população urbana da Baixada Fluminense⁷¹, construiu uma identidade a partir de novas práticas sociais compartilhadas em seu novo cotidiano. Seu modo de trabalho e produção, suas funções sociais, seus problemas e a sua visão de mundo, tudo isso é modificado frente à nova realidade vivida por estes homens e mulheres proveniente do interior do país. No entanto, como afirma Franklin Coelho, a vivência do conflito e sua cotidianidade não significam caminhos autônomos, quer de produção, quer de construção como sujeito social. Para o

⁷¹ Oriunda, em sua maioria, da região Nordeste e do interior do Estado do Rio de Janeiro.

autor *"A construção de uma identidade do sujeito social se fará numa relação de interação social, onde a alteridade é parte constitutiva da identidade."*⁷²

O processo de ruptura com seu passado e a percepção da sua nova realidade são os primeiros passos e condição fundamental para que estes indivíduos constituam uma identidade comum ao grupo. Identidade e memória são categorias correntes nestes grupos que travam seus embates cotidianos em meio de disputas e estratégias, dando origem a novas formas de práticas políticas e sociais.

Novas experiências são vivenciadas, por estes atores que engajados nas lutas política, terminam por absorver novos valores que, por sua vez, serão incorporados na construção de novas identidades. Nesta perspectiva, os movimentos sociais vivenciam suas reivindicações, não como fruto de ações isoladas e precisas, mas como interações entre as diversas demandas e organizações coletivas. Constituindo-se a partir destas novas parcerias, em uma "rede de solidariedade", uma possibilidade de articulação entre o micropolítico e o macropolítico. Como assinala Coelho,

*"Os movimentos de bairro e sindical ampliaram-se e ganharam uma identidade e dinâmicas próprias no final dos anos 70 e início de 80. A compreensão dos limites e potencialidades da diversidade destes movimentos é fundamental para repensar as suas estratégias. Neste sentido, é interessante recuperar duas visões que apesar de incorporarem de forma distinta os chamados "novos movimentos sociais", têm pontos comuns quando analisam hoje as estratégias do mundo do trabalho."*⁷³

As atividades econômicas urbanas, estabelecidas com o processo do êxodo rural no Brasil, fundamentalmente durante as décadas de 50 e 60, substituíram as atividades agrárias e pecuárias, e transformaram antigos camponeses e pescadores em operários de fábrica, em "biscateiros", ou ainda, em pedintes e moradores de rua.

⁷² Idem. Op. cit. p.42

⁷³ COELHO, Franklin Dias. **História urbana e Movimentos sociais: O movimento de reforma urbana (1950-1960)**, 1996. Tese de doutorado –UFF. p. 75.

Essa realidade no entanto, possibilitou duas situações ou reações antagônicas, de um lado a degradação material e física, associada às necessidades imediatas da população favoreceu as práticas clientelistas e uma política assistencialista na região. Por outro lado, intensificou as reivindicações e o sentimento de revolta, junto aos diversos grupos sociais.⁷⁴

A conjuntura política nacional no início dos anos 80, marcada pela transição do regime ditatorial para a democracia⁷⁵, permitiu a eclosão dos movimentos sociais que lutavam por condições sociais mais justas e uma melhor distribuição de renda da população. Ao mesmo tempo em que se torna uma região de fácil manipulação política, também se transforma em um espaço privilegiado de manifestações populares que, articuladas com importantes setores da sociedade civil. Constituindo-se em importantes atores sociais. Segundo Fábio Costa Julião,

*"A investida destes grupos e novos atores sociais contra a esfera de poder existente, não se dá somente em novas formas organizativas ou no questionamento de uma realidade de apartheid social em que vivemos, mas sobretudo em um complexo de construção de um consenso acerca de que modo o Movimento vai construindo e consolidando sua identidade como sujeitos e atores sociais aonde persiste a idéia de que o desenvolvimento pleno de cada um é a condição do desenvolvimento de toda comunidade envolvida neste tipo de ação."*⁷⁶

Na Baixada Fluminense, estes movimentos expressaram as aspirações pelo reconhecimento da cidadania desses novos atores sociais. Constituindo-se como eco de novas formas de fazer e pensar a política, potencializado pela sua função transformadora da sociedade, como afirma Fábio Julião,

⁷⁴ Idem. Op. cit. p.46

⁷⁵ Durante a ditadura no Brasil (1964-85), elevou-se o crescimento econômico do país, mas não se equilibrou a distribuição de riqueza. Cresceram as desigualdades sociais e o cerceamento às liberdades individuais e políticas. O grande projeto "salvacionista" esgarçou-se completamente durante a década de 1980, dando início ao processo de redemocratização do país. (Cardoso/1983)

⁷⁶ Julião, Fábio Costa. **Movimentos Sociais Urbanos: A luta por moradia**. Revista eletrônica: www.pobre2.hpg.ig.com.br

“O potencial transformador de um movimento consiste, principalmente, aspectos de uma ampla rede de solidariedade entre seus membros, estruturas não hierarquizadas e completamente desprovidas de uma relação de poder entre uma "base" e uma "vanguarda", o potencial de movimento desta envergadura está na idéia de produzir e experimentar formas diferentes de relações sociais nos quais o restante da sociedade está mergulhada”⁷⁷

Paralelamente a esse processo, os novos padrões reprodutivos impostos pelo crescimento da informalização da economia e do setor terciário abrem precedentes para uma nova realidade.⁷⁸ Em outras palavras, a oferta de emprego gerada por esta nova dinâmica econômica atraiu um grande contingente que passou a ocupar os morros da Zona Sul como alternativa de trabalho e moradia. No entanto, Abreu considera que esse processo foi tolerado pelo poder público por não estarem nos limites do interesse da especulação imobiliária. Conseqüentemente, esse processo tornou a estrutura socioespacial do Rio de Janeiro menos polarizada e mais heterogênea.

A resposta do Estado Nacional brasileiro às novas exigências neoliberais foi intensificar suas relações econômicas junto as grandes potências mundiais, procurando diminuir a estrutura protecionista em âmbitos econômicos ⁷⁹. Reduzindo também sua intervenção junto a outras dimensões sociais, agravando ainda mais as desigualdades e a exclusão social.

2.2 - A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Os anos 90 foram marcados pela crise do modelo socialista mundial, e pelo retorno dos discursos liberais. Cresce o debate em torno da consolidação da hegemonia capitalista

⁷⁹ Atualmente, a sociedade brasileira vivencia um progressivo esgotamento do modelo subordinado ao capitalismo mundial. No qual se expressa através da política de mercado livre, abertura comercial, sujeição ao capital internacional e Estado minimizado, sem capacidade de impulsionar um projeto de transformação nacional. (Aggio/Lahuerta-2003)

O processo de formação e ocupação espacial de Nova Iguaçu, bem como, o seu desenvolvimento, para diferentes estudiosos da Baixada Fluminense, esteve intimamente ligado à expansão da cidade do Rio de Janeiro. Embora, com algumas variáveis, certos elementos permaneceram constantes nos textos analisados. Entre eles podemos citar a importância dos rios como posição estratégica, a fé e a religiosidade, e os principais eixos de transporte.

Segundo o material do Instituto de Pesquisa e Análise Histórica e Ciências Sociais da Baixada (IPAHB - São João de Meriti), após a expulsão dos franceses, o aniquilamento dos índios Tupinambás, e a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565, iniciou-se o processo de distribuição de sesmarias que iria povoar várias áreas em torno da Baía de Guanabara. De acordo com estes dados, dezenas de engenhos de açúcar, as construções de Igrejas e povoados deram origem a vários municípios de hoje, como afirma o pesquisador do IPAHB, Ney Alberto Gonçalves:

"As bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Inhomirim, Estrela e Magé, foram os primeiros a serem ocupados. Em suas margens nascem os portos de embarque, bastante movimentados com a presença de tropeiros e de embarcações que subiam e desciam levando mercadorias da Europa para os engenhos e destes com seus produtos para a cidade do Rio de Janeiro, além dos excedentes para o Reino..."⁸⁰

No entanto, é importante ressaltar que essa dinâmica social entrou em declínio com o fim do Império e, posteriormente, com a crise do café, a região perde prestígio e aos poucos, foi sendo abandonada, permanecendo pequenos núcleos populacionais ilhados em torno de desertos demográficos.

A implantação dos engenhos de açúcar impulsionou o crescimento demográfico da região. No século XVII cerca de 120 destas instalações aqueciam a economia do Rio de Janeiro.⁸¹

⁸⁰ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Um pouco da história de Iguassú a Iguaçu*. N. Iguaçu/RJ: Colégio Leopoldo Machado, 1993.

⁸¹ Dados encontrados no IPAHB-Instituto de pesquisa e análise histórica e ciências sociais da Baixada. - www.ipahb.com.br/sintesehist.php

Dados do IPAHB apontam o processo de colonização do vale do rio Iguassú como marco inicial da origem do município. As terras doadas pela Marquesa Ferreira ao Mosteiro de São Bento em 1596, deram origem à fazenda São Bento, referência e patrimônio histórico da região. A ação dos monges Beneditinos uniu a população local em torno do elemento religioso e as atividades econômicas, calcadas na produção de farinha de mandioca e fabricação de tijolos. Outros núcleos foram surgindo na bacia de Meriti e Sarapuí, todos em torno de Igrejas e capelas, uma mistura de atividades religiosas e comerciais.

Por devoção ou como forma de justificar a exploração das novas áreas e suas conseqüências, o fato é que o colonizador externava seu interesse pelos assuntos da fé. O empenho do Estado no desenvolvimento da região pode ser compreendido pela forte presença da Igreja na vida social das recentes vilas.

Nos dias atuais é possível listar uma infinidade de nomes santos dados a bairros e até mesmo ao atual município de São João de Meriti, uma homenagem a São João Batista.

Segundo dados encontrados na Secretaria do Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana, o atual município de Nova Iguaçu fazia parte da Capitania de São Vicente doada a Martim Afonso de Souza. Após a expulsão dos franceses esta região passou para jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, todavia, em 1833 o decreto geral a elevou a categoria de Vila (município) de Iguassú.⁸²

Diferentemente da documentação do IPAHB, os dados apresentados pela SEDEB indicam a região do Pilar como primeiro núcleo do município de Nova Iguaçu, como podemos verificar:

⁸² Material encontrado nos arquivos e no site da Secretaria Estadual de desenvolvimento da Baixada e da região metropolitana do Rio de Janeiro / www.sedeb.rj.gov.br/novaiguacu.htm.

*"A colonização da área assenta assim seus pilares nas concessões de terras concedidas (...) a Brás Cubas, e Alcaide-mor das Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro (...) E desse modo surge em 1637, na vastidão da região fluminense à margem do rio Pilar, em terreno doado por Manoel e sua mulher, Catarina de Senne, a primeira capela, mais tarde Paróquia ao culto de Nossa Senhora do Pilar. É o primeiro núcleo do município."*⁸³

São inúmeras as variáveis e as discordâncias em torno de datas e da organização territorial, entre a escassa documentação encontrada sobre o processo de colonização e ocupação da Baixada Fluminense, uma região com um vasto potencial de pesquisa ainda a ser explorado. Contudo, alguns elementos permanecem constantes, como os cultos religiosos, o prestígio alcançado com as atividades comerciais e o progresso creditado a região, que favoreceram o desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos até os meados do século XIX.

Apesar do expressivo número de engenhos, a intensa atividade comercial na região Fluminense também girava em torno de outras culturas agrícolas, como o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, legumes e aguardente, além dos armazéns, trapiches, vendas, hospedarias, material de construção e ornamentação das Igrejas e fazendas, que contribuíam para incrementar a economia da região.⁸⁴

A dinâmica comercial era beneficiada pelas abrangentes bacias fluviais e portos, onde ocorriam as trocas pelos produtos importados, favorecendo o desenvolvimento de uma infra-estrutura em torno dos rios.

No século XVIII, outra atividade econômica iria contribuir para a ampliação dos caminhos Fluminenses, *"O ciclo do ouro"*. A extração do minério da região de Parati, e posteriormente de Minas Gerais, favoreceu uma nova rota que ligava a

⁸³ O município de Iguassú era integrado por seis freguesias (distritos), N. Senhora da Piedade (Inhomirim), São João Batista do (rio) Meriti, Santo Antônio da Jacutinga, N. S. da Conceição de Marapicu, N. S. do (rio) Pilar, N. S. da Piedade do Iguassú (sede), chamados por Walter de Oliveira Prado de "Distritos eclesiásticos".

⁸⁴ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. p. 392-423

região das Minas ao Rio de Janeiro. Este novo caminho passava pela região de Xerém (atual município de D. Caxias), pelo Pilar, descendo o rio Iguassú até o Rio de Janeiro.⁸⁵

O artigo, "*A evolução dos eixos de transporte no município de Nova Iguaçu e as contradições evidenciadas no cerne de sua atual organização*", o pesquisador Rafael da Silva Oliveira (UFF), procura explicitar as relações entre os eixos de transporte e seu condicionamento na organização espacial do município de Nova Iguaçu. Segundo o autor, a organização espacial da região, bem como, suas formas de ocupação estiveram, desde sua origem até o momento presente, condicionadas as rotas comerciais. Principalmente, após a consolidação do transporte rodoviário, a partir dos projetos desenvolvimentistas do governo de Getúlio Vargas, Dutra e Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, Rafael Oliveira refuta as teses que valorizam o setor ferroviário enquanto principal articulador das relações sociais e comerciais da população dos bairros suburbanos do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

Esta perspectiva classifica o processo de desenvolvimento social e urbano de Nova Iguaçu em quatro fases. A primeira relaciona-se ao momento em que a Vila Iguassú esteve associada às rotas fluviais da bacia Iguassú e suas trocas comerciais com a cidade carioca.⁸⁶

Nesta fase, o autor enfatiza o relevante papel de outros eixos de transporte na prosperidade da Vila, como a conexão do rio Paraíba do Sul ao porto de Pilar. Conhecida como "*Caminho Novo das Minas*", esta rota substituiu o caminho de Parati, por se apresentar como uma alternativa mais rápida e, portanto, mais vantajosa nas trocas comerciais.

⁸⁵ PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro - ensaio*. Duque de Caxias/RJ. 1993. p. 30-50.

⁸⁶ Pesquisa realizada para dissertação de mestrado / UFF. revista eletrônica: www.igeo.uerj.br

Com intuito de valorizar a importância dos eixos rodoviários ou “caminhos por terra”, o pesquisador procura enumerar as rotas que foram alternativas para a dinâmica comercial da região. Para este fim, elucida a rota conhecida como “*O Caminho do Proença*”, ou “*O Caminho do Inhomirim*”, desbravada em 1724 por Bernardo Soares Proença. Outra alternativa de tráfego apontada é “*O Caminho Novo de Tinguá*”, um esforço liderado pelo mestre de campo Estevão Pinto em 1728. Além da “*Estrada do Comércio*”, criada no século XIX (1822) pela junta Real do Comércio para o escoamento do café, considerada a primeira estrada brasileira com este objetivo.⁸⁷

Porém, o pesquisador Guilherme Peres postula que embora a Estrada do Comércio tivesse alcançado grande importância social e econômica para Vila Iguassú, seu verdadeiro potencial econômico residia em sua bacia hidrográfica e em seus portos.⁸⁸

Todavia, acreditamos que todas essas rotas tiveram sua importância durante um determinado período para o escoamento dos produtos que inflamaram a economia de sua época. Posteriormente, com a decadência econômica local e as dificuldades de seus percursos, foram abandonadas. Pouco serviram para o processo de formação dos diversos núcleos urbanos que surgiram posteriormente, principalmente os núcleos que atualmente se tornaram os centros dos principais municípios da região da Baixada Fluminense.⁸⁹

Seu relativo afastamento da capital, suas terras ora acidentadas, ora pantanosas, nunca ofereceram condições favoráveis para trajetos terrestres. Posteriormente, sua ocupação desordenada não facilitou o planejamento e a construção

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro - ensaio*. Duque de Caxias/RJ. 1993. p.39

⁸⁹ Junto às ferrovias principais seguiam outras de menor importância, mas que faziam ligações com ramais auxiliares e complementares. Elas surgiram em um momento em que a Baixada não possuía estradas, apenas caminhos carroçáveis que em tempos de chuvas eram intransitáveis. O meio de transporte comum era no lombo dos animais ou ainda através dos rios. A locomotiva passou a ser a melhor opção não só de passageiros, mas para o transporte de mercadorias. - Dados do IPAHB.

de vias rodoviárias que contribuíssem para seu desenvolvimento. Conseqüentemente, se tornou uma região pouco assistida pelo poder público e muitas de suas áreas se encontram, ainda hoje, em estado de isolamento e abandono.

Neste contexto, a efervescente atividade econômica possibilitada pelas águas do rio Iguassú⁹⁰, é que garantiu o aumento do contingente demográfico, e o incremento de outras atividades comerciais secundárias. Em 1833, essa dinâmica proporcionou ao arraial a promoção de Vila. A partir deste novo status a região passou a sediar órgãos públicos e constituir sua Junta do Comércio, adquirindo prestígio entre as Vilas Fluminenses.

Na segunda metade do século XIX, o espaço geográfico da Baixada Fluminense passou a sofrer uma intensa transformação. Os projetos empresariais do Barão de Mauá deram início ao processo de modernização do Brasil. Tais empreendimentos em torno do transporte ferroviário possibilitaram uma nova configuração urbana em diversas áreas, fundamentalmente na Baixada, já que o caminho percorrido pela locomotiva fazia um trajeto completamente diferente das vias fluviais. Para sua construção foram necessários um grande montante de capital e um intenso investimento que garantisse a realização do projeto;⁹¹ uma vez que para abrir caminho rumo ao esperado progresso era preciso uma intensa mobilização de mão-de-obra para desmatar as terras e aterrar as áreas pantanosas. A ferrovia percorreu o interior de quase toda região da Baixada e atraiu consigo toda a dinâmica comercial e suas atividades

⁹⁰ Pelas águas do rio Iguassú desceram a produção de café do vale do rio Paraíba do sul, atravessando a Baía em direção a cidade do Rio de Janeiro. Seu porto com uma dezena de armazéns e diversas atividades deu ao arraial o status de vila em 15 de janeiro de 1833. Dados do IPAHB. - A Estrada do Comércio foi idealizada em 1811, pela Junta do Comércio; pode ser considerada, segundo Gerson em seu livro "O ouro, o café e o Rio", como a primeira estrada brasileira para o escoamento do café. SEDEB.

⁹¹ Na primeira metade do século XIX, o mundo conhecia a Segunda fase da Revolução industrial - a dos transportes. As grandes novidades eram o barco à vapor e a locomotiva sobre trilhos. No Brasil, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, lançava com apoio de capitais privados, a primeira ferrovia, ligando o porto Mauá à Fragoso e Inhomirim no pé da serra de Estrela. Dados do IPAHB.

secundárias, deslocando continuamente as diversas atividades sociais e econômicas para o arraial de Maxambomba, atual centro do município de Nova Iguaçu.

Foi inevitável o declínio da Vila Iguassú com a transferência das principais atividades, levando o município a um processo de isolamento. O crescimento de doenças e epidemias ribeirinhas, com o assoreamento dos rios causado pelo constante desmatamento, favoreceu o deslocamento da população para as regiões produtoras que ofereciam trabalho e melhor qualidade de vida.⁹²

A evolução deste quadro garantiu ao arraial de Maxambomba a sede do município de Iguassú. Em 08 de maio de 1891, o decreto nº 204 elevou o antigo povoado à categoria de município. No entanto, em 09 de novembro de 1961, a Lei n.º 1.331, fez desaparecer a denominação *Maxambomba*. Segundo J. Forte, esse processo objetivava perpetuar o nome da *outrora e florescente* Vila, que fora o berço do município, denominando-o "*Nova Iguaçu*".⁹³

A velha Iguassú passou oficialmente para Iguaçu Velho, suas antigas fazendas foram abandonadas ou retalhadas em lotes e pequenas chácaras. Vendidas a preços baixos foram transformadas em moradia ou plantio de laranja, valorizada no mercado mundial naquele momento.⁹⁴

Esta é a fase apontada por Rafael Oliveira,⁹⁵ como o período marcado pela "substituição" das vias de transporte e circulação de mercadorias. Este processo se deu a partir da construção das estradas de ferro projetadas pelo Barão de Mauá, com o intuito

⁹² A população cansada dos naturais isolamentos, das doenças ribeirinhas, muda-se para as margens das ferrovias (...) IPAHB - (...) O rio Iguassú sofreu um certo abandono, principalmente no que tange sua limpeza (...) causando períodos de inundações durante o período de chuva, contribuindo para a epidemia de cólera em 1855. - Rafael da Silva Oliveira (UFF) / www.igeo.uerj.br

⁹³ www.sedeb.rj.gov.br/

⁹⁴ SOUZA, Sonali Maria de. Da Laranja ao Lote. Transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGAS/MN/UF RJ, 1992.

⁹⁵ Rafael de Oliveira - www.igeo.uerj.br

de inserir o Brasil na modernidade da Revolução Industrial. De acordo com o referido autor, com a inauguração da linha férrea em 1854, o processo de deslocamento dos fluxos comerciais foi inevitável, e a Vila de Iguassú passou a sofrer o desgaste econômico e, conseqüentemente, uma baixa nas principais relações sociais que garantiam o prestígio da região. Em 1858 foi inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II, que ligaria a estação de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, as estações de Maxambomba e Queimados, consolidando o total abandono da antiga Iguassú.

Indubitavelmente, todo esse processo foi responsável pela configuração espacial, não só de Nova Iguaçu, como também, dos demais municípios da Baixada Fluminense. Os troncos ferroviários que cortaram toda região e suas principais paradas deram origem aos atuais municípios.

A estrada de ferro foi utilizada, primeiramente, para facilitar o escoamento do café, e posteriormente da laranja, que era exportada para os Estado Unidos e a Europa. Com o fim da atividade agrícola da região durante a Segunda Guerra, a ferrovia passou a transportar unicamente passageiros.

Até a Segunda Guerra Mundial essa atividade rendeu muita riqueza à região, entretanto, vários fatores contribuíram para sua decadência, como as sucessivas crises do mercado externo – as guerras e a crise de 1929 - o crescimento do setor imobiliário e até mesmo as técnicas impróprias para o cultivo da laranja permitiram um contínuo retrocesso econômico à região. Diversas áreas foram abandonadas, enfraquecendo a economia e o prestígio construído ao longo do tempo. O período áureo foi dando lugar à pobreza, a violência e ao abandono em diversas esferas.⁹⁶

Durante o período Vargas, novamente a região sofreria, talvez, a mais relevante transformação do seu quadro populacional e da sua organização espacial. O

⁹⁶ IPAHB / Rafael de Oliveira - www.igeo.uerj.br

modelo desenvolvimentista adotado pelo governo favoreceu a industrialização do país, principalmente o eixo Rio -São Paulo e a capitalização do campo.⁹⁷

Tais fatores associados ao período de estiagem no Nordeste levaram ao colapso econômico de vastas regiões rurais, elevando o êxodo rural. Embora este ponto tenha sido discutido anteriormente, é importante ressaltar que o despreparo e a falta de planejamento dos grandes centros urbanos para receber a grande quantidade de migrantes, proporcionou o inchaço populacional. Conseqüentemente, outros conflitos de ordem social trataram de se estabelecer, como o desemprego, a falta de moradia, a pobreza, a violência e etc.

Os embates em torno da moradia se tornaram o grande desafio, a especulação imobiliária, a preocupação de setores da classe média, o crescimento das favelas, empurraram de forma desordenada um grande contingente da população para as áreas periféricas do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense passou a ser ocupada, sem nenhum planejamento, por uma enorme "massa humana", oriunda de diversas partes do Brasil, em áreas de loteamentos, de grilagem ou áreas irregulares. Esse processo foi acompanhado indubitavelmente por um complexo quadro de pobreza e problemas sociais, de impactos ambientais, e acirradas disputas políticas. Dando origem as "cidades dormitórios" que abrigam uma população que se desloca diariamente para a capital em busca do mercado de trabalho.

Sobre o período de decadência agrícola vivido pela Baixada a partir da década de 1950, a pesquisa de Rafael de Oliveira postula que apesar da decadência da principal atividade econômica da época, a citricultura, os citricultores tiraram vantagens com a política governamental. Através do fracionamento dos sítios e chácaras em lotes, transformando os antigos laranjais em carvão para gasogênio. A partir destas iniciativas,

⁹⁷ Idem.

as vastas áreas rurais passaram a adquirir feições urbanas, garantindo ao município uma nova configuração. Segundo ele, após a Segunda Guerra Mundial, a população urbana de baixa renda do Rio de Janeiro encontrou em Nova Iguaçu uma alternativa de moradia, que apesar de sua distância, atendia suas necessidades de transporte.

Quanto à pesquisa de Oliveira, observamos algumas afirmativas no mínimo curiosas e intrigantes. A primeira, no que diz respeito aos loteamentos de chácaras e sítios. Compreendemos após análise de dados recentes, que esse processo ocorreu somente nos contornos dos núcleos comerciais dos municípios, localizados nas principais paradas ferroviárias e distantes da via Dutra. Esta última encontra-se, ainda nos dias atuais, deserta em diversos trechos. Muitos hotéis e indústrias ocuparam as regiões em que se encontram os municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, a partir de 1970. As áreas pertencentes a Belford Roxo, Mesquita e Nova Iguaçu, passaram a ser ocupadas a partir de 1990, por *shoppings*, grandes mercados, casas noturnas e empresas de ônibus, após passarem por longos aterros de áreas de brejos. Embora ainda existam longos trechos desocupados.

Outra questão relativa aos loteamentos de baixo custo relaciona-se ao fato de que quase 70% dos imóveis da região estarem em situação ilegal, ou seja, foram ocupados através da *posse*, sem caracterizar nenhuma ação de compra e venda. Essa conclusão pode ser confirmada no cartório de registros de imóveis do município, onde pouquíssimos destes imóveis possuem registros. Outro aspecto curioso encontra-se relacionado ao período correspondente, pois em 1950 o território da cidade de Nova Iguaçu abrangia as áreas de Belford. Roxo, Mesquita, Vila de Cava, Japeri, Queimados, caracterizadas por imensas terras desocupadas.⁹⁸ É preciso, no mínimo, demarcar a área em que se deu o possível loteamento.

⁹⁸ Dados estatísticos pesquisados junto ao IBGE, ao SEDEB e no Site da Baixada Fluminense.

Por conseguinte, outra afirmativa que compreendemos não proceder, relaciona-se à transferência da população urbana do Rio de Janeiro para o município de Nova Iguaçu, como alternativa de moradia barata, uma vez que a década de 1950 marca a cidade do Rio de Janeiro pelo aumento progressivo das submóradas e o caos urbano. Sua população carente passa a ocupar as encostas e áreas de risco, justamente por optar em não se afastar da metrópole e todos os benefícios que esta oferecia.

Contrariando ainda esta perspectiva, a cidade de Nova Iguaçu, como as demais cidades da Baixada Fluminense, é conhecida por seu caos urbano, particularmente no período apontado. Portanto, nos parece uma incoerência afirmar a possível infra-estrutura capaz de oferecer bons serviços a esta população que justificassem sua opção pelo município.

Finalizando, o autor se refere à construção da via Light como plano estratégico e alternativo para a interação sócio-espacial entre o município e a capital. Tendo em vista que a sua construção foi realizada na década de 1990, concluímos que sua configuração urbana já havia se consolidado. Cabe mencionar que a referida via rodoviária corta o centro de Nova Iguaçu até o bairro da Pavuna, não possuindo nenhuma interação com a via Dutra ou a Linha Vermelha, que ligaria o município ao Rio de Janeiro, facilitando o acesso dos moradores da Baixada ao trabalho e aos principais serviços que a capital oferece. Neste contexto, a via Light se configura como mais uma obra eleitoreira, que não trouxe nenhum benefício ao município, a não ser pela nova estética da cidade e uma melhor interação entre os demais municípios da Baixada Fluminense. A configuração espacial do município de Nova Iguaçu, assim como sua organização social e política, só podem ser compreendidas através de uma análise mais profunda, a partir de valores marcados no tempo e no espaço.

O ordenamento territorial e suas funções práticas, podem perder ou ganhar sentido, de acordo com as relações sociais estabelecidas pelo grupo e suas finalidades fixadas no tempo. Tais relações são construídas a partir da associação de elementos materiais e simbólicos que podem justificar sua permanência ou sua transformação.

Tendo em vista esta perspectiva, condicionar a organização espacial do município de Nova Iguaçu à evolução dos seus eixos de transporte, sem considerar sua lógica própria, suas disputas e seus conflitos paralelos, é anular a ação dos indivíduos na sociedade. Suas transformações políticas internas e externas fazem parte de um processo que lhe próprio.

Analisar o município iguaçuano ou as demais cidades da Baixada Fluminense, desde sua origem, sem levar em consideração sua dimensão, seu potencial econômico e eleitoral, seu processo de migração e sua relação com o êxodo rural do interior do país, é compreender que sua história obedeceu a uma dinâmica linear, imposta no tempo por políticas externas de ordem macroeconômicas.

2.3 - Novos Sujeitos Sociais.

O debate em torno do processo de formação da malha urbana das principais metrópoles latino-americanas é fundamental, pois fornece elementos de análise para compreensão da origem de novos sujeitos sociais que serão anunciados, nos finais dos anos de 1970, período marcado por intensos embates em torno da urgência de uma reforma urbana.

A década de 1960 é marcada pelo aumento das disparidades sociais em toda a América Latina. Constituída por países que sofreram o processo de colonização e

exploração de seus territórios. Muitas das nações latino-americanas, após o processo de independência, mergulharam numa profunda crise de ordem social e econômica, provocada pelas disputas internas dos diferentes grupos que ansiavam pelo poder político. Tais disputas serviram para aprofundar ainda mais as diferenças entre as regiões e as camadas sociais, além de aumentar o atraso econômico e social que separava esses países das nações mais desenvolvidas.

A luta pela superação do subdesenvolvimento na América Latina após a Segunda Guerra mundial se deu em meio à Guerra-fria, período que polarizou o mundo em dois sistemas antagônicos: O capitalista e o socialista.

As idéias socialistas, neste momento, ganharam um solo fértil na conjuntura latino-americana. Muitos países entendiam que para promover o desenvolvimento econômico e garantir a justiça social para a população, era necessário superar as premissas capitalistas, calcadas na propriedade privada e na acumulação do capital.

A Igreja Católica até o final do século XIX não havia se posicionado frente à consolidação do capitalismo industrial e as transformações que implicaram este processo, como as relações sociais e o modo de produção.⁹⁹

No entanto, sua posição em relação à expansão do regime socialista foi bem mais evidente e enérgica. Existem dois pontos fundamentais que explicam esta atitude por parte da Igreja, o primeiro está relacionado à postura anti-religiosa do sistema socialista. A crítica a prática religiosa se baseava na idéia de que a subordinação do homem a um Deus forjado por ele mesmo, levava a sua despersonalização e conseqüentemente, a sua alienação. O segundo, é evidenciado pela defesa da

⁹⁹ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **DA TRANSCEDÊNCIA À DISCIPLINA: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p 20

propriedade privada; uma sociedade totalmente estatizada, colocava em risco seu patrimônio e o seu poder na esfera temporal.

Segundo Oscar Beozzo, a Revolução cubana, em 1959, pode ser considerada o divisor de águas na história da América Latina, bem como, na orientação da Doutrina Católica no continente. A ameaça de um regime anticlerical se proliferar em outras nações latino-americanas, exigiu da Santa Sé uma nova postura frente à realidade instaurada, e uma mobilização urgente por parte da Igreja norte-americana e da européia, em favor da Igreja na América Latina.¹⁰⁰

O Concílio Vaticano II, realizado pela Igreja entre 1962 a 1965, propõe uma ampla ação evangelizadora, procurando readaptar seu discurso, como mencionado anteriormente, a nova realidade imposta pela consolidação do sistema capitalista e as contradições estabelecidas pelas novas relações de trabalho. Reconhecendo as disparidades sociais existentes, principalmente no continente latino-americano, e temendo os rumos que os movimentos populares podiam tomar, a Igreja procurou se colocar em defesa da justiça social e estabelecer um novo diálogo com as demandas sociais. Desta forma, combatia as forças comunistas no continente e ao mesmo tempo, atenuava os conflitos entre as classes dominantes e os excluídos.

A partir desta nova postura, a Igreja procura legitimar-se como força mediadora entre os diversos grupos sociais, com o objetivo de construir a harmonia social entre patrões e trabalhadores fabris. Reconhecendo desta forma, o trabalho e a questão operária como elementos centrais da desordem social.¹⁰¹

¹⁰⁰ BEOZZO, José Oscar. **A IGREJA DO BRASIL: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p 19.

¹⁰¹ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **DA TRANSCEDÊNCIA À DISCIPLINA: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. P 142

No Brasil, a partir dos anos de 1930, a Igreja procurou se reaproximar do Estado, organizando-se em torno de um plano de atividades e por meio de diferentes instituições com intuito de garantir a disciplina e a organização do mundo do trabalho.¹⁰²

Entre os anos de 1948 a 1950, a ACB (Ação Católica Brasileira) passa por significativas mudanças. Primeiramente, procura reelaborar o seu discurso religioso no sentido de aproximar-se das classes populares. Em seguida, busca criar mecanismos que possibilitem a sua inserção em diferentes segmentos sociais, objetivando a promoção e a justiça social das camadas mais pobres.¹⁰³ Com esse propósito foi criada a JOC (Juventude Operária Católica), em 1948, a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica) em 1950, para atuar no meio estudantil e outros setores sociais.¹⁰⁴

Passando a atuar mais ativamente nas discussões socioeconômicas do país, a juventude e fundamentalmente os estudantes no Brasil assumem um papel de destaque na política e junto aos movimentos sociais populares. A ação da juventude aglutinada em torno da JUC e da JEC, passa a adquirir uma dimensão nacional e gradualmente se descola da Ação Católica, assumindo um posicionamento mais “radical” na luta por verdadeiras transformações sociais no Brasil, aproximando-se desta forma dos ideais marxistas.

Em 1952 é criada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), por intermédio de Dom Helder Câmara, um dos principais personagens envolvidos no processo de redirecionamento dos rumos da Igreja no país. Sob a coordenação da CNBB, Dom Helder Câmara postulou uma política de ajuda aos necessitados através de reformas sociais e planos de desenvolvimento. Nesta perspectiva, a CNBB apoiou o

¹⁰² Idem. Op. cit p. 21

¹⁰³ Idem Op. cit. p. 123

¹⁰⁴ Idem Op. cit. p. 124.

governo de Juscelino Kubitschek e sua política desenvolvimentista, procurando realizar em parceria com o Estado um plano de ações que viesse a combater as injustiças sociais¹⁰⁵

Entretanto, a criação da AP (Ação Popular) em 1962, pela JUC e a JEC, que postulavam ações mais efetivas ao combate ao sistema capitalista, provocou uma forte reação na hierarquia conservadora da Igreja, obrigando grande parte dos estudantes católicos a cortarem o vínculo com a instituição e a atuarem isoladamente através da AP.¹⁰⁶

No ano seguinte, essa discussão torna-se mais acirrada com o lançamento da "Pacem in Terris" do Papa João XXIII, que insiste na necessidade de uma ação mais efetiva em favor das camadas mais pobres da América Latina.¹⁰⁷

Esse processo fortalece os movimentos sociais urbanos já em atuação, representados pela UNE, JUC, JEC, AP e outros, e as organizações rurais, como a MEB (Movimento de Educação de base-61) e as Ligas Camponesas. Porém, apresenta-se como uma forte ameaça pelos setores dominantes da sociedade brasileira.¹⁰⁸

Durante este processo a disputa ideológica e política acirram o conflito interno entre os setores progressistas e conservadores da Igreja Católica. Paralelamente, cresce a disputa entre os movimentos sociais e os representantes da classe dominante do país, que termina em culminar no golpe militar de 31 de março de 1964, e uma longa ditadura que lança medidas repressivas para conter as manifestações populares em torno do projeto de reforma social no país.

¹⁰⁵ Idem Op. cit. p. 177.

¹⁰⁶ Idem. Op. cit. p. 179-180

¹⁰⁷ BEOZZO, José Oscar. **A IGREJA DO BRASIL: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. P. 20-23

¹⁰⁸ Ibidem.

À frente da Ação Social na CNBB, Dom Helder Câmara cria as Comunidades Eclesiais de Base em 1965, que durante da ditadura militar se proliferam nas zonas rurais e nas periferias urbanas, se constituindo em um dos poucos espaços de expressão e organização das camadas populares.¹⁰⁹

Todavia, após o AI-5 em 68, vários membros da hierarquia Católica e leigos ligados aos setores progressistas da Igreja, foram perseguidos e atingidos pelo aparelho repressor do Estado. Quando não foram presos e torturados, foram transferidos de suas Paróquias com intuito de desmobilizar a população, esvaziando o processo de luta.¹¹⁰

Em âmbito nacional, muitos movimentos sociais, tanto no campo, quanto na cidade encontravam-se desarticulados pela ação repressiva da ditadura militar, instaurada em 1964.

No entanto, no final dos anos de 1970, intensificam-se as lutas políticas em favor da redemocratização e a afirmação do Estado de direito do cidadão.

A partir do Governo Geisel, em 1974, inicia-se um processo lento e gradual de abertura política, exigido por alguns setores da sociedade civil. Esta nova conjuntura possibilita o avanço das manifestações populares no país, os trabalhos realizados pelas CEBs ganham um novo dinamismo, alinhando-se aos movimentos populares na luta por reformas políticas e sociais, adquirem um grande poder de mobilização social e visibilidade junto à sociedade brasileira.

Neste contexto, as lutas por melhores condições de trabalho e pela reforma urbana terminaram por mobilizar amplos setores da sociedade brasileira, uma

¹⁰⁹ FREI BETTO. **Comunidades Eclesiais De Base E Educação Popular**. In: FEURI. Reinaldo Matias (org.) **Movimento popular, política e religião**. S. Paulo: Loyola, 1985. p. 27.

¹¹⁰ Idem. Op. cit. p. 477.

vez que cerca de 70% da população vive na cidade, ou seja, num cenário onde a luta não se dá apenas nos espaços de produção, mas também nos espaços de moradia.¹¹¹

Contudo, o espaço urbano brasileiro ainda é marcado pela permanência de elementos rurais e pelas péssimas condições de vida para a grande maioria da população, devido à ausência de políticas públicas que deveriam ser geradas pelo Estado.

Por conseguinte, os diversos projetos políticos construídos pelos movimentos sociais surgem na década de 1980, e trazem como marca fundamental a crítica ao Estado e a proposta da construção de micro-espaços que possibilitem a participação política do cidadão.¹¹²

Na esfera local, intensifica-se o processo de organização das associações de moradores e as lutas por moradia, transporte, saúde, escola, creches, além dos movimentos caracterizados como "**minorias**", ou seja, o movimento negro, feminista, homossexual, entre outros.¹¹³

É importante ressaltar que para os padrões de uma cidade organizada a partir do modelo capitalista, a classificação da zona rural ou urbana, será realizada de acordo com os diferentes usos da terra e pela forma de produção, ou seja, é preciso levar em consideração a organização espacial da cidade e a utilização da mão-de-obra de sua população.¹¹⁴

Dentre os atores que se movem nesta conjuntura, podemos citar a permanência da Igreja Católica que abriu os espaços de suas igrejas para a articulação de diferentes movimentos sociais.¹¹⁵ Desta forma, a Igreja, através dos seus agentes de

¹¹¹ Fonte: IBGE. Recenseamentos gerais.

¹¹² GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991

¹¹³ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 81.

¹¹⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. S. Paulo: Ática, 1995. p. 7-11

¹¹⁵ Percebendo o descompasso entre o discurso e prática da Igreja e a realidade social da população em todo país, alguns setores da Igreja, através de seus bispos, procuraram retomar a inspiração da Encíclica

pastorais, com destaque da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e a CPO (Comissão Pastoral Operária), inseriu-se na realidade política brasileira e procurou vivenciar o projeto evangelizador cristão junto à camada popular. ¹¹⁶

Segundo Pablo Richard, o projeto da Teologia da Libertação se define como "a reflexão crítica da práxis sobre a fé, uma teologia militante, consciente das transformações sociais e políticas, voltada para a "salvação" sob forma concreta". ¹¹⁷

Devemos destacar que este trabalho compreende a Igreja a partir da perspectiva que o trabalho de Roberto Romano (1979) formulou muito bem **"a Igreja é um corpo místico, dotado de coerência própria, designado como *Projeto teológico-político*".** Esse projeto se move no tempo, como afirma Jessie Jane, com sentido de permanência, mas procura moldar-se as transformações políticas e sociais impostas pelo temporal. ¹¹⁸

Na Baixada Fluminense, essa nova dinâmica social marcou profundamente a consolidação do seu espaço urbano e político. Nos finais dos anos de 1970, destacamos a importante presença da Igreja Católica em Nova Iguaçu, representada pelo Bispo Dom Adriano Hipólito. Este, incentivou de forma direta diversas lutas populares em torno de uma melhor qualidade de vida para a população que ali vivia.

"Mater et Magistra", de João XXIII, voltada para os problemas sociais citados no Evangelho, e readaptá-la para a realidade latino-americana. Como podemos verificar na citação a seguir: *"Toda a nova ordem que se deseja para o meio rural deve obedecer ao princípio de que os promotores do desenvolvimento econômico, do progresso social, do segmento cultural nos meios rurais devem ser os próprios interessados: os agricultores."* (Mater et Magistra). Beozzo-1993

¹¹⁶ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991

¹¹⁷ RICHARD, Pablo. **A Igreja Latino-Americana Entre O Temor E A Esperança**: apontamentos teológicos para a década de 80. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. P. 35 - 50

¹¹⁸ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Da Transcendência À Disciplina**: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p 25

Da ação da Igreja e do surgimento de novos atores sociais nasceu o MAB - Federação das Associações de moradores de Nova Iguaçu, que agregou cerca de 300 afiliadas e garantiu conquistas significativas para o município.¹¹⁹

A Diocese de Nova Iguaçu se configurou como um espaço de articulação e diálogo entre os principais setores sociais. Além de emergir de forma direta em ações e manifestações em torno da questão da terra e moradia, através de um programa amplo de evangelização que conciliava práticas religiosas e políticas. O número de comunidades de base e pastorais cresceu espantosamente na região durante a década de 1980 e início dos anos de 1990.¹²⁰

Além de associações e movimentos sindicais, destacamos também, as iniciativas de educação alternativa e saúde comunitária; ambas iniciativas sustentadas pela Igreja em parceria com o Estado. Cresceram o número de GPs (Grupos de produção), e outras organizações deram uma nova dinâmica às lutas reivindicatórias, como o CECIP (Projeto de comunicação popular), em Nova Iguaçu; o CEPOM (Centro de educação Popular de Mesquita); e o "Mutirão dos sem terra em Nova Aurora", movimento que possibilitou uma ação política engajada, dialética e intersubjetiva que ultrapassou seu espaço de atuação.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais terminam por exercer um fundamental papel social para a organização popular e a formação de lideranças

¹¹⁹ Relatório anual do CEDAC (CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA) - 1992.

¹²⁰ Em agosto de 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou um documento intitulado "**Reflexão Cristã sobre a conjuntura política**". Nele os Bispos da Igreja Católica declaram: "*nenhuma reforma logrará consolidar formas estáveis de democracia, se não tomar em consideração a necessidade de abrir espaços para que os trabalhadores e os sem trabalho (...)*". Neste encontro, a CNBB critica a existência, em toda América latina, de uma "*doutrina de segurança nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações*". Fieis às resoluções tomadas nas reuniões dos Bispos da América Latina, realizadas em Medellín, na Colômbia (1968) e em Puebla, no México (1979), alguns setores da Igreja Católica do Brasil procuram colocar-se ao lado das questões sociais da população. Afastando-se de sua postura tradicional aliada as classes dominantes, a "Igreja no Brasil" lança as bases para o projeto da Teologia da Libertação e faz sua opção pelo oprimidos. (Beozzo-1993)

políticas ligadas à Igreja, que posteriormente serão reconhecidas no plano nacional e local. Entendidos como importante instrumento de conquista da cidadania e de transformação social, esses novos atores se mostraram fundamentais nas construções de identidades e memórias coletivas da população migrante e marginalizada dos grandes centros urbanos.

CAPÍTULO II

CONSTRUINDO O MOVIMENTO

3.1 A construção do Movimento do Mutirão de Nova Aurora, como potencial sujeito político e social

Nova Aurora é um bairro afastado do centro do município de Nova Iguaçu, que até 1979 não havia efetivado uma comunidade[♦]. Essa região era constituída por uma população muito pequena, e por antigas chácaras, sítios e brejos abandonados. Parte de suas terras pertencia a Igreja Católica, a CEDAE, áreas devolutas do Estado e a CODENI (Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu).¹²¹

Geograficamente, encontra-se situada entre os bairros de Miguel Couto (atualmente pertencente a Nova Iguaçu), Heliópolis e Xavantes, na atual cidade de Belford Roxo. Comunidades que elevaram seus índices demográficos nos últimos anos, e possuem graves problemas estruturais.

As áreas que apresentavam boa qualidade para o cultivo, foram utilizadas para a citricultura, mas com o declínio econômico da região, boa parte de seus domínios ficou abandonada ou dominada por grileiros, que se aproveitaram do isolamento e da ausência do Estado para utilizar as terras e aplicar práticas violentas, com o intuito de manter o seu poder.¹²²

Durante o processo do êxodo rural nordestino, a região da Baixada Fluminense sofreu um forte impacto ambiental, cultural e social. Nova Aurora nasceu a partir deste processo, pois boa parte de seus moradores, encontrava-se vivendo de aluguel em áreas vizinhas ou em situações de risco, ocupando as margens de seus

□ Comunidade – Grupo de indivíduos reunidos em torno de um espaço geográfico, compartilhando das mesmas crenças, sentimentos e problemas. Formando, através de uma consciência coletiva, um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une gerações. (Durkheim)

¹²¹ Dados disponíveis no documento histórico do Movimento e da prefeitura de N. Iguaçu.

¹²² MENDES, Ana Luiza P. C. (org.) Trabalho final do curso de pedagogia/ UNIG - 1992.

principais rios, como o rio Botas e o Maxambomba. Sua população extremamente pobre era composta, basicamente, por biscateiros, pedreiros, domésticas, trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes, operários, pintores e outros, como podemos constatar nas palavras da moradora: ***"Eu fui convidada para participar de uma reunião na casa de João Tavares, e lá, batendo papo, a gente viu que os operários vivem com muita dificuldade, e por aí nós começamos a lutar por uma terra, terra essa que eu nem sabia onde seria"***.¹²³

O clima de insatisfação associado ao novo cenário político de lutas, marcado por reivindicações populares, possibilitou as condições políticas necessárias para que esta população pudesse denunciar o seu abandono pelo poder público e a reivindicar o direito de ocupar a imensa extensão de terras inutilizadas nos arredores de todo distrito. Como nos relata Manoel da Costa, ***"Nós resolvemos com o conhecimento de luta que a gente tem, através dos mutirões de camponeses em épocas anteriores, nós achamos que se fizéssemos um mutirão urbano ia dar certo, por que era uma necessidade que a gente estava sentido de perto, o povo já estava sem condições de pagar aluguel para morar. Então resolvemos fundar esse mutirão"***.¹²⁴

Outro fator veio acelerar o processo de luta em Nova Aurora, o intenso período de chuva no final de 1979, que acarretou uma grande enchente e a destruição de muitas moradias em torno do rio Botas.¹²⁵

Tanto a população de áreas vizinhas que morava de aluguel, quanto à população desabrigada, vivenciando situações inusitadas, passaram a analisar os problemas que enfrentavam em seu cotidiano. Num processo gradual, foram se

¹²³ Depoimento de Tereza Ana de Jesus Rosa - julho de 1987.

¹²⁴ Depoimento de Manoel da Costa - julho de 1987.

¹²⁵ Projeto financeiro enviado a Entraid et Fraternité, Bélgica -1990.

organizando e se identificando enquanto comunidade, construindo uma alternativa de sobrevivência e participação política.

De forma concreta essa alternativa se constituiu na organização de um movimento em prol da moradia e melhores condições de vida. Nascia, no final de 1979, o "Mutirão dos sem-terra" em Nova Aurora, com o lema: "**Tanta gente sem terra e tanta terra sem gente**"¹²⁶. Inicialmente seu objetivo era ocupar as terras abandonadas e improdutivas do local, e a construção das moradias a partir da contribuição de cada membro associado. É o que nos conta Tereza Ana de Jesus: "*Eu morava no bairro de Xavantes (município de B. Roxo), tinha um vizinho que estava começando a organizar, e me convidou para uma reunião. E aí, nós começamos a conversar a respeito de uma ocupação, porque agente pensava : “Tem tanta terra sem gente e tanta gente sem terra”, e o povo paga aluguel, é difícil a vida*".¹²⁷

O Movimento foi gradualmente assumindo novas lutas, adquirindo nova forma, e como consequência da montagem e remontagem administrativa e da necessidade de interações com outros sujeitos políticos, o Mutirão passou por três fases distintas e bem demarcadas.

A primeira é caracterizada pelas reuniões realizadas em casas de moradores dos bairros de Xavantes e Heliópolis. Neste momento o grupo ainda é muito pequeno e desarticulado, está em processo de construção de uma proposta concreta.

Seus principais membros são, entre outros, Tereza Ana de Jesus, Manuel da Costa (o Manelão), João Tavares (filho do Manelão), Laerte Bastos. Todos moradores, sem nenhuma experiência política anterior, com exceção de Manuel e Laerte que já tinham uma experiência anterior com a luta pela terra no interior do país.

¹²⁶ O lema sofre variações de ordem em alguns documentos e depoimentos. Ou seja, pode aparecer com a denominação "Tanta terra sem gente e tanta gente sem terra".

¹²⁷ Depoimento de Tereza Ana de Jesus Rosa – 2000.

Com a divulgação das idéias deste pequeno grupo, o Movimento vai atraindo adeptos e passou a engajar muitos sócios. Como membros que se identificavam com a causa e abraçaram a proposta, procuravam ajudar de alguma forma, alguns contribuíaam com a assessoria, com o apoio técnico, ou mesmo com seu trabalho braçal. Como podemos evidenciar no depoimento que segue:

“nós procuramos formar lideranças do próprio ceio do povo, as pessoas que se destacavam mais para fazer a falação, orientar, chamar o companheiro para a luta (...) muitas diziam “um dia nós seremos milhares companheiros e vamos abrir o nosso próprio espaço e conquistar a nossa terra”. (...) Um dos primeiros problemas enfrentados, era legitimar a luta, convencer a população que a ocupação era um direito. (. . .) Sem a preocupação de saber as condições legais, nós achávamos que era o nosso direito, o direito do povo. E cada um assumiu essa convicção, estava acima de qualquer direito. Que o direito de ocupar a terra era legítimo, aquela terra ociosa, que não estava sendo usada para nada ..”¹²⁸

Nesta fase, o Mutirão assume um caráter assistencialista. Com o crescimento do número de participantes, as reuniões semanais, marcadas aos domingos pela manhã, passaram a ser realizadas no pátio da Igreja Católica local, espaço oferecido pelo pároco responsável, Padre Matteo Vivalda. Esta Igreja, como todas na Baixada Fluminense, não faz parte de uma prática religiosa isolada,¹²⁹ mas uma comunidade eclesial de base. Ligada à Paróquia regional, São Judas Tadeu, em Heliópolis, que por sua vez, responde e está integrada à Diocese Iguazuana, formando uma imensa rede de unidades Católicas inteiramente ligadas umas as outras. Tanto em sua prática religiosa e doutrinária, quanto em sua prática social e política.

¹²⁸ Depoimento de Laerte Bastos – junho/87

¹²⁹ A Igreja Católica na Baixada Fluminense, é compreendida pelas suas Comunidades Eclesiais de base, que respondem as suas Paróquias, que por final responde e segue as normas da Catedral e de seu bispo. Inseridas numa rede de relações, interligadas por conselhos locais e regionais, mantêm laços de reciprocidade através de instrumentos criados com o objetivo de manter sua dinâmica funcionando, como o Boletim paroquial, o jornal Diocesano e as constantes reuniões e eventos entre suas Igrejas. Prática diferente de outras regiões do Brasil, onde suas Igrejas estão vinculadas à ação direta do pároco local e de seu bispo. Também diferente de Igrejas gerenciadas por Ordens Monásticas.

Posteriormente, as reuniões passaram a ser realizadas num descampado, onde o Movimento fincaria suas raízes, construindo sua sede central. Tais eventos eram imensamente desgastantes, horas ouvindo a falação dos "companheiros", sob um sol escaldante, ou um tempo de chuva que sempre deixava seu rastro de lama, ao se misturar com a poeira intensa, fruto dos longos aterros nas áreas de várzeas. O choro das crianças no colo, ou mesmo uma fileira de crianças acompanhando seus pais, cansadas, com sede e fome, faziam parte do cenário e do palanque montado aos domingos.

Logo as lideranças iriam se sensibilizar com essa situação que não parava de crescer. Com o intuito de amenizar o sofrimento que havia se tornado a participação nas reuniões, passaram a construir e organizar barracões de descanso para as mães e a distribuir água e sopa para os participantes.

Este momento marca o importante papel que as mulheres exerceram junto ao Movimento, que posteriormente formaram o Movimento feminino do Mutirão. Inicialmente, e de forma voluntária, assumiram e se responsabilizaram pelos trabalhos na cozinha, junto às crianças e nos momentos de enfrentamento com o corpo policial. Protegiam os homens do Movimento, valendo-se das orações e as crianças no colo cercavam os policiais, demonstrando uma suposta fragilidade que terminava por sensibilizar a repressão, conseguindo evitar muitos confrontos violentos.¹³⁰

Segundo dados contidos em relatórios do Mutirão, em 1981 o número de famílias inscritas já havia chegado a vinte e cinco mil, das quais quinze mil já residiam na área. Como conseqüência deste quadro, foram necessárias profundas mudanças de ordem administrativa, jurídica e econômica. Outras lutas passaram a ser incorporadas pelo Mutirão, dando origem a vários projetos, com o intuito de suprir as necessidades da população. Para atender a grande demanda do Movimento foi

¹³⁰ Depoimento de Ana Luiza Pedra C. Mendes - 2000.

necessário criar um novo modelo que desse conta das necessidades cotidianas da população e, ao mesmo tempo, mantivesse a ação política e social de conquista da cidadania dos membros de sua comunidade. Sua luta diária centrava-se desde a garantia de materiais simples, como a merenda escolar, material do posto médico, papel para as inscrições, até a conquista de maior complexidade, como as escrituras da terra e o material para a construção das casas, pois estas exigiam um maior esforço e subsídios financeiros.

Com este processo sua estrutura organizacional se tornou ineficaz e obsoleta, surgindo a necessidade de se criar novos moldes, uma nova estrutura administrativa para dar suporte às diferentes exigências oriundas do intenso desenvolvimento da comunidade.

Nesta fase, o Mutirão é marcado pelo seu caráter legalista, pois em 1982 o Movimento se institucionaliza como uma entidade civil, sem fins lucrativos, denominada "Mutirão de Nova Aurora", atuando não só como associação de moradores, mas também como uma Organização não-governamental. Abaixo, podemos verificar alguns trechos do estatuto do Mutirão :

“Art. 1º - O Mutirão de Nova Aurora, fundado em 01 de novembro de 1979, com duração por tempo indeterminado, tem sua sede provisória à rua Dona Ana s/n.º.”

“Art. 2º - São finalidades do Mutirão :a) Lutar pela posse gratuita de terra para moradia dos seus associados; b) Lutar pela conquista da casa própria a baixo custo...”;g) Servir aos interesses coletivos sem quaisquer fins lucrativos.”

“Art. 3º - A Assembléia Geral é o órgão máximo do Mutirão, sendo constituída por todos os sócios admitidos, legalmente registrados.”¹³¹

¹³¹ Estatuto de Fundação do Mutirão de Nova Aurora – 1982.

O ano de 1982, inclusive, é compreendido como ápice das lutas pelo acesso a terra e à habitação, ganhando fôlego, nos anos seguintes em diversas partes do país. Seu caráter inovador calcava-se nas ações de ocupações coletivas organizadas, nos mutirões de ajuda mútua e nas novas formas de negociações com o Estado, o que as diferenciam das ocupações das favelas em décadas anteriores.¹³²

Gradualmente, durante a década de 1980, o Movimento vai transformando-se numa imensa máquina administrativa da região. Substituiu a divisão que anteriormente era realizada pelo chefe de quadra¹³³ para o sistema de regional, mapeando nove regionais: São Jorge, Nova Aurora, Terra Branca, Bela vista, Santa Cruz, Vila Maia, Santos Dumont, Cruzeirozinho e Padre Jósimo. Todas administradas por um coordenador regional, que tinha entre outras responsabilidades averiguar as terras improdutivas ou sem registro em cartório, dividir os lotes e sorteá-los de acordo com o número de inscrição.

É interessante ressaltar que a transparência e a forma funcional do sistema parece ter garantido a credibilidade e o apoio da população as lideranças do Mutirão. Os sorteios eram aleatórios e nada garantia que o lote seria no plano ou na região de maior altitude, se seria na parte mais urbanizada do bairro ou na parte de maior precariedade. Analisando os locais das residências da vanguarda do Movimento, percebemos não ter ocorrido privilégio neste sentido, pois as mesmas se encontram nas áreas de grandes problemas estruturais ou de afastamento do centro do bairro.

No final dos anos de 1980, ganham vulto vários movimentos emancipatórios dos distritos iguaçuanos. Nova Iguaçu passa a sofrer perda de território e

¹³² GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991. p. 62

¹³³ Sistema de organização inicial do Mutirão; eram escolhidos membros que ficavam responsáveis por uma determinada quadra, no que diz respeito à distribuição e coordenação dos lotes.

arrecadação, processo marcado por uma intensa disputa das elites locais pelo poder público.

Neste contexto, Belford Roxo que ocupa uma área geográfica de 78km² e possui uma densidade demográfica estimada em 650 mil habitantes, transforma-se em uma unidade administrativa independente e passa a dispor de um poder público local, utilizando de uma "cultura política" peculiar da Baixada Fluminense, calcada nas práticas clientelistas, assistencialistas e violentas.¹³⁴

O difícil processo de emancipação de Belford Roxo e a transformação da região de Nova Aurora em segundo distrito, levaram o Movimento a mudar novamente sua estrutura administrativa, marcando a fase burocrática do Mutirão.

Em dezembro de 1989 sua estrutura de associação de moradores foi substituída pelo sistema de Federação. Para este fim, as antigas regionais se constituíram em pequenas associações/mutirões, ou seja, o Mutirão fragmentou-se, transformando sua sede na Federação dos Mutirões Urbanos de Belford Roxo - FEMUBER, filiando suas regionais. Como evidencia a Ata de fundação da instituição:

" Art. 1º A Federação das Associações dos Mutirões Urbanos de Belford Roxo - FEMUBER - fundada em 12/02/1989 e constituída pelos associados que assinaram sua Ata de fundação, tem sede própria na Rua Vitorino Monteiro, n.º 10, Nova Aurora, Nova Iguaçu - Rio de Janeiro."¹³⁵

Sua equipe administrativa passou a ser composta por um conselho de representantes formado por dois diretores de cada mutirão filiado e mais três componentes da Federação, que passa a exercer a função de assessoria das suas filiais e de seus projetos sociais.

¹³⁴ Dados estatísticos disponíveis no IBGE.

¹³⁵ Ata de fundação e Estatuto da FEMUBER/1989.

É um período caracterizado pelo refluxo das ações do Movimento, em consequência, talvez, do seu processo de burocratização do trabalho e dos departamentos administrativos da Federação. Ou ainda, pelo desvio de verbas que passou a ocorrer em alguns setores. Perspectivas que voltaremos a analisar mais adiante.

Nos depoimentos analisados, alguns entendem esse processo como resultado de um quadro evolutivo, gerado pelo crescimento do número de diretorias regionais que não interagem com a diretoria central, como nos relata Ademir Peçanha de Almeida,

“Foi um processo evolutivo dentro da comunidade, porque inicialmente, eram os chefes de quadra responsável pela organização e manutenção. Bom!... depois esse processo ficou muito defasado,(...) eram 09 regionais e essas regionais não conseguiam manter o elo de ligação com o Mutirão, com a Diretoria Central , então se discutiu que era necessário mudar alguma coisa na forma de organizar , para voltar a funcionar como devia; depois de um ano de reuniões, estudando com a assessoria de outros grupos, chegou-se a conclusão que o melhor caminho era a Federalização, isto é, cada regional seria transformada num Mutirão Urbano com autonomia, mas ligada juridicamente a Diretoria Central da Federação, e assim , foi criada a Federação dos Mutirões Urbanos de”. Belford Roxo – FEMUBER (...) Evidente que a medida que o grupo ia crescendo, a entidade do Mutirão de Nova Aurora ia crescendo, surgindo as necessidades de expansão e de descentralização...”¹³⁶

Já o relato de Ana Luíza Mendes aponta outros elementos de análise que não invalidam, no entanto, o anterior. Contudo, leva em consideração alguns fatores que não estão diretamente ligados à dinâmica interna do Movimento, como podemos verificar em sua fala,

“Ocorreu na época por exigência das próprias organizações (ONG’s), para que os projetos financeiros chegassem. O Mutirão precisava ter uma conta bancária para receber o dinheiro, era necessário estar registrado, com CGC. Como o Mutirão tinha acoplado muitas regiões vizinhas, criou-se em cada uma destas regiões um Mutirão. Formavam uma Federação de mutirões urbanos. Isso, também, ocorreu por exigência políticas, por ocasião da formação da Prefeitura de Belford

¹³⁶ Depoimento de Ademir Peçanha de Almeida – 1991

Roxo. O Mutirão tomava uma área muito grande, o que dificultava sua administração, por isso foram criados os mutirões urbanos, dividindo pequenas regiões. A princípio cinco regionais, Terra Branca, Santa Cruz, Vila Maia, Bela Vista e São Jorge, e mais tarde seriam criadas outras, com a necessidade de legalização de sua estrutura, o Mutirão precisou torna-se juridicamente uma Federação e estariam vinculados a esta, os demais mutirões urbanos (Regionais) . Isso daria autonomia da Instituição frente à Prefeitura de B. Roxo, frente as ONGs. Se não, os pequenos mutirões tornar-se-iam, por pressão políticas, pequenas associações de moradores ou sub-prefeituras.”¹³⁷

Acreditamos que esses depoimentos não se contrapõem, mas se completam no sentido de oferecer elementos substanciais para a compreensão do processo de transformação administrativa do Mutirão de Nova Aurora.

2.2 Analisando o universo político, social e geográfico do Mutirão de Nova Aurora

A luta pela moradia tornou-se, nos finais dos anos de 1970, uma importante forma de expressão de diferentes movimentos sociais envolvidos no debate sobre a reforma urbana nas principais metrópoles brasileiras.

Sobre esta questão, a socióloga Maria da Glória Gohn assinala dois diferentes momentos que foram decisivos na evolução deste debate. O primeiro é marcado por lutas isoladas, por reivindicações pelo direito real do uso da terra e por infra-estrutura. O segundo momento é assinalado pelas “invasões coletivas”, ações organizadas das associações comunitárias que buscavam maior participação política, autonomia e controle das etapas construtivas nos processos de negociações.¹³⁸

Segundo ela, esses momentos foram vividos simultaneamente e em determinadas situações se entrelaçam. A autora elucida, ainda, que as associações

¹³⁷ Depoimento de Ana Luíza P. C. Mendes - 2000.

¹³⁸ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991. p. 115.

possuem uma organização mais madura e projetos mais bem definidos, o que lhes possibilita uma maior independência política-partidária. Já a luta pela posse da terra possui uma estrutura frágil e uma maior dependência da coordenação dos partidos políticos.¹³⁹

Este processo inaugura uma nova categoria de organização popular, calcada no “pacto” dos sócios-moradores, que a partir da prática de mutirão ganham o direito de moradia, ou seja, segundo Gohn, *“a associação é criada com um fim bem determinado: solucionar o problema habitacional de um grupo, através da ação comunitária por mutirão”*.¹⁴⁰

Para a autora, surge, também, uma nova modalidade de direito, na medida que o sócio-morador compartilha dos ideais construídos pela associação, e uma nova figura jurídica representada por esta última.

Essa nova categoria de fazer política ganhou força durante a década de 1980 e se propagou em diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, esse movimento evoluiu para a constituição de uma coordenação geral das associações em 1985, após um intenso debate sobre as experiências e os principais problemas enfrentados por essas organizações durante os encontros promovidos nos anos de 1984 e 1985.¹⁴¹

É importante ressaltar que no discurso construído no II Encontro de Moradia de São Paulo, a prática de mutirão é entendida como um trabalho coletivo, solidário, criador de espaços democráticos que busca, entre outras, romper com as relações de hierarquia entre o setor técnico do trabalho e a relação comissão-mutirante. No entanto, é preciso entendê-lo como principal instrumento de ações concretas da associação, organização que pressupõe cargos e hierarquia administrativa, o que

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Idem. Op. Cit. p. 116

¹⁴¹ Idem. Op. Cit. p. 122 a 128.

compreendemos invalidar parcialmente o modelo de mutirão construído no respectivo encontro.

De acordo com Maria da Glória Gohn, o movimento dos mutirões foi uma resposta da sociedade menos favorecida às contradições sociais criadas pelo sistema capitalista. Todavia, também deve ser compreendido como uma nova forma de articulação política dos interesses populares, uma alternativa de diálogo e participação junto aos poderes públicos e outras instâncias da sociedade civil.¹⁴²

Por conseguinte, esses novos atores políticos não se originaram ou atuaram sozinhos, espontaneamente. Na sua perspectiva, os agentes externos ganham importância, como profissionais liberais, médicos, advogados, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais e etc. Ou mesmo, os técnicos do aparelho estatal, membros do clero ou “voluntários” de ONGs, são vistos como elementos “mais politizados”, e como tal, capazes de gerenciar a mobilização e organização do movimento em prol de um projeto transformador.

Este projeto transformador, a luz desta concepção, não se constrói espontaneamente, a partir da tomada de consciência em torno das necessidades e das carências, mas no próprio processo de luta.

Com intuito de analisar a forma de organização do Mutirão de Nova Aurora, procuraremos refletir a partir de sua denominação “FEMUBER”. Contudo, é importante ressaltar que esta foi a última configuração administrativa do Movimento, resultado das transformações políticas, sociais e econômicas de seu processo histórico.

Muda-se a forma administrativa, mas a sua essência e o imaginário que se construiu em torno do Mutirão permaneceu o mesmo.

¹⁴² Idem. Op. Cit. p. 132.

No final da década de 1980, o Mutirão de Nova Aurora sofre um processo de reconfiguração administrativa que irá resultar numa Federação,¹⁴³ que tinha como objetivo final à descentralização de suas principais funções para as novas associações,

Na verdade, existe uma confusão entre a prática de mutirão – principal expressão de luta coletiva em torno da habitação na década de 1980 – e o processo de legalização do Movimento do Mutirão de Nova Aurora. Durante este procedimento, o Movimento seguiu o modelo de luta organizada vivenciada em outras metrópoles brasileiras, e adotou a forma de Associação como configuração administrativa. No entanto, o termo “Mutirão” permaneceu e ganhou uma nova dimensão.

O termo em si, do ponto de vista epistemológico, no campo das Ciências Sociais, é entendido como *“Sistema de trabalho voluntário que tem por base a ação recíproca de vizinhos, amigos ou membros de um mesmo grupo com algum objetivo em comum.”*¹⁴⁴

Contudo, em Nova Aurora esse termo está carregado de uma significação simbólica constituída a partir da sua capacidade pragmática e transformadora.

A prática de mutirão definida como uma forma de trabalho coletivo elucidado anteriormente por Maria da Glória, não foi a espinha dorsal do Mutirão de Nova Aurora, apesar desta filosofia estar compreendida no estatuto e no seu imaginário enquanto organização popular e comunitária. Todavia, sua ação concreta foi se tornando cada vez mais impossível, frente à necessidade de sobrevivência das famílias que inseridas num quadro mais amplo de uma sociedade neoliberal, dispunham de pouco tempo para dedicação nos trabalhos do Movimento. O crescimento exarcebado do

¹⁴³ “Um organismo político descentralizado, no qual o poder estaria fragmentado em várias unidades ligadas a uma sede central”. Dados pesquisados em dicionário de ciência política; e bibliografia relacionada a geografia política, como: Affonso, R. B. ^a & Silva, P.L.B (org.) **FEDERALISMO NO BRASIL**; Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo, Fundap-Unesp, 1995.

¹⁴⁴ Dicionário de ciências sociais.

número de sócios, também, se constituiu num outro fator que impossibilitou uma ação coletiva para as construções de moradias.

Neste sentido, o Mutirão de Nova Aurora procurou outros instrumentos que contribuíssem para a construção das casas dos sócio-moradores que não tinham tais possibilidades. Buscando inovar, estabeleceu formas alternativas de aquisição do material de construção, como a criação de um banco de material, o convênio com organizações do setor de habitação, como a CEHAB¹⁴⁵ e a criação de uma fábrica de artefatos. Esta última, não só produzia material a preço de custo, como também, os materiais utilizados na infra-estrutura do bairro, como saneamento, água, luz e etc.

Embora em sua gênese, o Mutirão não tenha exercido sua função, seus membros o compreenderam como um instrumento, uma prática comunitária capaz de adquirir força perante a sociedade e garantir os direitos de cidadania que lhes eram negados.

Nesta perspectiva, o Mutirão surgiu como uma organização coletiva, como uma ação social e política de um grupo com aspirações em comum. Durante seu processo histórico, materializou-se em torno de um organismo jurídico, sugerido pelos demais movimentos da mesma natureza espalhados pelo Brasil. Sua institucionalização promovida por esse apelo mais amplo, deve ser analisada levando-se em consideração suas conotações locais.

Todo esse processo, entretanto, parece não ter afetado o imaginário construído em torno da proposta original do Mutirão, termo que se cristalizou mesmo após suas sucessivas mudanças administrativas.

Quanto a sua origem, compreendemos que seu processo não se deu espontaneamente, mas inserido num quadro político no qual se mesclavam questões macro, relacionadas ao processo de redemocratização do país e as contradições de um

¹⁴⁵ CEHAB – Companhia Estadual de Habitação.

modelo de sociedade calcado no sistema capitalista neoliberal; e em questões de cunho local, como as migrações, as carências, atuação de agentes militantes com experiências anteriores. Esses fatores contribuíram para a construção de uma organização social e comunitária autônoma, capaz de constituir um programa de mobilização política e transformar sua realidade. Processo possível a partir da utilização de determinadas práticas discursivas que conciliaram os interesses de suas demandas sociais e construíram uma identidade social.

Depreciar a capacidade política de alguns agentes do Mutirão de Nova Aurora, transferindo todo mérito para os agentes e articuladores externos, é negar as experiências de luta de seus membros acumuladas durante a ditadura e o período de luta por terra no campo, pois muitos são oriundos da região nordeste e interior de Minas Gerais, Espírito Santo e mesmo do Rio de Janeiro. É compreender que somente os indivíduos possuidores de conhecimento técnico e cultural são capazes de organizar uma luta coletiva.

Nos depoimentos analisados, a memória que se construiu em torno do Mutirão é de um movimento de cunho popular, que se articulou com agente externos, como técnicos liberais, setores da Igreja Católica e o Estado, como estratégia política que visavam melhores condições na conquista de seus objetivos.

Podemos observar na fala de Laerte Bastos elementos a esse respeito:

“Sou filho de camponês, nascido em Itaperuna, interior do Rio de Janeiro; o meu primeiro problema com a terra, eu estava por volta dos dezessete anos, quando meu pai foi expulso das suas terras e coincidentemente por um “coronel”. Então nós ficamos um pouco refugiados, escondidos, levando uma vida terrível, toda a nossa renda (...) Então eu vim com os meus pais para a cidade e nós que levamos uma vida relativamente muito boa, começamos a viver uma vida de cão, muito difícil. Com o tempo nós fomos nos adaptando com a vida da cidade grande até que me casei. Recém-casado, a gente sempre traz no ceio aquela vontade, aquele amor à terra e eu voltei para a roça. Voltei aqui para o Xerém, próximo a Fabrica Nacional de Motores e lá na Fábrica (eu já tinha uma filhinha) nós começamos a

trabalhar. Não demorou muito e a perseguição voltou novamente, em cima da minha pessoa, da minha família e de outros companheiros. Naquela ocasião, um capitão, cujo nome eu não me recordo, da guarda da Fábrica, começou a nos perseguir em relação a terra, que queriam que nós saíssemos, e lá em Caxias, um Juiz de Direito perseguia bem, aí a coisa não demorou muito, quando foi a década de sessenta, precisamente 64, veio o Golpe Militar. Nós que estávamos na terra, não tínhamos feito crime nenhum; só éramos trabalhadores, foi uma grande perseguição, de tal forma que o exército veio de Minas Gerais comandado pelo general Mourão Filho, entrou lá e arrasou aquilo. Muita gente, através do Sargento baiano e começou a despejar o povo (...) ... E veja como é o destino! A gente foi recomeçando e começamos a encontrar antigos companheiros que eram de lá do campo, e já tinha passado o período que tínhamos que andar refugiado; começamos a encontrar velhos companheiros e passamos a discuti, nesses encontros, os nossos problemas, as dificuldades de nos adaptarmos aqui nessa nova vida e dessas conversas surgiu a idéia: quem sabe se não poderíamos a voltar nossas antigas posses (...)Um dia, no ônibus, uma senhora com uma certa idade me procurou e falou assim: Você não é o Laerte ? Olha Laerte, eu estava interessada em arranjar um pedaço de terra... Eu disse para a companheira: Olha companheira! Assim é difícil, a terra que nós temos é terra de trabalho. Você é uma senhora já com uma certa idade e é preciso ser jovem e forte para enfrentar o campo e a lavoura. _ E aí ela disse: Não, mais não é nada disso! O que eu quero é uma terra para morar... Ah! Terra para morar... Isso é um assunto muito sério e uma boa idéia..”

Apesar das nuances, a essência dos depoimentos sobre a gênese do Movimento é uma constante. No entanto, no depoimento do principal líder do Mutirão de Nova Aurora, Laerte Bastos, apresenta uma temporalidade diferente. Seu relato é um dos mais detalhados e o que elucida experiências de luta ligadas ao campo e ao tempo de repressão da Ditadura.

É interessante perceber que a memória que ele construiu do Movimento se mistura com sua história de vida. O que justificaria sua ação pioneira como fundador do Mutirão de Nova Aurora, e como inspirador de outras práticas de mutirão na região da Baixada Fluminense.

Com o intuito de contribuir para melhor compreensão do espaço geográfico de atuação do Mutirão, buscaremos analisá-lo em sua dimensão territorial e social.

Neste sentido, o classificamos como um movimento popular urbano, pois suas aspirações giram em torno de um universo urbano. A luta é pela posse da terra, mas terra destinada à moradia e não para produção de riqueza ou cultura de subsistência.

Embora essa região ainda conviva com elementos que teoricamente pertenceriam ao universo rural, é formalmente caracterizada pelo IBGE como urbana. Os elementos que têm relevância nestas análises, como já mencionado anteriormente, são a utilização da terra e as formas de produção aplicadas.

Então, como definir o espaço urbano numa região que convive com situações tão extremadas? Segundo Roberto Lobato Corrêa, a definição de uma cidade capitalista está relacionada ao seu complexo conjunto de uso da terra, ou melhor, "*na sua organização espacial*". No entanto, este espaço é ao mesmo tempo fragmentado e articulado.¹⁴⁶

A cidade se constitui de um centro urbano, onde se concentram as principais atividades sociais, industriais e comerciais da sociedade; de um perímetro urbano que pode conviver simultaneamente com elementos rurais e urbanos e, finalmente, a zona rural. Quando a cidade passa a sofrer o processo de conurbação, é comum os elementos rurais resistirem de alguma forma e permanecerem coexistindo com a zona urbana.

De acordo com a perspectiva de Corrêa a desigualdade constituiu-se como característica própria do espaço urbano capitalista.¹⁴⁷

¹⁴⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. S. Paulo: Ática, 1995. p. 7-11

¹⁴⁷ Ibidem

Seguindo esta premissa, é compreensível a permanência de um cenário que num primeiro momento não vislumbra um espaço urbanizado, pois o conceito que cristalizamos do urbano é do progresso, é de uma sociedade moderna, com seus atributos tecnológicos. Quando nos deparamos com realidades que nos chocam por seu atraso, sua falta de estrutura e sua situação de miséria, ficamos paralisados diante daquilo que não compreendemos ou não nos sentimos capazes de definir. Deste fenômeno, é muito comum originarem-se sociedades estereotipadas, como as dos municípios da Baixada Fluminense, marcadas pelo preconceito, definidas por olhares daqueles que não as compreendem.

3.3 - Herdeiros do Movimento

O Mutirão como prática comunitária tinha o objetivo de estimular a participação do grupo em todas as etapas do processo. Para este fim, foi necessário traçar um plano de ação voltado para a divulgação e perpetuação dos seus ideais. Através desta dinâmica o Movimento pôde garantir a atuação de duas gerações de sócios.

Podemos definir duas gerações bem distintas. A primeira, compreendida pelos primeiros membros e associados, ou mesmo aqueles que somaram forças ao projeto alternativo pela conquista de cidadania.

Cronologicamente, podemos demarcar esta fase nos primeiros dez anos, aproximadamente entre 1979 e 1980. Essa primeira geração foi responsável por importantes conquistas, pois negociou a terra, enfrentou a repressão e deu origem à comunidade de Nova Aurora, antes uma região abandonada no tempo e no espaço. Como nos conta Ana Luíza Mendes,

“Vimos em 1984, pois nós morávamos de aluguel e mamãe sempre teve vontade de ter a casa própria. Em Nova Aurora estavam, na época, dando terrenos do Mutirão dos sem terra, e mamãe conseguiu um terreno e começou a construir uma casa pra gente (...) A princípio,

parece que era feita uma sondagem, em seguida a invasão. Daí, partia para o enfrentamento e a negociação pela legalização. As pessoas ficavam acampadas no local, geralmente aparecia um suposto dono, que se dizia um coronel, um fazendeiro que tinha inclusive o apoio militar; e a população fazia pressão, resistia até que a situação fosse resolvida em juízo”¹⁴⁸

Entretanto, somente a conquista da terra não garantia o direito à cidadania.

E os membros do Mutirão se viam desafiados a cada dia. Pois como atrair centenas de famílias, convencê-las de que suas propostas eram legítimas, convidá-las para abraçar a causa, e depois entregar o lote numa região sem nenhuma estrutura e isolada do resto da sociedade? Havia muito o que pensar e fazer. Não havia delimitação de ruas, os terrenos eram muito acidentados e de difícil acesso, e a falta de saneamento era o problema mais grave. Além do número de escolas serem insuficientes para alocar as crianças recém-chegadas, pois só existiam duas escolas da rede pública (estadual e municipal) com grandes precariedades. A rede elétrica do local não suportava o grande contingente que se instalou com a chegada do Mutirão.

Em suma, não havia infra-estrutura capaz de oferecer qualidade de vida a população e o programa de atividades do Movimento se tornou muito denso e complexo, exigindo conhecimento técnico, formação e um ativismo intenso.

É nesta fase que entra em cena a segunda geração do Mutirão. Os filhos que acompanharam seus pais por tantos anos, passam gradualmente a tomar lugar na luta. Com melhores oportunidades e com o trabalho sistemático de formação por parte da Igreja Católica e de ONGs que assessoravam o Movimento, esses jovens possuíam melhor nível de escolaridade, o que contribuiu para dar suporte às novas exigências administrativas, garantindo a elaboração dos projetos financeiros, produção dos relatórios de prestação de contas e o controle da contabilidade.

¹⁴⁸ Depoimento de Ana Luiza P. C. Mendes - 2000

Esses herdeiros do Movimento chamam para si a responsabilidade de organizar e dar continuidade aos trabalhos iniciados por seus pais. Cada qual ocupando o seu espaço nos mais diversos grupos a partir da sua afinidade e vocação, como verificamos no depoimento da educadora popular Ana Luíza,

"Por identificação pessoal e profissional, logo de início, eu me envolvi com o projeto de educação. Estive durante muito tempo ajudando no movimento de educação para mulheres, com informações sobre saúde, sexualidade e planejamento familiar, mas foi uma ajuda passageira. Minha atuação concreta foi com as escolas comunitárias (...) os próprios associados por identificação pessoal ou experiência profissional, começaram a organizar grupos de frente de trabalho e esses projetos substituíram a presença do poder público."¹⁴⁹

É importante compreender que durante o seu processo histórico, muitos indivíduos foram atraídos para a região em busca da casa própria. Instalaram-se após a construção do projeto do Mutirão de Nova Aurora, que ia além da apropriação da terra. Não participaram do processo inicial de luta, não tinham vínculo com a causa, e naturalmente, se configuraram como um novo segmento não muito comprometido. Um novo perfil de morador, que não participa de suas atividades e não compreendem a militância que havia em torno da sede do Mutirão.

Poderíamos pensar numa possível terceira geração, mas esta se insere justaposta ao período de refluxo do Movimento. A falta de substância para uma análise deste segmento, impossibilita a sua inteligibilidade.

3.4 - Memória e Discurso

A partir da análise dos depoimentos e do material de divulgação produzido pelo Movimento, percebemos que com as primeiras conquistas, o Mutirão passa a ser um agente potencial, essencialmente capaz de interagir entre as diversas

¹⁴⁹ Depoimento de Ana Luíza P. C. Mendes - 2000 -

instâncias políticas. O Mutirão avança num incessante *dever*, ganha um novo status e passa a assumir funções que normalmente seriam do Estado. Como evidencia o boletim informativo da FEMUBER:

"É dever do Estado e do município limpar rios e valões, por manilhas nas ruas, por lâmpadas nos postes, proporcionar vagas nas escolas, construir hospitais, casas para a população de baixa renda, e etc. A FEMUBER, juntamente com seus mutirões, ajuda o povo a se organizar, reivindicando seus direitos junto ao Estado e município. E na medida do possível, resolve alguns problemas citados acima, ou cria condições viáveis para que tais problemas sejam resolvidos."¹⁵⁰

Todavia, durante este processo foi necessário traçar uma série de táticas e estratégias que possibilitassem o crescimento e a sobrevivência do Movimento. Para este fim, criou-se um aparato administrativo, físico e jurídico que justificasse e legitimasse a proposta do Mutirão ao longo dos vinte anos de sua existência. Nesta perspectiva, a legalização e constituição de um estatuto foram imprescindíveis para garantir a coesão, fixando oficialmente suas finalidades. Como podemos identificar em alguns itens do artigo segundo do seu estatuto:

Art. 2º - São finalidades do Mutirão:

- d) Desenvolver o civismo e o espírito de camaradagem ao máximo e o trabalho em mutirão.***
- e) Lutar por melhores condições de vida para os bairros, trazendo seus moradores a essa participação, incentivando o espírito comunitário;***
- f) Procurar junto às autoridades, a realização de todos os melhoramentos defendidos por Lei, nos aspectos sociais...;***
- g) Servir aos interesses da coletividade sem quaisquer fins lucrativo, buscando apenas o necessário à sua sobrevivência.***¹⁵¹

A criação da rádio comunitária também se constituiu num elemento fundamental para este fim, pois deve ser compreendida como um dos espaços de

¹⁵⁰ Boletim informativo da FEMUBER.

¹⁵¹ Estatuto do Mutirão de Nova Aurora - 1982.

socialização entre os membros da comunidade. Com programações diárias, fazia parte da vida dos moradores e mantinha a comunidade sempre unida e informada sobre diversos eventos sociais, como as festas, reuniões, assembléias, passeatas e até mesmo os funerais. Onde a mesma se responsabilizava pelo transporte que possibilitava o último adeus ao membro-associado falecido, tido como um eterno companheiro de luta, além de vizinho e amigo de todos, mesmo que não o conhecessem bem.

Podemos verificar a preocupação com a construção e preservação da memória no depoimento do senhor Ademir, membro atuante e advogado da FEMUBER:

"o objetivo da rádio não é só chamar, convocar as pessoas, mas partilhar, tornar comum o dia a dia da comunidade, é resgatar as raízes, porque a gente sabe que o pessoal que mora em Nova Aurora, eles são oriundos dos mais diversos estados do Brasil, principalmente do Nordeste, mas também, Minas Gerais e Espírito Santo; então são pessoas que têm dentro de si toda uma formação diferente, que têm as suas raízes e tal, então a preocupação da rádio popular seria manter vivas estas raízes, de tornar comum os causos, as histórias, as receitas de ervas, de culinária, quer dizer, uma receita de quitute..."¹⁵²

A rádio era utilizada principalmente para as chamadas das assembléias e a contínua manutenção dos objetivos do Mutirão. A chamada para a luta era um exercício diário do movimento, para que os membros não esmorecessem, não fraquejassem frente aos problemas e a necessidade de sobrevivência, como podemos evidenciar nos depoimentos a seguir, cedidos a equipe de comunicação da rádio comunitária:

"Bom! Eu gostaria de dizer primeiramente que estou muito satisfeito com a oportunidade de dizer tudo isso aqui... para as pessoas que estão chegando para o Mutirão e ainda não têm terra, não façam como muitos que aqui passaram. Muitos vieram atrás de terra para morar e depois que conseguiram e fizeram sua casa, esqueceram que a luta tem que continuar. Isso não é bom para nós... temos que mostrar que o Mutirão é uma escola política... por isso é preciso que a gente marche

¹⁵² Depoimento de Ademir Peçanha de Almeida - advogado da FEMUBER - 1991.

*firme em cima dessas "paradas", conscientizando o povo, não deixando que o povo se iluda com palavras bonitas..."*¹⁵³

*"Eu gostaria de fazer um lembrete a todos os companheiros do Mutirão, que os companheiros novatos não desanimem, e que mesmo que levem três ou quatro meses para conseguir o terreno, continuem na luta conosco, pois a luta não foi fácil, já esteve muito pior... esse Brasil é muito grande e nós estamos aqui para ajudar ..."*¹⁵⁴

A partir destas falas, podemos perceber a importância da memória e do discurso como elementos-chaves, instituidores do poder e da representação simbólica do Mutirão.

Segundo Foucault, a relação entre o discurso e a construção do poder de ordem política ou social, pode ser ao mesmo tempo benéfica e perigosa, pois oferece ao sujeito vez e voz, aparição perante a sociedade, porém, também, pode ser um forte elemento de repressão e manipulação de quem o produz e o detém. Para o autor, a produção do discurso é um processo relacionado ao controle, seleção, organização e redistribuição da fala e das informações a serem processadas, com o objetivo de dominar seu acontecimento aleatório, e esquivar-se da sua temível materialidade.¹⁵⁵ O discurso passa a ser reconhecido como um elemento capaz de ordenar a ordem social vigente.

As diversas práticas discursivas inseridas em diferentes atividades cotidianas e os projetos sociais da comunidade de Nova Aurora, como as escolas comunitárias, o centro cultural, o clube de mães, o jornalzinho, a rádio comunitária e outros, foram algumas das principais estratégias de sobrevivência e de poder utilizadas pelo Mutirão, capazes de legitimar as várias ações consideradas, naquela conjuntura, como ilegais perante a sociedade. Entre estas ações, podemos citar a ocupação da terra,

¹⁵³ Depoimento do Sr. Manoel da Costa - morador e um dos fundadores do Mutirão - 1987.

¹⁵⁴ Depoimento de Tereza Rosa de Jesus - moradora e diretora do Mutirão - 1987.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9º ed. São Paulo: Loyola, 2003. p 09.

as manifestações, a resistência e o enfrentamento as autoridades instituídas. Na fala do sócio-fundador Laerte bastos, podemos constatar esses objetivos,

"nós procuramos formar lideranças no próprio seio do povo, as pessoas que se destacavam para fazer a falação, para orientar, chamar o companheiro para a luta... muitas diziam: um dia nós seremos milhares de companheiros e vamos abrir o nosso próprio espaço e conquistar a terra (...) um dos primeiros problemas enfrentados era legitimar a luta, convencer a população que a ocupação era um direito... sem a preocupação de saber as condições legais, nós achávamos que era o nosso direito, o direito do povo. E cada um assumiu essa convicção, estava acima de qualquer direito, o direito de ocupar a terra era legítimo, aquela terra ociosa, que não estava sendo usada para nada..."¹⁵⁶

Através destas lembranças podemos perceber como seus membros compreendem o passado e as experiências vividas. São memórias que se constituem em lugares de fala dos sujeitos e referenciais na construção da identidade coletiva daquela comunidade.

A preocupação com a construção desta memória e as práticas discursivas, deu uma certa identidade coletiva e a constituição de mecanismos de proteção dos interesses do grupo. De acordo com Halbwachs, a memória deve ser compreendida como um fenômeno social, construída social e coletivamente, mesmo quando pensamos o indivíduo a partir de suas particularidades, admitindo uma identidade própria e singular. Suas representações do passado, suas crenças, suas concepções foram constituídas socialmente, num processo de interação com os membros do grupo do qual faz parte. Essa memória articulada possibilita o fortalecimento e a transmissão das representações sociais através de gerações. Como justifica o autor, *"Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratando de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós."*¹⁵⁷

¹⁵⁶ Depoimento de Laerte Bastos - Fundador e primeiro presidente do Mutirão - 1987.

¹⁵⁷ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 26

Segundo o trabalho organizado por um grupo de estudantes do curso de pedagogia da Universidade de Nova Iguaçu em 1991, a rádio era uma proposta de substituição do jornal/boletim, devido seu alto custo. No entanto, a rádio exigia um significativo montante de capital para a aquisição da aparelhagem, que foi adquirida através de um projeto financeiro firmados com o CERIS.

Passado e presente interagem continuamente nas experiências, nas manifestações culturais e políticas e no sentimento de pertença do grupo. Essa vivência é marcada, entretanto, por disputas e contradições que norteiam a rede de relações sociais dos indivíduos. Nesta perspectiva Fentress afirma, *"Uma memória só pode ser social, se puder ser transmitida, e para ser transmitida tem que ser primeiro articulada"*¹⁵⁸

A memória social, portanto, contém e está contida a memória individual, na medida que uma é inseparável da outra, e se constituem em uma complexa teia de relações que envolvem escolhas, sentimentos, rupturas, disputas e outros elementos que norteiam o processo histórico e social.¹⁵⁹

Como mencionado anteriormente, a Igreja Católica teve grande influência e participação nas lutas políticas de Nova Aurora, principalmente no que se refere ao enfrentamento entre o Mutirão, os grileiros e a polícia gerado pela a ocupação e a desapropriação das terras. Para os movimentos sociais de caráter popular, as Igrejas, as associações de moradores, os grupos de produção, os centros culturais comunitários, os sindicatos ou até mesmo as praças públicas, podem se constituir como lugares de memória por excelência, e representações do circuito cultural do grupo. Pois são nestes lugares que a população vivencia suas experiências e trava sua luta diária. Além do que,

¹⁵⁸ FENTRESS, James. **Memória social:** novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992. p.42

¹⁵⁹ PÊCHEUX. Michel. **O Papel da memória.** In: Nunes, José Horta. (org). O papel da memória: traduções e introduções. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49 - 56.

para muitos, esses lugares podem representar o único espaço de aprendizagem, socialização e articulação entre os membros da comunidade. Muitos destes indivíduos se apropriam destes espaços para promoverem a mobilização social, a resistência nos embates e a construção das concepções e argumentos que justificam e permeiam a luta, uma vez que os espaços tidos como formais lhe são negados pelo Estado.¹⁶⁰ No depoimento de Maria dos Santos, é possível identificar algumas práticas de parceria entre o Mutirão e a Igreja, *"o movimento marcava o início da reunião para as nove horas, antes desse horário, já estavam presentes: o padre, as irmãs, os representantes da Igreja para a realização da missa e as orações em cima da terra. Onde eram feitos pedidos de proteção e agradecimentos"*¹⁶¹

Na impossibilidade de acesso à educação formal, a transmissão oral é visto como instrumento essencial para a construção de discursos, práticas sociais e políticas. Através das manifestações culturais, podemos distinguir a fala, o reconhecimento e o lugar que o sujeito ocupa no grupo.

As escolas comunitárias, entendidas como uma alternativa frente à ausência do ensino formal, passaram a ser, juntamente com a rádio comunitária, um dos principais canais utilizados como promotor de novas concepções e questionamentos. Podem, ainda, ser analisadas como construtoras de práticas discursivas utilizadas para legitimar e divulgar a luta do Mutirão, além de promoverem o sentimento de pertencimento e coesão entre os seus membros. Analisando as questões que norteiam a construção de legitimidade Thompson entendeu que,

"A noção de legitimidade estava presente quando homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos e costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso popular que era endossado por alguma

¹⁶⁰ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 15.

¹⁶¹ Depoimento de Maria dos Santos P. Mendes, moradora e associada do Mutirão.

*autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência."*¹⁶²

Já as escolas comunitárias desde sua proposta inicial passaram por profundas transformações que podemos dividir em três fases distintas.

A primeira fase é caracterizada pela chegada do Movimento do Mutirão de Nova Aurora e o crescimento demográfico na região.

Por iniciativa do movimento feminino, posteriormente "Departamento feminino do Mutirão", as crianças recém-chegadas foram instaladas na sede principal e, através do trabalho leigo e totalmente voluntário das mulheres, iniciaram o projeto de educação popular na comunidade.

No início não passava de um grande galpão com crianças de todos os níveis e idade. Não havia um projeto pedagógico e nem sistematização do trabalho. O número de crianças aumentava a cada dia, e a Igreja Católica local (São Jorge) cedeu as salas usadas para catequese. Esta, aos poucos, procurou sistematizar o trabalho, e junto com alguns voluntários leigos ligados a entidades estrangeiras de orientação religiosa, organizou a equipe que ficaria de frente deste projeto.

Durante a década de 1980 era comum a chegada de muitos "voluntários" enviados para a missão de "organizar a América Latina". Dois destes agentes atuavam ativamente na comunidade, ambos de origem italiana. A primeira a chegar foi uma leiga conhecida como irmã Maria. Logo depois, Lourenço Rotta, foi enviado especialmente para direcionar o projeto das escolas comunitárias. Como representante da agência financiadora MLAL (Movimento de Leigos da América Latina), cabia-lhe o direito de selecionar a equipe de trabalho, construir espaços e redirecionar os já existentes, além de incentivar a formação do grupo.

¹⁶² THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 152

Em 1988, foi reunida a equipe inicial de coordenadores pedagógicos, com a escolha da professora Ana Luíza Mendes e o animador cultural Roberval Bento da Costa, ambos membros-associados. A proposta pedagógica a ser construída junto às monitoras era calcada nas idéias de Paulo Freire, autor de renome naquele momento.

Neste período a escola cresceu muito, tanto em número de alunos quanto em espaço físico. Chegando a atender durante sua existência aproximadamente duas mil e quinhentas crianças. O número de escolas se multiplicou para nove, funcionando em cinco comunidades eclesiais de base e em quatro associações de moradores.

A equipe de trabalho cresceu significativamente, o quadro era composto por professores, merendeiras e coordenadores. Passando a enfrentar sérios problemas financeiros para a manutenção destes espaços e do pessoal.

A proposta foi se tornando cada vez mais complexa. Foi criada a equipe de apoio pedagógico e de produção de material de trabalho. O programa de atividades e o calendário letivo previam eventos que ultrapassavam a idéia conteudista de escola. Estavam voltados para a construção de uma educação popular alternativa, baseada num projeto pedagógico que visava antes de tudo a preservação da memória da comunidade, a formação de lideranças e a inserção dos direitos à cidadania.

No final de 1989, outro grupo de assessoria pedagógica e financeira iria se inserir junto à proposta das escolas comunitárias, marcando sua terceira e última fase. Com o término da missão dos voluntários italianos, o Mutirão passou a contar com a ajuda do CEDAC - Centro de Ação Comunitária. Este último, passou a interferir junto ao trabalho do grupo de forma mais profunda, foi um período de muitos conflitos entre a equipe que passou a ser bombardeada com visitas sistemáticas. Visitantes oriundos principalmente da Suíça, Bélgica, Itália e França, queriam conhecer Nova Aurora e sua proposta transformadora.

No início, segundo os depoimentos, parecia empolgante conhecer novas culturas, no entanto, com o tempo as interferências aumentaram e o grupo sentiu-se violentado em sua autonomia.

De acordo com os relatórios, a assessoria pedagógica do CEDAC enviou dois representantes, o casal Anne Marie Millon de Oliveira e José Luiz de Oliveira, ambos professores da UFF. Estes passaram a capacitar os monitores mensalmente, introduzindo a proposta de alfabetização Freneziana, desmontando todo projeto inicial que havia sido construído ao longo dos anos por aqueles professores.

Não demorou muito para que uma profunda crise viesse se instalar, conseqüentemente, desestruturando as escolas comunitárias.

Cabe lembrar que a proposta de escolas comunitárias foi vivida em várias partes do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980 e, posteriormente, a luta em torno da escola pública gradualmente minou o projeto de educação alternativa em várias regiões.

Outro espaço de interação social e político criado pelo Mutirão foi o Centro cultural. Este projeto tinha o objetivo de desenvolver a consciência crítica dos moradores, oportunizando experiências que valorizassem o coletivo, o espírito de solidariedade, além de exaltar a cultura e a memória da comunidade. Processo fundamental na construção da identidade entre seus membros.

De acordo com Tomaz Tadeu Silva, a identidade é entendida como o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, sujeito a vetores de forças, a relações de poder e de disputa.¹⁶³

Em diferentes momentos, as práticas discursivas construídas pelo Mutirão, através dos seus espaços de sociabilidade, afirmam a identidade da comunidade demarcando as fronteiras, num processo de distinção entre seus

¹⁶³ SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 81.

"companheiros de luta" e os outros. Estes últimos, reconhecidos como um "não associado", ou ainda, como o "inimigo da luta", os que possuem a terra e o poder, os proprietários e as autoridades.

Este processo evidencia posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. Afirmar identidades implica estabelecer a diferença, através de várias dimensões e processos de seleção, divisão e classificação.

A construção da identidade não pode ser compreendida fora da dimensão cultural, ou seja, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentidos.¹⁶⁴

Portanto, a construção e o processo de luta do Mutirão de Nova Aurora, só devem ser analisados a partir do seu contexto histórico e das representações simbólicas atribuídas pelos membros da comunidade. A fala do advogado do Mutirão chama a atenção exatamente para esta questão. Ao afirmar que,

*“Nova Aurora, despertou para um processo de luta. Depois de Nova Aurora, através dos companheiros que pegaram experiência ali, outros Mutirões foram formados e foram exemplos para muitos outros na Baixada inteira, no Estado inteiro, no Brasil, o que significou uma retomada, o povo calado por uma Ditadura violenta, rude, truculenta; esse povo estava vivendo um processo de luta clandestina, lento, devagar (...), com Nova Aurora, esse processo, que estava parado, pode acelerar; as Entidades de cunho popular como os Sindicatos, outros grupos, partidos políticos, e outros; que até então estavam com uma visão de medo de retomar a luta de uma forma mais aberta, podem despertar a partir do exemplo dado em N. Aurora. (...) Daí o Movimento teve uma aceleração e todas as Entidades, à partir do nosso exemplo, passaram a reavaliar a ação prática dos seus processos de luta. Acho que nesse aspecto foi exatamente importante. Nova Aurora é uma semente que não morre nunca mais.”*¹⁶⁵

Partindo desta representação simbólica do Mutirão, construída por seus membros ao longo do processo de luta, é que este trabalho procura compreender sua trajetória, seu imaginário social e sua forma de expressão política. .

¹⁶⁴ Id. Ibid. p. 89

¹⁶⁵ Depoimento do Dr. Delário, advogado do Mutirão - 1987.

CAPÍTULO III

Parcerias e articulações do Mutirão na execução do seu projeto social

Até o presente momento, procuramos analisar algumas categorias relacionadas ao contexto histórico e a origem do Mutirão de Nova Aurora. Ambicionamos ainda, discutir o seu caráter e sua natureza. Para este fim, procuramos examinar neste capítulo o papel desempenhado pelo Movimento junto à comunidade, bem como, a sua dinâmica com diferentes atores sociais.

4.1- Parcerias e articulações do Mutirão na execução do seu projeto social

Buscando pensar nas dinâmicas estabelecidas pelos movimentos sociais, compreendemos que estes comportam uma práxis própria que formam a sua rede de articulações.

Segundo Maria da Glória Gohn, “*A forma de organização do movimento é a expressão visível de sua práxis*”.¹⁶⁶

Admitir sua práxis é pressupor que os movimentos possuem ou constroem durante seu processo histórico, um determinado projeto político-ideológico que motiva sua ação junto à sociedade ou o grupo que ele representa.

Neste sentido, o Movimento passa a existir a partir do tripé – proposta, práxis e mobilização. A falta de qualquer um destes elementos impossibilita a atuação deste agente social.

É em torno de uma proposta que se constrói o projeto de natureza transformadora ou não, capaz de criar instrumentos que visam superar ou manter o elemento motivador que emergiu sua ação.¹⁶⁷

Como evidencia o trabalho de Gohn ao analisar as práxis nos movimentos sociais, “*O pensar articular-se, ao fazer... este processo não se realiza*

¹⁶⁶ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991. p. 40-41

¹⁶⁷ Idem. Op. cit. p.42-47

*espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política presente nos projetos que os movimentos delinham na história”.*¹⁶⁸

Os projetos são compostos por propostas e diretrizes que dão sentido e determinam a dinâmica social, seus encaminhamentos, suas metas, suas bandeiras e etc.

Partindo destes pressupostos, compreendemos o Mutirão de Nova Aurora como um movimento social de cunho popular, pois a memória contida nos mais diversos documentos construídos durante seu processo histórico como as atas, relatórios, projetos e mesmo os depoimentos de seus membros, é de uma organização comunitária que nasceu a partir das angústias vivenciadas por um determinado grupo. Em outras palavras, a memória construída não é de um movimento originado e dirigido por lideranças ou intelectuais que buscam a conscientização das bases. Pelo contrário, seus membros, sócios e fundadores não pertenciam a nenhuma organização partidária. Entretanto, durante sua atuação foram articuladas diversas parcerias políticas que contribuíram para fomentar a participação de outros indivíduos preocupados em garantir seus interesses junto a esse novo ator social.

Embora, um Movimento de cunho popular e de proposta comunitária, sua organização, desde sua origem, é dada por uma coordenação. Em todo e qualquer movimento pressupõe uma direção, que pode ser eleita democraticamente ou não.

No caso do Mutirão, é preciso analisá-lo segundo suas fases. Em sua fase inicial percebemos que a direção do Movimento se deu a partir do reconhecimento de algumas figuras tidas como idealizadoras e precursoras do Mutirão. Outros fatores também podem justificar a direção, como as experiências anteriores e a “aptidão” pessoal de cada um.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Idem. Op.cit. p.40

¹⁶⁹ Idem. Op. cit. p.42

Todos esses fatores unidos garantiram a Laerte Bastos, principal liderança do Movimento, o título de primeiro presidente do Mutirão de Nova Aurora, em sua fase institucional.

Segundo dados biográficos contidos em documentos, Laerte era um ex-camponês ligado à luta da terra no campo. Durante a Ditadura sua família sofreu perseguições que a fizeram vir para a cidade. Chegando neste novo espaço, Laerte e seus antigos amigos se depararam com outros problemas. Agora de ordem urbana.

Essa experiência anterior teria contribuído para idealizar o processo de luta do Mutirão e garantir as mais diferentes articulações com intuito de fortalecer sua mobilização. Outros sócios-fundadores, como Mitrair e Manuel, tinham uma história de luta anterior, compreendiam o papel da experiência como construtora de laços de solidariedade, capaz gerar uma vontade coletiva.

Neste sentido, Maria da Glória Gohn constata que, “*A troca de experiência constitui uma grane fonte de realimentação das lutas*”.¹⁷⁰ Essa troca se dá nos espaços de práticas coletivas criadas pelos movimentos com intuito de socializar suas idéias e construir uma identidade ao grupo.

Embora considerando todos esses fatores, é preciso ter clareza que os indivíduos assumem diferentes identidades, em diferentes momentos de sua existência. Partindo deste pressuposto, compreendemos que mesmo partilhando dos mesmo ideais, os membros do Mutirão possuem projetos e interesses que podem gerar conflitos e contradições internas.

De acordo com a bibliografia e os referenciais teóricos analisados no início deste trabalho, a concepção da idéia de projeto é polêmica e variada. Há trabalhos que atribuem a elaboração do projeto às lideranças externas. Entretanto, há uma vertente

¹⁷⁰ Ibidem.

que acredita que os projetos são construídos a partir da prática e das ações cotidianas sem sujeitos idealizadores.¹⁷¹

A partir da década de 1970, Maria da Glória Gohn identifica dois grandes projetos políticos ideológicos e culturais nas dinâmicas e ações coletivas. Um com participação dos movimentos de base, lideranças e assessorias que a autora denomina de *transformador*. O outro, constituído a partir dos interesses das classes dominantes e direcionado pelo Estado, o qual Gohn denominou de *institucionalizador*.¹⁷²

O projeto transformador visa à participação efetiva de seus membros, que podem ser de origem popular ou não. Visa também, transformar ou corrigir as contradições existentes que podem ser de origem política, econômica, social ou cultural.

Podemos identificar o caráter transformador do projeto do Mutirão de Nova Aurora, que buscava a sua inserção na sociedade, através da garantias dos direitos à cidadania e a qualidade de vida.

Para este fim, o Mutirão exerceu uma política própria em diferentes fases e, em momentos distintos, executou parcerias de acordo com suas ambições e necessidades. A partir desta perspectiva, procuraremos analisar inicialmente as relações de parceria entre a Igreja Católica e o Mutirão de Nova Aurora, segundo a lógica de seu discurso, ou seja, compreendendo-a como um espaço de interação e produção cultural, que constrói seu discurso no tempo e no espaço a partir de elementos que estão na esfera transcendental, e não nos embates temporais. Em seguida, analisaremos a parceria do Movimento com o Estado e as organizações políticas.

¹⁷¹ Idem. Op. cit. p. 43-44

¹⁷² Idem. Op.cit. p. 45

4.2– O Mutirão de Nova Aurora e a Igreja Católica

Como verificamos anteriormente, o Movimento do Mutirão de Nova Aurora, assim como outras organizações populares rurais ou urbanas espalhadas pelo país, surgiu durante o período de abertura política. Momento marcado também pela reelaboração do discurso religioso da Igreja Católica, inspirado nas propostas transformadoras e libertadoras do Concílio de Medellín (1968) e Puebla (1979).

O avanço do processo de redemocratização do país foi possibilitando novos ventos para a sociedade brasileira, o sentimento de temor e de ameaça da repressão finalmente foi dando lugar à esperança. Contagiados por este clima de esperança, que antigas lutas são retomadas e novos movimentos sociais surgem, são estabelecidos novos programas de ações voltados para a reforma urbana. Nesse cenário insere-se o projeto político-social do Mutirão de Nova Aurora que procurou construir uma proposta de cidadania coletiva para sua comunidade.

O Movimento do Mutirão de Nova Aurora, partindo desta perspectiva, demonstrou um grande potencial transformador de sua comunidade, pois elaborou práticas políticas pautadas em suas relações cotidianas. Provocando, desta forma, mudanças significativas nas condições materiais e sociais na vida de seus membros. Contudo, seu raio de ação dependia da sua capacidade criadora de mecanismos que possibilitassem a construção de uma consciência coletiva do grupo.

Em sintonia com esses anseios, a Igreja Católica de Nova Iguaçu e suas Paróquias, dirigida por Dom Adriano Hipólito, alia-se ao Mutirão de Nova Aurora com o objetivo de ampliar sua área de atuação e evangelização. Para o Mutirão a Igreja foi vista como um instrumento de legitimação política, a possibilidade de interagir junto à opinião pública, através da imprensa e os órgãos

institucionalizados. Neste sentido, a Igreja Católica foi um elemento fundamental, pois fortaleceu as ações do Mutirão em torno da desapropriação e ocupação da terra, na medida que serviu como um importante aparato de coesão e interação política com diferentes instâncias da sociedade civil.

Todavia, além de possibilitar a inserção e a divulgação das ações do Mutirão junto à sociedade, a Igreja local, representada pela Paróquia São Judas Tadeu e suas comunidades, também ofereceu todo um aparato capaz de garantir recursos financeiros para sua manutenção e sobrevivência. Organizações não-governamentais e entidades de orientação religiosa, proporcionaram assistência material e financeira para as atividades diárias do Mutirão durante aproximadamente vinte anos. Em sua maioria essas instituições eram de origem estrangeira; conforme podemos verificar nos depoimentos a seguir e no projeto financeiro da instituição,

*“(...) Havia projetos com a Suíça, com a Bélgica, com a França, com a Alemanha e Itália. Em cada um destes países várias entidades ajudavam, e isso era muito interessante na época, pois ficamos conhecidos, éramos comentados no rádio, no jornal (...)”*¹⁷³

*“(...) a Igreja nos ajudou, trazendo voluntários de Instituições de outros países, como a MILAL na Itália; Entraide et Fraternité, na Bélgica; França e Suíça. Esses países, principalmente a Itália, mantiveram projetos pôr muitos anos com o movimento (...)”*¹⁷⁴

*“(...) a FEMUBER nos contactou em julho passado, para nos pedir colaboração no campo da formação das professoras das Escolas Comunitárias localizadas em Nova Aurora (...)”*¹⁷⁵

Os projetos financeiros visavam à manutenção da luta e das atividades cotidianas do Mutirão, dentre as quais destacavam-se: a construção e manutenção da Sede, material administrativo e o trabalho burocrático, a construção das casas, estruturação do bairro, a manutenção das escolas comunitárias, a construção e

¹⁷³ Depoimento de Ana Luíza Pedra C. Mendes – 2000

¹⁷⁴ Depoimento de Tereza Ana de Jesus Rosa – 2000

¹⁷⁵ Projeto Financeiro enviado pela FEMUBER a Cáritas Neerlandesa – Holanda – 1990.

manutenção da rádio popular e do material de divulgação do movimento, a formação dos grupos de produção, etc.

O projeto para construção das casas e infra-estrutura do bairro ocupava a maior atenção por parte das lideranças, exigindo alianças com outros grupos e instituições da sociedade civil, como órgãos do governo, entidade nacionais, partidos políticos e outros. Essas parcerias também foram facilitadas pela Igreja, que atuava como mediadora nas negociações mais relevantes, como verificamos na fala da primeira presidente da FEMUBER, Tereza Ana de Jesus Rosa e no material administrativo do Movimento:

“(...) Então nós começamos a fazer projetos para comprar material, principalmente com a MLAL. Também, teve o banco de material com esse dinheiro que vinha de fora, e quem dava o aval era o Padre Matteo. Houve um projeto com a CEHAB-Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro- de mil casas, mas só foram feitas 135.”¹⁷⁶
“Comunicamos ao funcionário responsável pelo almoxarifado da CEHAB que, por autorização da presidência do Mutirão foram retiradas 05 (cinco) latas de tinta para serem utilizadas na pintura da escolinha comunitária da rua Vitorino Monteiro.”¹⁷⁷
“Sentimo-nos forçados a recorrer novamente à vossa Entidade no intuito de conseguir donativos para as várias famílias desabrigadas de nossa área(...)”¹⁷⁸

A Igreja Católica local e suas filiais, dirigidas pelo pároco Matteo de Vivalda, inicialmente serviram como espaço físico para as reuniões e assembléias gerais. Posteriormente, passaram a oferecer espaço para palestras, salas de aula para as crianças que não paravam de chegar, e para o posto de saúde alternativo. Seus representantes e voluntários leigos colaboravam na formulação e conquistas dos projetos financeiros, na orientação da documentação burocrática e na formação das lideranças, através de cursos de reciclagem periódicos. Este apoio representava

¹⁷⁶ Depoimento de Tereza Ana de Jesus Rosa – 2000

¹⁷⁷ Comunicado enviado pela FEMUBER ao Almoxarifado da CEHAB – dezembro/1988

¹⁷⁸ Pedido de ajuda enviado pelo Mutirão ao NEC de Nova Iguaçu – fevereiro/1988

credibilidade e respaldo junto à sociedade civil e aos órgãos oficiais, facilitando a firmação de convênios e a conquista de alguns projetos juntos aos órgãos estaduais e municipais.

A atuação da Igreja também se dava pela presença de religiosos e voluntários dentro da estrutura interna do Mutirão, pela manutenção de alguns projetos no espaço físico da primeira Igreja Católica local – São Jorge – que serviu como célula mãe para cinco comunidades menores. Estas, foram utilizadas como suporte para as demais regionais criadas pelo Movimento com crescimento demográfico da região. Eram elas: São Francisco, em Bela Vista; Santa Margarida, em Vila Maia; Nossa Senhora da Glória, em Terra Branca; Santa Cruz, Padre Jósimo; além de comunidades vizinhas, como: São José e Nova Shangri-lá. Todas essas regionais, com exceção Nova Shangri-lá e São José, são sub-bairros de Nova Aurora, que surgiram e se desenvolveram com a chegada do Mutirão.

Para atender a grande demanda do Movimento foi necessário criar um aparato administrativo e físico que desse conta das necessidades cotidianas da população e ao mesmo tempo mantivesse a ação política e social de conquista da cidadania dos membros de sua comunidade. Sua luta diária centrava-se desde a garantia de aquisições materiais simples, como a merenda escolar, material do posto médico, papel para as inscrições; até a conquista de maior complexidade, como as escrituras da terra e o material para a construção das casas, pois estas exigiam um maior esforço e subsídios financeiros.

A rádio comunitária, o centro cultural, o departamento feminino, como o material de divulgação, contribuía no sentido de sensibilizar a opinião pública, oferecendo através de entrevistas, boletins, artigos e relatórios, uma repercussão

local, nacional e até mesmo internacional ao Movimento, além de oferecer a interação entre os membros da comunidade.

A presença constante da Igreja na estrutura do Mutirão, no entanto, termina por possibilitar uma profunda intervenção, descaracterizando o trabalho e o perfil do movimento.

4.3 - O Mutirão de Nova Aurora e o Estado

Curiosamente o Estado Nacional brasileiro pode ser identificado como um dos principais parceiros dos movimentos populares, fundamentalmente durante as décadas de 1980 e 1990.

Como compreender a parceria de dois atores antagônicos? Sendo o Estado o principal alvo de críticas dos movimentos populares, como entender essa lógica de parceria?

O Estado entendido como agente controlador social busca a neutralização ou a diminuição dos conflitos e contradições sociais. Sua ação se dá através de políticas públicas que intencionam atenuar as diferenças, as pressões e as reivindicações das classes populares.¹⁷⁹

Como principal interlocutor das relações sociais, pode garantir a despolitização ou desmobilização da luta, através de ações burocráticas. Para este fim, o Estado pode utilizar-se de dois instrumentos: inserindo seus técnicos assessores ou incentivando a institucionalização do movimento.

O processo de institucionalização e burocratização do movimento se dá através do incentivo de parcerias e o diálogo com o Estado. O movimento se vê

¹⁷⁹ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e lutas pela moradia**. S. Paulo : Loyola, 1991. p. 35-36

obrigado a ocupar um lugar social legal frente à sociedade civil, garantindo-lhe as políticas públicas necessárias para o êxito de suas ações.¹⁸⁰

Esse é um caminho perigoso no sentido de possibilitar a perda de seus objetivos originais, bem como a burocratização de seus trabalhos.

A parceria e o diálogo do Mutirão junto ao Estado ocorreu logo em sua fase inicial, quando a ocupação da terra era a questão emblemática do Movimento.

Para ocupar a terra, o Mutirão seguia certos procedimentos que tinham o objetivo de justificar sua ocupação, diminuindo o impacto junto às autoridades. Esses procedimentos consistiam basicamente em pesquisar a origem e a utilização da terra antes de ocupá-la e estabelecer o confronto com a polícia.

Embora não exista uma situação formal que contribua no sentido de identificar os possíveis “informantes” do Mutirão, em alguns depoimentos é possível perceber que o Movimento interagiu com algumas instâncias legais, jurídicas e administrativas. Tais instâncias forneciam informações que podiam antecipar ou retardar as ações do Mutirão de Nova Aurora.

Essa rede de relações contribuiu imensamente para o sucesso das ocupações do Movimento, pois suas lideranças eram avisadas com antecedência das ações da repressão ou das ações dos grileiros locais.

A partir do levantamento da origem das terras, foram identificadas que grande parte pertencia a três grandes e conhecidas instituições: a CODENI (Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu), A CEDAE e a Igreja Católica. O restante era lotes ou pequenas chácaras abandonadas, ou ainda, de posse de grileiros que as exploravam sem nenhum direito legal.

Com a Igreja Católica local e regional, o Mutirão conseguiu sua primeira vitória e garantiu a posse das terras eclesiásticas. Também garantiu a parceria que iria

¹⁸⁰ Idem. Op.cit.p. 46-49

ser sua grande aliada junto às negociações com a prefeitura. A Igreja Católica, representada na figura do bispo Dom Adriano Hipólito, contribuiu para estabelecer o contato e as negociações entre o prefeito e as lideranças do Movimento, garantindo as terras que pertenciam a CODENI.

É importante ressaltar que apesar da parceria com a Igreja, as conquistas junto ao poder local, não foram um processo fácil. Foram frutos das inúmeras e inesgotáveis reuniões, onde o acordo parecia cada vez mais distante frente às contradições e a lentidão da prefeitura. Esta última, representada pelo presidente da CODENI, Fabio Rainheti (ex-Deputado Federal), alegava planos futuros para a região.

Essas negociações não aconteciam somente em níveis de sessões como prefeito, também eram concomitantes os protestos e os acampamentos frente à sede da prefeitura.

O prefeito Rui Queiroz, com sua imagem política comprometida, procurava recuperar seu prestígio político, tanto na dimensão popular quanto empresarial. Segundo depoimentos, as promessas verbais do prefeito além de não garantirem as reivindicações do Mutirão, também faziam parte de um esquema político junto às construtoras.

O presidente da CODENI, Companhia de desenvolvimento de Nova Iguaçu, dificultava o avanço das ocupações, demarcando as terras alagadas (brejos) e de difícil acesso para o assentamento das famílias do Mutirão.

Este posicionamento da prefeitura provocou uma mudança nas ações das lideranças do Movimento, que resolveram radicalizar e avançar com as ocupações, sem respeitar o mapeamento designado pela CODENI.

As pressões no sentido de garantir a documentação das terras aumentaram, e em maio de 1981 foi realizada a primeira vigília em frente à sede

municipal. Todo esse processo permitiu a conquista das terras ociosas que estavam sob o domínio da CODENI. As demais ocupações foram garantidas através de enfrentamento com autoridades locais.

Entretanto, a situação acirrada entre o Mutirão e a repressão passou a chamar a atenção de importantes segmentos da sociedade civil, principalmente, a imprensa local. Ao ser noticiado o projeto do Mutirão de Nova Aurora atraiu tanto a atenção de grupos que objetivavam prestar solidariedade quanto políticos e partidos que visavam sua promoção junto à sociedade.

O primeiro grupo, era composto por militantes de esquerda, lideranças populares ligadas à Igreja e/ou ONGs. De forma geral procuravam apoiar a iniciativa, buscando somar forças às lutas de maior projeção social, como a redemocratização do país e o fortalecimento das forças de esquerda.

O segundo grupo, era composto principalmente por políticos voltados para práticas populistas e oportunistas, que viam no Mutirão a possibilidade de alcançar o poder público.

Durante o processo de posse das terras, foram surgindo outras necessidades que exigiam um programa de ação que viabilizasse soluções imediatas. A responsabilidade do Movimento foi progressivamente se ampliando, na medida que suas lideranças perceberam que a posse da terra não garantia a completa exercício dos direitos à cidadania. A participação efetiva de seus membros só seria possível se a comunidade construísse coletivamente instrumentos capazes de alargar sua interlocução em diferentes esferas sociais.

Inicialmente, os problemas de ordem estrutural foram “carro-chefe” para a elaboração de um plano estratégico que visava criar uma rede de parceria tanto com o Estado quanto com a sociedade civil.

Com intuito de viabilizar as construções das moradias, uma vez que a maioria dos associados não tinha como executar esta tarefa, o Movimento organizou uma passeata em direção ao Palácio Guanabara. A idéia era conseguir o apoio do governador Leonel Brizola que exercia seu primeiro mandato.

Segundo depoimentos, o governador teria se comprometido com a causa, mas durante seis meses não houve uma resposta concreta. Na falta de uma postura do estado, o Mutirão organizou uma comissão e saiu em protesto, levando consigo um grande número de associados, entre mulheres e crianças, que montaram acampamento, preparados para passar a noite em vigília se necessário. Como a associada Tereza Ana nos relata, *“(...) fizemos a primeira passeata e esperamos por seis meses, então fizemos a segunda, levando as crianças... levamos todo mundo, passamos o dia, acampados com as crianças..quando foi às sete horas da noite, ele atendeu a comissão e prometeu que no dia três de dezembro estaria em Nova Aurora.”*

Como mencionado no relato acima, na mesma noite, o governo estadual pressionado recebeu a comissão de posseiros e garantiu ir pessoalmente na comunidade no início de dezembro. No dia 03 de dezembro de 1983, Leonel Brizola, estava em Nova Aurora com uma comissão de políticos e encarregou a CEHAB, Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, de construir 1200 casas populares.

O projeto de habitação popular estabelecido pelo sistema, fixava pequenas prestações e transformava o associado num mutuário.¹⁸¹ As moradias eram muito pequenas, compostas por dois cômodos e um banheiro. Somente 135 casas da CEHAB foram entregues ao conjunto Nova Aurora.

Anos mais tarde, o estado representado por Moreira Franco entregou a documentação de alguns lotes que também ficaram vinculados a CEHAB.

¹⁸¹ Mendes, Ana L. C. (org) Trabalho monográfico de final de curso/pedagogia – 1990.

A questão da educação era uma das prioridades do Movimento, que buscou não só recorrer às solicitações junto ao poder público municipal e estadual, como também, criou seu próprio sistema de ensino. Junto ao estado, as estratégias de luta seguiam a mesma rotina procedimental, envio de comissões, ofícios, cartas e pedidos ao Palácio do Governo do estado. Em sua visita a comunidade, Brizola prometeu resolver a falta de escolas públicas, comprometendo-se em construir CIEPS que absorvessem toda demanda da comunidade.

Entretanto, a rede de escola comunitária criada pelo Movimento obedecia outra lógica. Primeiro, porque firmavam outras parcerias ligadas à sociedade civil e mesmo organizações estrangeiras. Segundo, porque procuravam seguir a mesma perspectiva de educação popular incentivada pela Igreja Católica ou entidades de orientação religiosa em outras partes do país. Momento em que a filosofia do educador Paulo Freire tem grande repercussão e é apropriada pelas práticas destas entidades, que buscavam alternativas paliativas, justificadas pela ausência do estado. Essa iniciativa foi de um lado interessante, pois propiciou a maturidade do Movimento e fomentou o debate em torno da educação. Porém, contribuiu para retardar a luta pela escola de direito e dividiu o grupo entre aqueles que continuavam acreditando na educação formal como um dever do estado, e aqueles que desejavam a manutenção das escolas comunitárias, devido a sua filosofia diferenciada. É importante ressaltar que esse sistema não demorou a ser pensado e entendido como alternativa também de trabalho.

Neste contexto, compreendemos que a construção e transformação do bairro de Nova Aurora foram resultados da mobilização do Mutirão, que concentrou alguns eixos de emergência em torno das construções, saúde, educação e saneamento básico.

O processo de parcerias para a execução de suas ações, ampliou a dimensão, complexibilizou e pulverizou o campo de atuação do Movimento. Progressivamente, o Mutirão absorveu novos compromissos, firmou novas parcerias, contratou mais pessoal de apoio para dar conta dos diversos setores administrativos criados. O trabalho passou por um processo de burocratização intensa, mergulhando num ativismo frenético e sem propósito.

O quadro a seguir ilustra as parcerias firmadas com o Estado, seus organismos operacionais e as demais entidades da sociedade civil:

GOVERNO	ENTIDADES	PARTIDOS INDEPENDENTES. E
MOBRAL – Educação de jovens e adultos. LBA – Leite e sopa para merenda escolar, para e associados cadastrados. NEC- Coordenação de nutrição escolar – merenda e material escolar. FEEM – Leite e merenda. CODENI – Mapeamento dos lotes. CEHAB – Construção das moradias e documentação dos lotes. FUNDAÇÃO EDUCAR – Educação de jovens e adultos.	DIOCESE/CÁRITAS – Projetos e parcerias diversas MAB – Apoio e parcerias na área da educação e construção de cidadania. CEE (Comunidade Econômica Européia) – Sede; caminhão; retro-escavadeira) AÇÃO QUARESIMAL – Compra de material de construção. ACRA- Fábrica de artefatos MLAL – Escolas comunitárias (verba, material e acompanhamento pedagógico). ENTRAIDE ET FRATERNITE – Escolas	PARTIDOS DE ESQUERDA : PDT, PT, PC do B. GRUPOS ESTRANGEIROS. - (padres, religiosos, voluntários; Suíços, Belgas e Italianos) <ul style="list-style-type: none"> material pedagógico, verba, equipamentos e outros. Empresas de transporte rodoviário: Passeios; liberação de ônibus. Funerais.

SEE/RJ- Verba, merenda, material de apoio, projetos e parcerias. Creche infantil.	comunitárias (verba, material e acompanhamento pedagógico)	
MEC – Construção de escolas, merenda, projetos de parcerias.	CEDAC – Repasse dos projetos financeiros e apoio pedagógico e técnico	
	ROTARY CLUB – Assistencialismo.	
	ASSOCIAÇÃO DOS POSSEIROS URBANOS- Apoio.	
	ASS. MUT. AGRÍCOLA DE BABI, VILA MAIA, XAVANTES E SHANGRI-LÁ. – Apoio CERIS – Construção de casas	

4.4 - O Mutirão e os Partidos políticos:

A questão dos vínculos formais entre os partidos e os movimentos sociais é polêmica e, ainda, não foi superada para a maioria dos teóricos.

O fato é que, embora de forma de organização distinta, movimento e partido caminham paralelamente, e sua comunhão não exclui e nem substitui o projeto político um do outro.

Para alguns teóricos, principalmente de matrizes marxistas, o partido é uma forma superior de organização e tem a função de conscientizar o movimento.¹⁸²

Outros intelectuais menos ortodoxos, mesmo seguidores da corrente marxista, como Rosa Luxemburgo e os culturalistas contemporâneos, compreendem os

¹⁸² GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 179-180.

movimentos como um organismo autônomo, que deve articular-se com os partidos como estratégias de projeção da luta. Segundo esta perspectiva, a consciência não é desenvolvida pelo partido, mas fomentada e adquirida no processo de luta cotidiana.¹⁸³

Segundo Maria da Glória Gohn, na prática, a vinculação movimento-partido tem ocorrido via liderança e assessores dos movimentos.

No Brasil, a autora chama a atenção para dois processos. O primeiro momento, ocorre uma fusão entre os interesses dos Movimentos Sociais e das propostas políticas-partidárias da oposição frente ao regime ditatorial vigente.¹⁸⁴

A luta se encontrava num objeto comum a todos, a luta contra o *statusquo* vigente, traduzida pelo anseio de redemocratização da sociedade.

O final deste processo, marcado pela instauração da Nova República, explicitou e pulverizou os diferentes projetos políticos-ideológicos dos movimentos populares, que até então estavam encobertos. Segundo Gohn,

“a perda da unidade na luta dos movimentos e partidos, levou uma cisão entre dois nítidos projetos-políticos: um de conteúdo transformador; outro partindo do Estado e de certas alas dos movimentos populares que estavam articulados com aqueles setores que ascenderam ao poder, de conteúdo institucionalizador.”¹⁸⁵

Procurando identificar a posição do Mutirão frente aos partidos políticos, não conseguimos perceber nenhuma vinculação e articulação de forma direta ou indireta em sua fase inicial. Contudo, a partir da parceria com o governo estadual e o apoio declarado por Leonel Brizola, a liderança do Movimento assumiu progressivamente a posição partidária do então governador. Em outras palavras, o PDT cresceu de forma avassaladora na comunidade, garantindo o domínio da prefeitura Iguaçuana por vários mandatos.

¹⁸³ Idem.op.cit.p. 181-182.

¹⁸⁴ Idem.op.cit.p. 295-297.

¹⁸⁵ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo. Loyola, 1991. p. 39.

Esse quadro só iria mudar no início dos anos de 1990, quando o distrito de Belford Roxo passou pelo processo de emancipatório e a figura do governador estava desgastada. O PDT passou a perder força e perde a prefeitura do novo município.

Neste contexto, a posição de algumas lideranças do Movimento também não se enquadrava aos objetivos que foram forças mobilizadoras no início do Mutirão. Estas, automaticamente, assumem o apoio ao PL, Partido do primeiro prefeito de Belford Roxo – Jorge Luiz Joca. Como nem o prefeito, logo assassinado, e nem a cultura política local obedecem a uma tradição ideológica ou a fidelidade partidária, as diversas trocas de Partido de acordo com os interesses políticos pessoais pulverizaram as alianças partidárias dentro da comunidade.

Este período é marcado pelo enfraquecimento do discurso político do Mutirão, que já apresentava sinal de desgaste. Há uma tensão permanente entre os interesses do partido e do Movimento, resultado das contradições internas e externas. Tais tensões podem explicar momentos de avanços e recuos da luta nos movimentos sociais.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DO MUTIRÃO

Este capítulo procurou identificar dados que possam ter influenciado no processo de refluxo das ações do Mutirão de Nova Aurora.

A partir de 1992, já é possível perceber uma diminuição dos principais projetos do Movimento. O centro cultural não possui mais um calendário permanente, funcionando esporadicamente com o trabalho voluntário dos poucos membros que restaram. As escolas comunitárias perdem, no final de 1991, apoio tanto da agencia financiadora – Entraid et Fraternité – como por parte da equipe de assessoria do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). A fábrica de artefatos procurava se reestruturar introduzindo uma nova forma de gestão que gerasse sua auto-suficiência. A rádio comunitária não funcionava, pois não tinha mais verba para manutenção dos equipamentos e nem para manter a equipe de comunicação.

Todo esse processo só pode ser compreendido a partir de uma análise minuciosa do contexto no qual o Mutirão estava inserido. Este estudo, permitiu identificar elementos que unidos desencadearam conflitos internos e externos que levaram ao desmonte do modelo de administração da instituição.

Para este fim, procuraremos observar alguns fatos que consideramos ter uma maior relevância para compreender a gradual perda do poder de mobilização do Movimento. Selecionamos dois episódios de ordem macrossocietal, como o afastamento do Estado e o recuo da Igreja Católica dos seus principais projetos sociais. Selecionamos, ainda, três fatos de ordem local e, diretamente relacionados à Federação, são eles: a descentralização administrativa da instituição, a emancipação do Distrito de Belford Roxo e a interferência das Organizações não Governamentais que financiavam os projetos.

5.1 – O Estado e a Igreja na conjuntura nacional

Como vimos no primeiro capítulo, a trajetória das políticas implementadas tanto pelo Estado quanto pela Igreja Católica no Brasil, marcaram profundamente as ações do Mutirão de Nova Aurora.

Em sua origem, no início de 1980, o Mutirão estava inserido num momento muito importante da história de nosso país. Um contexto de redemocratização do Estado Nacional e, ao mesmo tempo, de perplexidade frente as mazelas sociais agora descortinadas.

Esse processo foi fundamental no sentido de propiciar um terreno fértil para as lutas sociais que insurgiram a partir de então.

A sociedade brasileira passou a exigir respostas enérgicas para o quadro caótico em que se encontrava o país. É um momento marcado por intensas disputas políticas entre os diferentes segmentos partidários que ansiavam em dividir o poder após a derrubada do regime militar.

O Estado por sua vez, procurava responder as angústias sociais através de projetos que buscavam solucionar problemas emergenciais, ao mesmo passo que garantiam ao político promotor apelo popular para as próximas eleições. Muitas destas políticas são marcadas por práticas clientelistas e populistas que visavam fortalecer a figura do político ou do partido frente à sociedade civil.

Esse processo favoreceu as ações do Mutirão por um bom tempo, pois receberam direta ou indiretamente apoio e promoção por parte do Estado. Este apoio garantiu verba, material e alimento para os diferentes projetos sociais do Movimento. Proporcionando ainda uma maior interação com empresas estatais ou de

capital misto, como a CEDAE, a LIGHT a CEHAB, a FEEM e outras, com a finalidade de garantir uma melhor assistência para a comunidade de Nova Aurora.

No entanto, no início dos anos de 1990, o Estado Nacional passa a sofrer um processo de transformações relacionadas aos novos padrões políticos e econômico de âmbito internacional.

As mudanças ocorridas no Leste Europeu, o processo de independência das principais nações soviéticas e, conseqüentemente, a extensão do modelo hegemônico liberal capitalista, levaram à derrocada do bloco socialista.¹⁸⁶

Apesar de suas contradições em relação a outros valores também peculiares desta nova fase, como a igualdade e democracia, os ideais neoliberais se disseminaram quase como uma imposição para o resto do mundo.¹⁸⁷

O contexto sócio-econômico que marcou o final do século XX, exigiu uma reformulação das mais variadas relações sociais, principalmente no que se refere aos movimentos sociais.¹⁸⁸

Em âmbito internacional, a consolidação das práticas capitalistas, a dinâmica da globalização, a formação dos blocos econômicos e, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder do Estado Nacional, redefiniram os padrões políticos e econômicos até então conhecidos.

¹⁸⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O século dos paradoxos e a reposição do Marxismo**. In: Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional da América Latina. Org. Alberto Aggio e Milton Lahuerta. São Paulo: ed. UNESP, 2003. / Gohn, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 17-20.

¹⁸⁷ SANTOS, M. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2 ed. RJ. Ed.: Record, 2000. / SCHMITTER, 1986.

¹⁸⁸ Para Gohn, os anos 90 redefiniram o cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando-se alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70-80 alteraram-se gradativamente; alguns entraram em crise por conflitos internos, ou mesmo pela exigência de redefinição decorrente do cenário nacional ou internacional, como a crise do Leste Europeu, a crise das utopias e etc. GOHN, 1997. p. 304

Em âmbito nacional, o mundo da produção procurou adequar-se ao novo panorama internacional, implementando novas formas de relações de trabalho baseadas na terceirização, horizontalização, automação e trabalho participativo. Toda essa dinâmica evidenciou a urgência na reformulação de métodos e estratégias de atuação dos trabalhadores.

Esse processo desmontou o modelo Estado-providência, afastando gradativamente as políticas públicas dos projetos sociais e de setores antes entendidos como dever do Estado.

Esse contexto, desacelerou as atividades do Mutirão de Nova Aurora, principalmente os projetos ligados à educação e moradia.

As escolas comunitárias perderam seus principais convênios como a FEEM e a Fundação Educar. Também, a extinção de Órgãos como a LBA (Legião Brasileira de Assistência), dificultou a manutenção da merenda, tornando o trabalho cada vez mais insustentável. Gradativamente, foram findando importantes parcerias com o Estado, como podemos verificar no documento enviado a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu:

“(...) Em 1983 iniciou-se os trabalhos do Movimento feminino de Nova Aurora e através deste surgiu a primeira escola comunitária do Mutirão. Esta funcionava na Igreja São Jorge, posteriormente-1984- a escolinha mudou-se para o galpão da sede do Mutirão... em 1985, conseguiu o primeiro convênio com o Mobral, para a merenda e ajuda de custo para as monitoras. No ano de 1986 surgiram as escolas das comunidades Católicas de Bela Vista (São Francisco) e São Jorge. Não havia mais o convênio com o Mobral, porem conseguimos parceria com a FEEM para alimentação e leite, e mais convênios com a prefeitura e o Mec, que pagavam a ajuda de custo para as monitoras do pré-escolar.(...) Em 1987, a Feem cortou a alimentação, permanecendo o leite... em 88, passaram a funcionar as escolas de Terra Branca, Santa Margarida, Santa Cruz, Babi, Padre Jósimo e Paulo Freire.”¹⁸⁹

¹⁸⁹ Documento em anexo.

Neste mesmo ano, a Associação enviou uma carta para o Governo do Estado, exigindo uma série de providências nas áreas da educação e saúde. O conteúdo do documento permite perceber a relação entre o Mutirão e o Governo na ocasião,

“As comunidades infra-assinadas, representando uma população de cerca de cem mil pessoas, vêm tornar pública sua insatisfação em relação a atual situação dos CIEPs instalados nas localidades de Nova Aurora, Shangri-lá, Vila Maia, Babi e Xavantes. (...) somente o de Nova Aurora está em funcionamento (...) ocorre que por motivos que fogem a nossa compreensão foram desativados nesta unidade os departamentos de cultura, saúde, educação física e artística. Direitos adquiridos pela comunidade e sancionados pelo Presidente da República, quando aqui compareceu em 26 de novembro de 1986 para inauguração da escola.”¹⁹⁰

No entanto, o documento também revela o afastamento das ações governamentais dos principais setores sociais.

Em maio de 1990, três anos depois, outra carta foi enviada, com as mesmas reivindicações para a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. O documento a seguir evidencia que a Federação procurava manter os projetos a todo custo:

“Todos esses convênios findam com seus prazos determinados, mas nosso trabalho não pode parar,(...) os voluntários retornaram à Itália e o organismo cessou sua colaboração.(...) nosso objetivo através deste é reivindicar que o nosso esforço e dedicação em prol da educação destas crianças tenha um valor reconhecido pelo poder público.”¹⁹¹

O teor do documento permite perceber o apelo desesperado para manter o funcionamento das escolas comunitárias. Este projeto tinha se tornado uma das lutas mais dispendiosa para o Mutirão, tamanho era o custo para manter a merenda, os monitores, o pessoal de apoio e a manutenção dos prédios.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

Entretanto, a principal reivindicação da Federação era uma proposta que já nasceu vencida, pois a mesma feria a Constituição Nacional. O Movimento entendia que a educação formal era o único caminho para resolver a questão das escolas. Contudo, compreendia também que era um dever moral que seu pessoal fosse absorvido para o quadro de funcionários do Estado. O impasse estabelecido pelas lideranças da Federação terminou por não resolver nenhuma das questões, pois a maioria dos seus membros não tinha formação adequada para exercer suas funções. Outro aspecto era que, pela Lei, todos servidores públicos necessitam prestar concurso público. No final de 1991, com a perda dos projetos e convênios financeiros, e o rompimento da assessoria do Centro de Ação Comunitária, encerrava-se as atividades em todas as unidades escolares do Mutirão de Nova Aurora. Somente o prédio da Escola Comunitária Tino Sartori, na regional de Bela Vista, foi absorvido pela prefeitura, os demais foram desativados.

Paralelamente a esse processo, a Igreja Católica no Brasil passou por profundas mudanças que merecem ser analisadas com cuidado.

A Igreja no Brasil, como verificamos anteriormente, fundamentalmente durante o período Vargas, procurou normatizar a questão do trabalho na ocasião do processo de industrialização da economia brasileira.¹⁹²

Esse esforço, segundo Jessie Jane de Souza, tinha o objetivo de sustentar o ideário de harmonia social, ordem e progresso no projeto de nação que se estabelecia naquele momento.

¹⁹² É, em particular, durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945) que ocorrem, “a regulamentação das profissões, da carteira profissional e o sindicato público... Os direitos dos cidadãos e as profissões só existem via regulamentação estatal.” SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. RJ. Ed. Campus, 1979. p. 76.

De acordo com o trabalho de Jessie Jane, a Igreja, segundo a idéia corporativista, buscava organizar a sociedade desorientada, disseminando a concepção de homem como parte do corpo social. Em suas próprias palavras,

*“A Igreja não falava em um Estado corporativo, mas em sociedade corporativa, harmônica, (...) nos quais os interesses econômicos poderiam ser enfrentados sem confrontos.(...) Essa visão constituía na realidade, uma utopia social, não conferindo autonomia à atuação do estado, porque este deveria estar a serviço de uma ordem social assentada na justiça social e na caridade.”*¹⁹³

Contudo, durante a década de 1960, com a realização do Concílio Vaticano II,

*“a Igreja mudou o eixo de sua política na América Latina. Até então ela estava voltada para a sociedade política, exercendo influência junto ao Estado por meio de partidos democratas (...) A partir do Concílio ela desenvolveu estratégias para voltar-se para a sociedade civil, passando a ser, ela própria, um agente ativo na organização dessa sociedade, por meio de pastorais e comunidades eclesiais de base”.*¹⁹⁴

No Brasil, com o processo de redemocratização, alguns setores da Igreja perceberam a necessidade de se aproximar das camadas populares. Não entraremos aqui no mérito de analisar quais foram de fato suas intenções ou interesses ao procurar interagir junto aos novos sujeitos sociais em evidência. Compreendemos que sua lógica de ação obedece a preceitos que não podem ser entendidos, em primeiro lugar, na esfera temporal e, em segundo lugar, fora de sua dinâmica interna.

O fato é que a partir da década de 1970, a Igreja assumiu em várias partes do Brasil, questões e lutas sociais. Incorporando as mais variadas bandeiras

¹⁹³ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Da transcendência à disciplina: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.** RJ. Ed.UFRJ, 2002. p. 175.

¹⁹⁴ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 230.

levantadas por movimentos sociais urbanos e rurais.

Esse quadro, todavia, passou a mudar a partir da década de 1990.¹⁹⁵ A Igreja passou a enfrentar uma crise interna que entre suas facetas, implicava a perda de grande parte de seus fiéis. Com sua aproximação das questões políticas e sociais, suas práticas religiosas e espirituais ficaram comprometidas. Esse processo acrescido do aumento da miséria do país, veio a elevar o poder de mobilização das Igrejas Evangélicas, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pela figura do Bispo Macedo.

A partir de então, a Igreja percebeu a necessidade de se recolher e redefinir sua atuação junto à sociedade. Este momento é marcado pelo afastamento da Igreja Católica das principais questões sociais, e o nascimento de um novo setor católico, o Carismático.¹⁹⁶ O movimento Carismático nasceu da necessidade de recuperar a imagem da Igreja junto aos fiéis, tornando suas práticas mais espiritualizadas.

Junto ao Mutirão de Nova Aurora não foi diferente, gradativamente, a Igreja se afastou da administração da Federação, desativou os projetos de alfabetização para adultos e o posto médico comunitário.

Na ocasião, a Cáritas Diocesana sustentava juntamente com a prefeitura de Nova Iguaçu, o projeto de saúde alternativa. Em Nova Aurora funcionavam dois postos de saúde em duas comunidades eclesiais de base: São Jorge

¹⁹⁵ Para Gohn, os movimentos populares no Brasil perderam, nos anos 90, o apoio da maior aliada que tiveram durante os anos 70 e 80: a Igreja católica, em sua ala progressista da Teologia da Libertação. Com a redemocratização dos países Latinos, as atenções, fundamentalmente das agências patrocinadora, voltaram-se para o Leste Europeu e a África. GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 230 – 240/ 304-306.

¹⁹⁶ De acordo com a análise contida no relatório anual de 1992 do CEDAC, a Igreja Católica – em nível de Vaticano- se encontrava em um visível retrocesso de suas atividades de formação e assessoria para agentes de pastorais. – CEDAC – 1992. p. 57.

e Santa Margarida.¹⁹⁷ Também, cessaram-se práticas como cursos, palestras, seminários e caminhadas que objetivavam a orientação e a organização popular.

É interessante ressaltar, que para alguns analistas esse processo faz parte do desmonte do Estado do bem estar social, incentivado pela nova dinâmica política e econômica do país.¹⁹⁸

Com o afastamento da Igreja, o Mutirão perdeu seus principais colaboradores internacionais.¹⁹⁹ Em sua maioria entidades de orientação religiosa, que por sua vez, procuravam direcionar seus esforços para o continente africano em evidência. A América Latina deixa de ser a preocupação principal, não só pela emergência dos problemas enfrentados na África, mas também porque o perigo da expansão socialista havia se afastado.

Esse é um momento crítico para grande parte dos movimentos populares, com o afastamento de suas principais patrocinadoras, uma vez que estas entenderam que sua tarefa estava concluída²⁰⁰, tiveram que redefinir seus procedimentos, buscando formas alternativas para a auto-suficiência.

¹⁹⁷ Dados que podem ser encontrados em relatos dos moradores e em documentos administrativos da Federação.

¹⁹⁸ Outro aspecto relevante está relacionado com o fortalecimento das ONGs no cenário social do Brasil nos anos 90, novas formas de parceria e políticas públicas implementadas pelo poder público remodelam as novas orientações do Estado, que procura responsabilizar a sociedade civil transferindo boa parte de suas funções para as “comunidades”, organizadas com a mediação das ONGs. Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p.310.

¹⁹⁹ Para o SAPÉ (Serviço de apoio à pesquisa em Educação), a Igreja local teve um papel importante na luta empreendida pela população de Nova Aurora, porém mergulhada em conflitos internos, já não tinha mais a vitalidade que havia sido decisiva na mobilização popular da década anterior. Relatório de avaliação do CEPEC. SAPÉ – 1997. p. 5-6.

²⁰⁰ As agencias internacionais deixaram de priorizar a América Latina por considerarem que a transição para a democracia já havia se consolidado, passando apenas a fornecer suporte técnico as ONGs nacionais. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 18/ 230.

Vivenciando esta realidade, muitos projetos do Mutirão ou tiveram que ser desativados, como é o caso da rádio comunitária, ou tiveram que redefinir sua atuação, como a fábrica de artefatos.

Segundo dados identificados num documento/histórico da fábrica, esta foi construída em 1984, com o financiamento do ACRA, uma entidade religiosa italiana. Este projeto tinha como objetivo de contribuir para as construções das moradias populares. Os associados do Mutirão de Nova Aurora tinham acesso a material de construção civil de forma mais acessível. Em sua origem, a fábrica funcionava com a ajuda de projetos financeiros. A partir da nova realidade da Federação, a diretoria à frente de sua administração procurou se adequar através da auto-gestão, como relata o Sr. Moreira, administrador da fábrica na época, ***“No início uma instituição religiosa mandou a verba para estruturar a fábrica e construir casas populares para os associados de baixa renda. Após essa etapa, caberia a FEMUBER manter ou não a fábrica. Hoje ela não tem mais dinheiro de instituição do exterior, ela tenta caminhar com o que produz”***.²⁰¹

O processo de ocupação da terra de acordo com a documentação e relatos dos membros associados havia cessado logo nos primeiros anos. Em vários documentos produzidos pelo Movimento, desde 1985, o discurso é de que a Federação possui 25 mil associados e quinze mil moradores.²⁰² A fala de Américo, ex-coordenador do Centro Cultural (CECIP), também permite concluir que a posse da terra já não era mais a preocupação principal da instituição, ***“O objetivo de dar a terra e criar condições para a aquisição de moradia popular já passou. Hoje seu***

²⁰¹ Depoimento cedido em 1991 – Sr. Moreira, administrador da Fábrica de artefatos

²⁰² Com exceção dos depoimentos cedidos por Odila Machado e Tereza de Jesus em 1987, que relatam uma ocupação nas terras da regional Padre Jósimo em 1986, e do Manuel da Costa que sempre se remete o eterno compromisso do Mutirão.

*principal objetivo deveria ser organizar a comunidade e cobrar do Estado e dos municípios o saneamento, as escolas, creches (...)*²⁰³

5.2 – O Movimento do Mutirão de Nova Aurora e sua conjuntura local

A década de 1990 também é marcada por profundas mudanças em âmbito local. Muitos movimentos emancipatórios de áreas consideradas abandonadas pelo poder executivo de seus respectivos municípios, ganham espaço para o debate e plebiscito popular.

O objetivo era disseminar a idéia e convencer a população de que a autonomia política e econômica era o melhor caminho para o desenvolvimento da região.

De acordo com o relatório anual do CEDAC (Centro de Ação Comunitária – 1992), os movimentos emancipacionistas na Baixada Fluminense são a expressão máxima do descaso dos consecutivos governos do município de Nova Iguaçu.²⁰⁴ Nesta ocasião, três distritos se emanciparam, Belford Roxo, Japeri e Queimados. No entanto, não devemos deixar de considerar os interesses de grupos que ansiavam em ampliar seu poder na região. Grupos formados por pequenas oligarquias locais ligadas ao setor industrial e comercial, em outras palavras, a elite local ou mesmo grupos estritamente ligados às práticas ilícitas.

O CEDAC também analisa a década de 1990 como um período de crise dos movimentos populares, principalmente, os movimentos de bairro.

Todavia, segundo o relatório, surgiram movimentos de lutas específicas em diversas esferas, tornando-se pequenos ecos junto à sociedade. Em

²⁰³ Depoimento cedido por Américo em 1991, morador de Nova Aurora e ex-coordenador do CECIP.

²⁰⁴ Relatório anual das atividades do CEDAC – 1992. p. 65.

Nova Aurora, em particular, constatou-se a continuidade, mesmo que precária do CECIP (Centro de Cultura e Integração Popular) e a formação do CEPEC (Centro de Educação, Pesquisa e Comunicação) no final de 1991. Este último, surge a partir da reorientação de um grupo remanescente das escolas comunitárias e animação cultural do Mutirão. Esta entidade esteve em plena atividade até 1997 e, também, construiu ao longo de sua existência um importante acervo sobre sua trajetória e História do município de Belford Roxo.

Segundo o relatório anual do CEPEC, em 1994, o recém nascido município de Belford Roxo começava a mostrar sua face política, econômica e social. Entretanto, havia sinais de avanços e retrocessos.

Com relação aos avanços podemos destacar as melhorias com relação à estrutura física e estética da cidade, bem como, as melhorias dos serviços prestados a população. Porém, houve um nítido retrocesso com relação à dinâmica política entre os diferentes segmentos sociais.²⁰⁵

Para os membros do CEPEC, o movimento popular, fundamentalmente em Nova Aurora, havia sido cooptado e desarticulado pelo poder público. Conquistando a autonomia, segundo eles, as ações dos políticos no poder estavam vinculadas aos interesses particulares de alguns grupos que utilizavam as vias legais para se instituírem como representantes legítimos do povo.

Os representantes do CEPEC entendiam que a política instaurada no município seguia a mesma tradição de outras regiões da Baixada Fluminense, evidenciando uma forma de governo baseada em troca de favores e interesses particulares entre os políticos.

²⁰⁵ Relatório anual das atividades do CEPEC – 1994. p. 2-4.

É interessante ressaltar que as lideranças do Movimento do Mutirão de Nova Aurora já previam os perigos e os cuidados que deveriam tomar com o processo emancipatório do distrito. A fala da moradora e ex-coordenadora pedagógica das escolas comunitárias evidencia a preocupação que o Movimento tinha em relação ao poder que poderia se instalar na região,

“(...) O Mutirão tomava uma área muito grande, o que dificultava sua administração, por isso foram criados os mutirões urbanos, dividindo pequenas regiões, (...) precisou torna-se juridicamente uma Federação (...) isso daria autonomia à instituição frente à prefeitura de Belford Roxo e frente as ONGs. Se não, os pequenos mutirões sofreriam pressões políticas (...)”.²⁰⁶

De certo modo, há uma unanimidade no processo evolutivo que deflagrou na Federação. Segundo Ademir de Almeida, morador e ex-advogado do Movimento, a estrutura de chefe de quadra não funcionava mais, devido ao crescimento do número de inscritos e pelos casos de corrupção que passaram a ser descobertos.

A partir de então, foram criadas as regionais que também não conseguiram manter o elo com a diretoria central, chegando a conclusão que o melhor caminho era a federação. Seu processo de discussão e construção do estatuto e do regimento interno levou aproximadamente um ano.

Um documento enviado à prefeitura de Nova Iguaçu em janeiro de 1990, faz menção à nova estrutura do Movimento ressaltando seu crescimento. Observamos também a preocupação com os convênios já estabelecidos com a prefeitura, pois ficariam comprometidos. No projeto enviado no final de 1989 à Holanda, há a seguinte observação, ***“A partir do próximo ano será emancipada a região de Belford Roxo (...) o convênio assinado com a prefeitura de Nova Iguaçu***

²⁰⁶ Depoimento cedido por Ana Luíza P. C. Mendes em 2000, ex-moradora e coordenadora das escolas comunitárias.

relativo ao pagamento dos professores chegou ao fim e não será renovado por esta razão.”

Todavia, o processo de descentralização política do Movimento deu origem a uma intensa burocratização do trabalho. Foram criados departamentos específicos para cada setor, dificultando o acesso do associado aos serviços prestados pelos Mutirões e pela Federação. Esse novo modelo administrativo terminou por afastar gradativamente os membros-associados da FEMUBER.

Outro aspecto apontado pela documentação analisada é a disputa interna pela direção dos Mutirões regionais. A Federação possibilitou o aumento do quadro de diretores e prestadores de serviço, dando margem a um espírito de disputa pelo controle das regionais. A querela na estrutura interna do Movimento também estava relacionada às regalias e aos interesses pessoais de alguns diretores.

Os relatos evidenciam que os casos de corrupção envolvendo venda de lotes e desvio de verbas, ou mesmo utilizando privilégios da estrutura, eram constantes. Esse é um aspecto importante para compreender o esvaziamento das assembleias e a inadimplência dos associados. O Movimento perdia credibilidade junto à comunidade, não era mais compreendido como representante dos interesses da população local.

Para Ana Luiza, esse foi um fator emblemático no processo de desmobilização,

“A falta de preparo dos líderes populares para lhe dar com o poder, pois dentro de cada um de nós existe um opressor, se não sabemos como canalizar isso, nos voltamos contra nossos próprios ideais e buscaremos interesses pessoais. Na hora que se assumia um cargo de chefia dentro do Movimento, essas pessoas também se tornavam opressoras (...)”²⁰⁷

²⁰⁷ Depoimento cedido por Ana Luíza P. C. Mendes em 2000, ex-moradora e coordenadora das escolas comunitárias.

Já Ademir Peçanha, além do individualismo, aponta a cooptação partidária como geradora de conflitos internos, segundo ele, ***“Cada um tem um pensamento ideológico, cada um passou a aderir a uma corrente e aí se criou os atritos dentro da própria comunidade e o trabalho não conseguiu avançar.”***²⁰⁸

Por sua vez, a primeira presidente da Federação, Tereza Ana de Jesus, relata que no momento em que as pequenas associações passaram a administrar o dinheiro e a distribuição dos lotes, não repassavam a verba para os projetos e nem convocavam as assembleias populares.²⁰⁹

Seguindo a mesma linha, Maria dos Santos, moradora e ex-associada, compreende que com a Federação entrou muita gente descomprometida com a causa, e muitos membros atuantes se decepcionaram e se afastaram.²¹⁰

Do ponto de vista do SAPÉ (Serviços de apoio à Pesquisa em educação), uma entidade que promovia assessoria e análise de movimentos sociais, A FEMUBER teria sofrido o processo de manipulação político-partidária, inibindo sua atuação junto à mobilização popular em prol de melhorias na estrutura e nos serviços prestados a Nova Aurora. Segundo a entidade, esse quadro foi agravado pelo paternalismo negativo e doentio promovido pelas lideranças descomprometidas com a formação de cidadãos atuantes e conscientes. Conseqüentemente, dando espaço para que os projetos e a estrutura física da Federação fossem facilmente cooptados pelo poder público.²¹¹

Em sua análise sobre o processo de emancipação de Belford Roxo, a Sapé ressalta o poder eleitoral da comunidade de Nova Aurora, que sozinha elegeu

²⁰⁸ Depoimento cedido por Ademir Peçanha de Almeida em 1991, morador e ex-advogado do Mutirão.

²⁰⁹ Depoimento cedido por Tereza Ana de Jesus, 2000. Moradora e ex-presidente da Federação.

²¹⁰ Depoimento cedido por Maria dos Santos P. Mendes em 2000, moradora de Nova Aurora

²¹¹ Relatório de avaliação do CEPEC. SAPÉ – 1997. p. 5-6.

cinco vereadores para compor a Câmara municipal. Entretanto, nenhum deles era oriundo do Movimento. Também argumenta que o esvaziamento popular está relacionado ao fato de que muitos serviços prestados em regime de voluntariado ou semivoluntariado, foram transformados em empregos remunerados; ou como cargo de confiança, ou ainda, como funcionários contratados pela prefeitura.

Neste contexto, a tentativa de construir uma base autônoma apoiada na participação popular foi se tornando um objetivo cada vez mais distante.

Outro relevante aspecto a ser analisado, está relacionado à interferência das agências financiadoras através de seus “voluntários” ou de agentes de pastorais.

Logo em sua fase inicial, o Movimento conquistou o apoio da Igreja Católica, como já mencionado anteriormente. Esta última, passou a interagir junto ao Mutirão, no que se refere à formação e capacitação de suas lideranças; também assumiu a função de canal entre o Movimento e os órgãos públicos, além de possibilitar o intercâmbio com entidades estrangeiras a fim de conquistar projetos financeiros.

Essas entidades, atuavam apoiando ações sociais populares, fundamentalmente na América Latina. Sua finalidade era promover o bem estar social, através da formação de lideranças que organizassem a luta social. O objetivo era diminuir as desigualdades sociais em evidência no continente.

O intenso período de conflitos armados, as violentas ditaduras militares e o difícil processo de redemocratização em vários países latinos, deflagraram para o resto do mundo um quadro caótico de miséria, fome e instabilidade econômica.

Deste modo, a América Latina passou a ser assunto de destaque na pauta de importantes organismos políticos e sociais internacionais.²¹²

De acordo com dados contidos nos relatórios, projetos e nos relatos de seus membros, a primeira ajuda financeira conquistada pelo Mutirão veio através da Ação Quaresmal da Suíça e da Comunidade Econômica Européia, que garantiu material de construção para as primeiras moradias.²¹³

Posteriormente, conquistaram o apoio financeiro de duas entidades italianas, o ACRA e o MLAL (Mov. de Leigos da América Latina). Esses subsídios financiaram mais construções de moradias populares, a aquisição de um banco de material, a construção da sede do Mutirão, a compra de um caminhão e uma retro-escavadeira.

Outros projetos foram firmados tanto com entidades quanto com órgãos públicos. No entanto, foram as escolas comunitárias que exigiram um maior compromisso financeiro com estes organismos. Duas entidades, em particular, financiaram diretamente o projeto de educação alternativa na comunidade de Nova Aurora. O MLAL garantiu durante dois anos (1987-1988) a ajuda para a manutenção do trabalho. Essa entidade enviou dois voluntários, como eram chamados, para coordenar o trabalho.

Em seguida, uma entidade Belga assumiria essa tarefa, a Entraid et Fraternité. Esta, encarregou uma entidade brasileira, O CEDAC, para repassar a verba e prestar assessoria ao trabalho. Esse apoio perdurou até 1991.

Esses projetos firmados exigiam, por parte do Mutirão, assumir compromissos e estabelecer metas que nem sempre iam ao encontro dos objetivos e

²¹² GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 9-20.

²¹³ Casa embrião, basicamente formada por dois cômodos. Dados contidos no Projeto financeiro de 1990.

da realidade do Movimento. A tramitação dos projetos e as negociações entre as instituições estabeleciam uma dinâmica contrária às ações e às experiências de suas lideranças. Transformando a instituição numa refém de práticas burocráticas e técnicas.

Outro aspecto negativo apontado, é a constante interferência destas entidades junto à administração do Movimento. A fala de Ana Luíza evidencia essa situação,

“Mas para isso, mandavam seus voluntários para acompanhar o funcionamento dos projetos, e como no Mutirão havia diversos trabalhos, conseqüentemente, houve uma entrada grande de voluntários. E aí a coisa começou a desandar, por que antes o que era feito por uma necessidade real, com o contato com o povo, de uma luta para atingir um objetivo concreto, passou a ser um trabalho desgastante. O projeto chegava e com ele o voluntário ou voluntários, e também as cobranças, burocracias e dificuldades, pois em vez do grupo gastar suas energias, seu tempo, fazendo o que a comunidade precisava de fato, toda essa disponibilidade era canalizada para prestar contas do dinheiro que chegava, eram relatórios em cima de relatórios, fotografias, cartas, etc. Não se conseguia mais trabalhar, as entidades começaram a ditar sua linha de trabalho, não era mais o que a comunidade precisava e tinha vontade de realizar, e sim o que eles achavam certo de fazer. Com” isso as coisas foram perdendo o sabor, perdendo as características próprias e foram enfraquecendo. A maioria dos trabalhos do Mutirão foi morrendo assim.”²¹⁴

Embora, esse aspecto não tenha sido explorado em outros relatos, esse é um elemento relevante em nossa análise. Percebemos que na maioria dos depoimentos a participação da Igreja e das Entidades estrangeiras é encarada como apoio fundamental na trajetória da Instituição. Para alguns associados essa interação foi o “pilar” do Mutirão, como relata Ademir Peçanha,

(...) o Estado não participou com mais nada; o restante do que tem aí, em nível de patrimônio, o galpão, maquinário, máquina de xerox,

²¹⁴ Depoimento cedido por Ana Luíza P. C. Mendes em 2000, ex-moradora e coordenadora das escolas comunitárias.

*telefone, mimeógrafo, material de apoio das escolas, maquinário da Fábrica, tudo isso foi adquirido com recursos do exterior”.*²¹⁵

Entretanto, outros relatos evidenciam que para alguns membros, a Igreja foi uma importante aliada, mas não a base do Movimento, como esclarece Tereza Ana de Jesus,

*“Em primeiro lugar, a necessidade; eu fui convidada para participar de uma reunião na casa do João Tavares, e lá, batendo papo, a gente viu que os operários vivem com muita dificuldade por aí. Nós começamos a lutar por uma terra, terra essa que eu nem sabia onde seria. Daí, as reuniões em Nilópolis, na casa do companheiro Mitrair, foram prosseguiram, aumentando o número de pessoas. Eu me lembro, era o dia da abertura da “Campanha da Fraternidade” (...) A princípio, o povo participava, mas muitos não acreditavam, e nós insistíamos que tínhamos que continuar na luta e fomos buscar apoio com o Padre Mateus, que convidamos para a próxima reunião, mas ele ficou meio assim...Ele foi à reunião, me lembro que ele até tremia, nós falávamos e ele pensava que nós éramos loucos. Não era possível a gente ter coragem de entrar numa terra, mas conseguimos o seu apoio. Fizemos uma reunião no Liceu Fluminense (colégio), no Farrula, e lá nós tivemos 600 pessoas, marcamos outra reunião para o dia 23 de abril, e essa seria na terra prometida”.*²¹⁶

O fato é que além da conjuntura desfavorável para dar continuidade à luta, o Movimento enfrentava uma profunda crise interna agravada pela interferência externa dos agentes de pastorais.

A relação estabelecida entre estes sujeitos se dava de cima para baixo. Como financiadores, ocupavam lugar de superioridade e o Movimento de submissão. Podemos destacar ainda, a formação européia e a visão imperialista comum a esses voluntários em relação à América Latina.

A partir destes elementos, compreendemos que a atuação destes agentes tenha contribuído de forma negativa no que se refere aos rumos e aos efeitos que esta

²¹⁵ Depoimento cedido por Ademir Peçanha de Almeida em 1991, morador e ex-advogado do Mutirão.

²¹⁶ Depoimento cedido por Tereza Ana de Jesus, 1987. Moradora e ex-presidente da Federação

experiência tenha tomado.

É importante enfatizar que no final do século XX, um outro tipo de ONG se instalou no Brasil. Esta nova configuração de poder da sociedade civil brasileira orientada por grupos mais qualificados preocupa-se em promover o exercício de cidadania e o desenvolvimento junto às comunidades carentes.²¹⁷

Esse novo tipo de ator social demonstrou uma enorme capacidade de interação com o poder público e o capital privado. Como executora de políticas públicas implementadas pelo Estado, estes organismos têm se revelado uma nova face do processo de terceirização dos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado. Este último, passa a ser um mero agente repassador de recursos públicos, caracterizando uma forma de recuo do Estado na conjuntura contemporânea.

²¹⁷ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 303-315.

CONCLUSÃO

6 – Conclusão.

Após um longo período buscando compreender a lógica dos movimentos sociais, analisando os paradigmas construídos por teóricos que se encantaram pela temática, percebemos a dificuldade de se construir um modelo que dê conta de resolver as diversidades das lutas que motivaram ou motivam a formação destes novos atores sociais.

Durante a realização deste estudo, identificamos múltiplas indagações, versões e motivações que deixavam claro a impossibilidade de dar por encerrado esse debate. Entendemos, porém que é exatamente esse fator que instiga os estudiosos e faz desta temática um campo inesgotável de análise e sempre atual.

Todavia, percebemos ainda que quem se debruça sobre a questão é um alvo potencial às críticas, vulnerável a tropeços e atropelos comuns de quem tenta compreender a dinâmica social.

Revistando o debate construído ao longo dos anos e os modelos teóricos acerca do tema, identificamos uma certa constância em alguns elementos, como as motivações. A grande pergunta é: Porque as pessoas se mobilizam? Ao tentar respondê-la, a tradição historiográfica buscou analisá-la a partir da esfera econômica, ou seja, a partir das contradições oriundas do capitalismo, das desigualdades sociais, da luta de classes.

Entretanto, trabalhar no campo das motivações parece uma tarefa cada vez mais inalcançável, frente à complexidade deste elemento nas análises promovidas no ramo estritamente da História. Esta é uma categoria imbuída na esfera psicossocial, e exige, por parte do historiador, interagir seu discurso com outras áreas do conhecimento.

Não obstante, o surgimento de novos atores sociais no final do século XX, que contestavam os tradicionais padrões e valores sociais, como o movimento feminino,

o movimento negro, os homossexuais e outros, exigiram uma revisão dos paradigmas construídos até então. Em particular, os que basearam suas análises no materialismo histórico de tradição marxista.

A emergência de novos modelos de análises abriu espaço para que categorias ligadas ao campo da cultura ganhassem evidência. Aspectos relacionados à memória, ao discurso, a identidade social, foram gradativamente sendo incorporados nas análises dos movimentos sociais.

Compreendendo a complexidade do objeto de análise em questão, este estudo se deteve em identificar elementos que fossem relevantes no processo de mobilização e desmobilização do Movimento do Mutirão de Nova Aurora. Destacando os momentos de avanços e refluxos de suas ações, no sentido de contribuir para a construção de sua memória. Contudo, em determinados momentos da análise, arriscamos situar certos pontos a partir de seu contexto histórico, defendendo algumas posições.

Concordamos com a fala de Gohn quando afirma, *“As conquistas e derrotas de um movimento são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos”*.²¹⁸ Para a socióloga, nem sempre as conquistas fortalecem o movimento, pois podem representar um período de acomodação e, conseqüentemente, de refluxo da organização. Todavia, esses momentos podem evidenciar a forma como seus membros se comportam em situações de avanços e retrocessos.

Em relação à mobilização do Mutirão de Nova Aurora, procuramos compreendê-la a partir da sua memória social e suas práticas discursivas desenvolvidas ao longo de sua trajetória. É através destas práticas que suas lideranças construíram os laços de identidade necessários para dar suporte ao universo simbólico que deu origem ao Movimento.

²¹⁸ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p. 263.

Tomando os pressupostos que valorizam os aspectos culturais, buscamos analisar as ações do Mutirão partindo de seu universo cultural, pois compreendemos que atribuí-las as necessidades materiais não contemplaria as diferentes dimensões que a luta atingiu durante sua história.

A partir deste arcabouço teórico compreendemos o discurso como um instrumento capaz de construir identidades, sujeitos sociais, sistemas de representações e crenças que dão sentido ao universo social. Nesta perspectiva, exerceu um relevante poder simbólico sobre as ações dos indivíduos. A capacidade discursiva, no entanto, está ligada as relações submetidas por ela, é uma relação dialética entre emissores, narradores e locutores.

Neste sentido, as ações do Mutirão foram bem sucedidas enquanto este garantiu os efeitos persuasivos de suas práticas discursivas/ práticas sociais.

Contudo, esse processo deve ser compreendido no universo de sua conjuntura, pois é a partir da interação de aspectos macro e microsociais que podemos situar uma determinada situação e tentar diagnosticar se certas práticas teriam os mesmo efeitos e resultados em momentos específicos.

Ainda sobre sua mobilização, acreditamos ser fruto de um projeto político e ideológico de um pequeno grupo, que se construiu e se transformou durante o processo de luta. Criaram estratégias de ações e se articularam com diferentes segmentos sociais e políticos que lhe garantiram importantes conquistas.

A leitura e análise das fontes utilizadas nos permitiram perceber um movimento articulado em torno de uma luta pela construção de uma cidadania coletiva, através de sua representação simbólica. No artigo 2º do estatuto do Mutirão podemos identificar alguns aspectos neste sentido:

Art.2º - São finalidades do Mutirão:

- d) Desenvolver o civismo e o espírito de camaradagem ao máximo e o trabalho em mutirão;***
- e) Lutar por melhores condições de vida para os bairros, trazendo seus moradores a essa participação, incentivando o espírito comunitário;***
- f) Procurar junto às autoridades, a realização de todos os melhoramentos em Lei nos aspectos sociais...;***
- g) Servir aos interesses da coletividade sem quaisquer fins lucrativo, buscando apenas o necessário à sua subsistência²¹⁹.***

O Mutirão gradativamente assume o papel que deveria ser do Estado, simbolicamente passa a exercer a função do órgão executivo municipal. A população se apropria do Movimento como forma de sair do anonimato e isolamento, como forma de conquistar a participação civil e política. No boletim informativo da Federação, esse é o discurso produzido e reproduzido na comunidade, como podemos verificar:

“É dever do estado e do Município limpar rios e valões, por manilhas nas ruas, por lâmpadas nos postes; proporcionar vagas nas escolas, construir hospitais, casas para população de baixa renda, etc... A FEMUBER, juntamente com seus mutirões, ajuda o povo a se organizar, reivindicando seus direitos junto ao Estado e Município. E na medida do possível resolve alguns problemas como os citados acima, ou cria condições viáveis para que tais problemas sejam resolvidos.”²²⁰

A memória social é entendida aqui, como ferramenta capaz de ordenar o corpo social, construindo significados ou sentidos a partir de processos sócio-históricos. Esses processos são formados a partir de intensas e complexas negociações, de ações coletivas dotadas de objetividade e partilhadas pelos atores envolvidos, onde cada oponente ocupa sua posição no jogo em busca do poder.²²¹

²¹⁹ Estatuto do Mutirão de Nova Aurora - 1982.

²²⁰ Boletim informativo da FEMUBER.

²²¹ O conceito de poder adotado é o que Foucault chama de micros espaços de poder. Tem um sentido mais amplo do o usado para distinguir poder político formal.

Procuramos demonstrar ao longo desta pesquisa, que o Movimento tomou posições, criou tática de negociações e se “submeteu” a certas situações, que naquele momento, entenderam como convenientes. Em outras palavras, as lideranças do Mutirão se apropriaram de algumas táticas tradicionais no campo da política formal, como podemos verificar na fala do Dr. Delário,

“Ele dizia: nós vamos encaminhar o projeto para o BNH e vamos construir; e assim saiu arrumando os documentos com o pessoal do BNH; e até nós chegamos a conversar com o pessoal na época, porém em nossas avaliações, em reuniões fechadas, nós resolvemos, naquele primeiro momento não criar uma radicalização do processo, com tática de negociação, resolvemos deixar que ele fosse fundo, e usamos a ganância dele para avançar na luta”.

Segundo o representante do Movimento, essa estratégia foi utilizada para não comprometer a luta.

Adotando os pressupostos sugeridos por Bourdieu, reconhecemos o poder simbólico do Mutirão, que a partir de seu lugar social disputou o direito de cidadania junto a outros espaços de poder.

Outrossim, é a partir da compreensão destes aspectos que acreditamos está situado o esvaziamento do Movimento. Atentando para os fatores ligados à conjuntura externa e interna, discutidas no último capítulo, percebemos a perda gradual da sua capacidade criadora de representação simbólica. O Mutirão envolvido em uma teia de contradições, não conseguiu manter o poder simbólico de seu discurso que lhe dava sustento. No momento em que a comunidade não o reconhece como representante de seus direitos, e nem como instrumento de capacidade política, esta sai à procura de novos mecanismos que lhe garanta seus interesses.

O Movimento, enredado por questões práticas e burocráticas, não conseguiu perceber a instabilidade do seu discurso e de suas ações. Realidade comum na

maioria destes atores sociais que vivenciaram suas práticas sem atentar para a necessidade de reflexão teórica a cerca de sua existência e seu exercício de poder.

Como Haber, acreditamos que o decréscimo e a crise de mobilização dos movimentos estão intimamente relacionados com a incapacidade de algumas lideranças em ajustar seus interesses pessoais aos coletivos, fundamentalmente aqueles que assumiram cargo de poder. Esse processo levou à perda da credibilidade popular. Na atual conjuntura, antigas lideranças de movimentos populares, através das novas ONGs, contribuíram para introduzir políticas neoliberais.²²²

Neste sentido, Gohn afirma que antigos militantes envelheceram e desgastados de lutas anteriores, assumiram nos anos de 1990 um novo perfil de engajamento político e social. Juntamente com os novos atuantes deixaram as paixões de lado e passaram a olhar mais para si.²²³

Norteados por esta linha teórica, entendemos que a velha receita de militância apaixonada pela causa parece não funcionar mais. Os militantes contemporâneos parecem não estar mais dispostos a sacrificar seus interesses, abrindo mão de sua vida pessoal em nome de um projeto político. Este novo modelo inaugura uma nova forma de participação política, mais voltada para as estratégias e as negociações. As radicalizações estão de fora deste novo padrão de luta social.

O novo panorama da sociedade contemporânea não concebe mais relações que não sejam estabelecidas pelo diálogo democrático. Embora, na prática ainda

²²² O pensamento de Haber foi citado por GOHN, que analisou seu trabalho em **Identity and political process: Recent Trends in Study of Latin American Social Movements**, in *Latin American Research Review*, vol. 31, n. 1.

²²³ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. S. Paulo. Ed.: Loyola, 1997. p 340.

vivencie algumas práticas políticas intoleráveis segundo os órgãos internacionais de promoção de respeito mútuo entre os povos.²²⁴

Essa nova dinâmica aliada à frustração estabelecida com o fracasso de políticas esquerdistas, tidas como modelo alternativo de sociedade, levaram grande parte de seus militantes a perceberem o descompasso entre o discurso e as práticas orientadas por lideranças partidárias.

Não obstante, compreendemos ainda que a nova militância sentiu a necessidade de se adequar aos novos tempos, e a utilizar as mesmas armas que seus opositores há anos fazem uso. A mídia, a tecnologia, a Internet, são novas formas de sedução e mobilização social, instrumentos fundamentais na construção de discursos.

De acordo com os pressupostos apresentados, entendemos que as lutas e as mobilizações se transformam no tempo e espaço, estão intimamente ligadas as conjunturas nas quais estão inseridas. Sua atuação, suas características, seu avanço dependem em grande parte da atmosfera e do espírito de seu tempo.

²²⁴ Quanto às políticas intoleráveis podemos destacar as políticas terroristas de grupos radicais do Oriente Médio; As imposições e interferência Norte Americana ao resto do mundo; os conflitos étnicos europeus.

FONTES UTILIZADAS

7 – FONTES UTILIZADAS:

- **FONTES ORAIS:** DEPOIMENTOS DOS MORADORES DE NOVA AURORA
- Dr. Delário – Entrevista concedida à Rádio Popular do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1987.
- Laerte Bastos – Entrevista concedida à Rádio Popular do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1987.
- Manoel da Costa (Manelão) – Entrevista concedida à Rádio Popular do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1987.
- Tereza Ana de Jesus Rosa – Entrevista concedida à Rádio Popular do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1987.
- Ademir Peçanha de Almeida – Entrevista concedida à equipe de comunicação do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1991.
- Américo - Entrevista concedida à equipe de comunicação do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1991. (em anexo)
- Sr. Moreira - Entrevista concedida à equipe de comunicação do Mutirão de Nova Aurora, em junho de 1991. (em anexo)
- Odila da Silva Machado – Depoimento em forma de histórico, narrado em junho de 1991, para a equipe de comunicação de N. Aurora.
- Ana Luiza P. C. Mendes – Entrevista concedida para realização deste trabalho, em janeiro de 2000.
- Maria dos Santos P. Mendes – Entrevista concedida para realização deste trabalho, em março de 2000
- Rute Maria de M. Soares – Entrevista concedida para realização deste trabalho, em julho de 2000
- Tereza Ana de Jesus Rosa – Entrevista concedida para realização deste trabalho, em setembro de 2000

- **JORNAIS :**

- ✓ DO BRASIL;
- ✓ HOJE – BAIXADA;
- ✓ O DIA;*

- **DOCUMENTOS OBTIDOS ATRAVÉS DO ARQUIVO DA FEMUBER – Federação dos Mutirões Urbanos de Belford Roxo:**

- ✓ Material fotográfico;
- ✓ Ata de Inauguração e relação de sócios fundadores, em 15 de dezembro de 1981;
- ✓ Ata e Estatuto de fundação do Mutirão de Nova Aurora, em janeiro de 1982;
- ✓ Ata de Assembléia Geral, em 08 de março de 1983;
- ✓ Ata de Assembléia Geral, em 21 de novembro de 1986;
- ✓ Ata de Assembléia Geral, em 08 de março de 1987;
- ✓ Ata de Assembléia Geral – Eleição – em abril de 1987;
- ✓ Pedido de ajuda ao NEC, em 20 de fevereiro de 1988;
- ✓ Comunicado ao almoxarifado da CEHAB, em 02 de dezembro de 1988;
- ✓ Requisição de material, em março de 1989;
- ✓ Ata e Estatuto de fundação da FEMUBER, em abril de 1989;
- ✓ Pedido de liberação de maquinaria, em 04 de maio de 1990;
- ✓ Projeto financeiro enviado a Cáritas Neerlandesa – Holanda, em 13 de outubro de 1989;
- ✓ Boletim informativo da FEMUBER;
- ✓ Convite do 1º Encontro da saúde da mulher em N. Aurora 09 de agosto;

- **Outros documentos:**

- ✓ Relatório anual (92/93) do CEDAC – Centro de Ação Comunitária – entidade que assessorava o movimento;
- ✓ Relatório anual (94/95) o CEPEC – Centro de Educação, Pesquisa e Comunicação.
- ✓ Relatório de avaliação do Sapé (1997).
- ✓ Trabalho final do curso de Pedagogia da UNIG/1991.

* Os jornais pesquisados trazem notícias sobre a luta e as conquistas do Mutirão de Nova Aurora.

* As demais entrevistas podem ser encontradas no trabalho monográfico com o mesmo título/ Parte I

BIBLIOGRAFIA

8 – BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **OS DESPOSSUÍDOS** – crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ABREU, Maurício de A. **EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO**. R. Janeiro: Zahar, 1987.
- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: Nunes, José Horta. (org). **O PAPEL DA MEMÓRIA**: traduções e introduções. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- AFFONSO, R. B. A & Silva, P.L.B (org.) **FEDERALISMO NO BRASIL**: Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo, Fundap-Unesp, 1995.
- AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. (org.). **PENSAR O SÉCULO XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.
- AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO) : **HISTÓRIA DA ACO: fidelidade e compromisso na classe operária**. Rio de Janeiro: ACO, 1987.
- ALBERTI, Verena. **HISTÓRIA ORAL**: a experiência do CEPDOC, Rio de Janeiro : FGV, 1990.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Igreja : discurso e ação pastoral. **Ver. De ciências sociais**. Fortaleza, v.12/13, n.1 / 2, p. 45-62, 1981 / 1982
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. **UM POUCO DA HISTÓRIA DE IGUASSÚ A IGUAÇU**. N. Iguaçu/RJ: Colégio Leopoldo Machado, 1993.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: Benjamin, Walter. **MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BEOZZO, José Oscar. **A IGREJA NO BRASIL: de João XXII a João Paulo II**, de Medellim a Santo Domingo. Petrópolis, 1993.

A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **O BRASIL REPUBLICANO**. São Paulo: Difel, 1983.

BETTO, (FREI). Comunidades Eclesiais de base e educação popular. IN. FLEURI, Reinaldo Matias (org) **MOVIMENTO POPULAR, POLÍTICA E RELIGIÃO**. São Paulo: Loyola, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

A ERA DOS DIREITOS. Rio de Janeiro: Campus, 1992 – 19 ed.

BORJA, Jordi, **MOVIMENTOS SOCIALES URBANOS**. Buenos Aires : SIAP, 1975.

BOSCHI, Renato Raul. **MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO** . Rio de Janeiro : IUPERG, 1983.

(org.) **MOVIMENTOS COLETIVOS NO BRASIL URBANO**. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1983.

BOURDIEU, Pierre. “A greve e a ação política”. In. **QUESTÕES DE SOCIOLOGIA**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

O PODER SIMBÓLICO. Lisboa: Difel, 1989.

BUARQUE, Sérgio. (org.). **DIÁLOGO OU CONFRONTO? A América Latina e a nova ordem econômica internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTLER, Jufith. **Corpos que pensam**: sobre os limites discursivos do sexo. In. Lopes Louro (org.) **O CORPO EDUCADO**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CAMPA, Roberto. “A sociedade civil e sociedade política” In. **Folha de São Paulo – São Paulo**, 7 – 7 1986.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. **UMA INTRODUÇÃO A HISTÓRIA**. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- CARDOSO, Ruth C. L. **MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS : BALANÇO CRÍTICO**. In. **SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL PÓS – 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, I. **MOVIMENTOS DE BAIRRO E POLÍTICA**. São Paulo: Abril, 1973.
- CASSIRER, Ernst. **ENSAIO SOBRE O HOMEM**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **MOVIMENTOS SOCIALES URBANOS** . Madrid, Siglo XXI, 1973.
- CASTORIADIS. Cornelius. **A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE**. SP. Paz e Terra: 2000.
- CERTEAU, Michel. **A ESCRITA DA HISTÓRIA**. Rio de Janeiro : Forense, 1982
A INVENÇÃO DO COTIDIANO. Petrópolis : Vozes, 1994.
- CHATIER, Roger. **A HISTÓRIA CULTURAL: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.
A visão do historiador modernista. IN. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) **USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL**, Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **CONFORMISMO E RESITÊNCIA**. Aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- COELHO, Franklin Dias. **HISTÓRIA URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O movimento de reforma urbana (1950-1960)**, 1996 - Tese de doutorado - UFF.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O ESPAÇO URBANO**. S. Paulo: Ática, 1995.
- DOIMO, Ana Maria. **AVOZ E VEZ DO POPULAR: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. ANPOCS, 1995.
- DURKHEIM, Emile. **INDIVIDUALISM AND THE INTELLECTUALS**. In. Bellah R. N. Emile Durkheim on Morality. Chicago: Un Press, 1973.
- ELIAS, Norbert. **A SOCIEDADE DOS INDÍVIDUOS**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 1994.
- FENTRESS, James. **MEMÓRIA SOCIAL: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.
- FERREIRA, Lucia M. A; ORRICO Evelyn G. D. (org.). **LINGUAGEM, IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FLEURI, Reinaldo (org). **MOVIMENTO POPULAR, POLÍTICA E RELIGIÃO**. São Paulo : Loyola, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **A ORDEM DO DISCURSO**. 9º ed. São Paulo: Loyola, 2003.
ARQUEOLOGIA DO SABER, Rio de Janeiro: Forense, 1983
A MICROFÍSICA DO PODER. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GEERTZ, Clifford. **A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINE, J. C. **LA AMISTAD: Perspectiva Antropológica**. Barcelona: ICARIA, 1996
- GONH, Maria da Glória. **MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS PELA MORADIA**. São Paulo: Loyola, 1989.
REIVINDICAÇÕES POPULARES URBANOS, São Paulo: Cortez, 1982.

LUTAS URBANAS E O ESTADO, Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1983.
TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo: ed.: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *La Política Yel Estado Moderno*. Baercelona: Península, 1971.

GUATTARI, Felix. **MICROPOLITICA** – cartografia do desejo. Petrópolis: VOZES, 1986.

GUIDUCCI, R. **A CIDADE DOS CIDADÃOS**, São Paulo : Brasiliense, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: Silva, Tomaz Tadeu da. **IDENTIDADE E DIFERENÇA**, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **PESSOAS EXTRAORDINÁRIAS: Resistência, Rebelião e Jazz**. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

SOBRE HISTÓRIA. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REVOLUCIONÁRIOS. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JULIÃO, Fábio Costa. **Movimentos Sociais Urbanos: A luta por moradia**. Revista eletrônica: www.pobre2.hpg.ig.com.br

KOWARICK, Lúcio. **A ESPOLIAÇÃO URBANA**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa do. **DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LAHATOS, Eva Maria. **SOCIOLOGIA GERAL**. São Paulo: Atlas. 1995.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O HOMEM E A SERRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- LE GOFF Jacques. **HISTÓRIA E MEMÓRIA**. Campinas: Unicamp, 1990.
- LERNOUX, Penny. Cap. IV e V . In.: **A BARCA DE PEDRO: nos bastidores da Igreja**. Rio de Janeiro: Ática, 1998.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. : BURKE, Peter (ORG) **A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS**. São Paulo. UNESP, 1992.
- LOJKINE, J. **O ESTADO CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
“A análise marxista do Estado” In. **REVISTA ESPAÇO E DEBATES. Nº 1**, São Paulo, Cortez, 1980.
- LOPES, Luiz Paulo da Motta. (org.). **DISCURSOS E IDENTIDADES**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- LUSTOSA, Oscar F. **A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL REPÚBLICA**. São Paulo : Paulinas, 1991.
- NEGRI, Toni. **O IMPÉRIO**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- NEVES, Frederico de Castro. **A MULTIDÃO E A HISTÓRIA: saques e outras ações de massa no Ceará**. Niterói, 1998. (tese de doutorado – UFF).
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. O Século dos paradoxos e a reposição do marxismo. In. **PENSAR O SÉCULO XX: problemas políticos e história nacional na América Latina/ Aggio, Alberto. Milton, Lahuerta – S. Paulo: Ed. UNESP, 2003.**
UM ESTADO PARA A SOCIEDADE CIVIL: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, Luciano. **OS EXCLUÍDOS EXISTEM?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. RBCS, nº33, 1997.

OLIVEIRA, Rafael. **A EVOLUÇÃO DOS EIXOS DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E AS CONTRADIÇÕES EVIDENCIADAS NO CERNE DE SUA ATUAL ORGANIZAÇÃO.** Artigo eletrônico - www.igeo.uerj.br.

PÊCHEUX, Michel. **O PAPEL DA MEMÓRIA.** In: Nunes, José Horta. (org). O papel da memória: traduções e introduções. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PERES, Guilherme. **BAIXADA FLUMINENSE: os caminhos do ouro - ensaio.** Duque de Caxias/RJ. 1993.

PINTO, M. **COMUNICAÇÃO E DISCURSO.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POLLAK, Michel. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. ESTUDOS HISTÓRICOS.** (Teoria e História) Rio de Janeiro. V. 5, n. 10, 1992.
“Memória, esquecimento e silêncio”. In. **ESTUDOS HISTÓRICOS.** (memória). Rio de Janeiro, v. 2, n. 3 1989.

PORTES, V. **“Latin América urbanization during the years of the crisis”.** In: Latin America Research Review, 1989.

REVEL, Jaques (org). Microanálise e construção social. In. **JOGOS DE ESCALAS.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RABELO, Ricardo F. **MOVIMENTOS POPULARES - TRANSFORMAÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO.** Belo Horizonte: UFMG, 1985.

REMOND, René. (org). **POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA.** Rio de Janeiro : UFRJ/FGV, 1996.

RICHARD, Pablo. **A IGREJA LATINO-AMERICANA ENTRE O TEMOR E A**

- ESPERANÇA: apontamentos teológicos para a década de 80.** São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- RIBEIRO, L. C. de Q., PECHMAN, R. Lorgs. **CIDADE, POVO E NAÇÃO. Gênese do Urbanismo Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- ROMANO, Roberto. **BRASIL: IGREJA CONTRA ESTADO** (uma crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979.
- CONSERVADORISMO ROMÂNTICO:** origem do totalitarismo. São Paulo: Unesp, 1997.
- RUDÉ, George. **IDEOLOGIA E PROTESTO POPULAR.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- SADER, Eder. **“MOVIMENTOS POPULARES”.** FASE: São Paulo, 1985.
- SADER, Emir. (org.). **EL AJUSTE ESTRUCTURAL EN AMERICA LATINA:** Costos sociales y alterjativas. Buenos Aires: Clasco, 2001.
- SANTOS, C.N.F. **DOS. MOVIMENTOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- SANTOS, M. **POR UMA NOVA GLOBALIZAÇÃO:** do pensamento único à consciência universal. 2 ed. RJ. Ed.: Record, 2000.
- SANTOS, W. G. **CIDADANIA E JUSTICA:** a política social na ordem brasileira. RJ. Ed. Campus, 1979.
- SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história:** problemas atuais. IN. Bresciani, Stella. E Naxara, Márcia. (org.) **MEMÓRIAS E (RES)SENTIMENTOS:** Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. **IDENTIDADE E DIFERENÇA**, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **DA TRANSCEDÊNCIA À DISCIPLINA: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- SOUZA, Sonali Maria de. **DA LARANJA AO LOTE**. Transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGAS/MN/UFRJ, 1992.
- STRASSER, Carlos. **DEMOCRACIA Y DESIGUALDAD: sobre la democracia social al fin Del siglo XX**. Buenos Aires: Clasco, 2000.
- THOMPSON, E. P. **COSTUMES EM COMUM: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- **A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
- THOMPSON, Paul. **AVOZ DO PASSADO**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURRAINE, Alain. “**Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes**” IN. ALBUQUERQUE, J. A G. **CLASSES MÉDIAS E POLÍTICAS NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- “**POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE HABITAÇÃO POPULAR**” In. ESPAÇOS E DEBATES, n. 18, São Paulo, Cortez.
- VELHO, Gilberto. **VIOLÊNCIA E RELAÇÕES SOCIAIS – a questão da diferença**. Revista de ciências Sociais. Fortaleza, v. 12/13, n. 1 / 2, p. 5 – 9, 1981/1982.
- WOODWARD, Kathryn. . Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: Silva, Tomaz Tadeu da. **IDENTIDADE E DIFERENÇA**, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZICCARDI, Alicia. (org.). **POBREZA, DESIGUALDAD SOCIAL Y CIUDADANIA:** los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: Clasco, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)